



CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO **ESTADO DE SÃO PAULO**

“492º da Fundação do Povoado e
76º da “Emancipação”
REQUERIMENTO Nº 43 /2025.

APROVADO

20 MAIO 2025


Presidente

Senhor Presidente,

Nobres Vereadores:

Este requerimento tem por objetivo tratar junto às autoridades competentes, sobre o conhecimento da abrangência do recém concluído processo de recuperação extrajudicial da Empresa Unigel – antiga Cia. Brasileira de Estireno em Cubatão, que prever investimentos, reestruturação e fechamentos de unidades em nosso país.

A Unigel é uma das maiores empresas químicas do Brasil, com posição de liderança em estirênicos, acrílicos e fertilizantes nitrogenados na América Latina. Fundada em 1966, a Companhia está estrategicamente localizada no Brasil (nos Estados da Bahia, Sergipe e São Paulo) e no México (nos Estados do México, San Luís Potosí e Veracruz).

Os produtos estirênicos são produzidos em complexos de produção localizados na Bahia e em São Paulo, sendo que em São Paulo tem três unidades fabris: Cubatão, São José dos Campos e Guarujá. Na Baixada Santista temos unidades no Guarujá, onde opera uma planta de poliestireno e uma planta de látex na unidade petroquímica da Dow Chemical.

Em Cubatão a Unigel está situada na Av. Nove de Abril, 1.296, Bem no Centro da Cidade, onde produz principalmente o monômero de estireno, produto que é, um dos principais insumos para a produção de poliestireno e materiais plásticos, diluentes de resinas, fabricação de tintas, vernizes, materiais descartáveis, borrachas, etc. Ambas unidades fabris estão próximas ao porto de Santos, um dos principais portos da América Latina.

Considerando toda história e sendo sua instalação e funcionamento de suma importância para cidade, que há a necessidade tanto do poder Executivo, quanto do poder Legislativo, ter mais informações diante das notícias recentes que a empresa Unigel concluiu o processo de Recuperação Extrajudicial que resultará na reestruturação financeira, na melhoria do capital da companhia e no encerramento das atividades de algumas unidades.

Gabinete Vereador Washington Luiz Lessa de Souza (Carioca)
Praça dos Emancipadores S/N - Bloco Legislativo - Cubatão/SP
CEP 11510-900 - Tel.: (13) 3362 - 1020



CÂMARA MUNICIPAL DE CUBATÃO

ESTADO DE SÃO PAULO

“492º da Fundação do Povoado e
76º da “Emancipação”

Considerando que com o fechamento da operação, a Unigel garantiu uma nova linha de crédito no valor aproximado de R\$ 600 milhões e que a empresa conseguiu reduzir sua dívida financeira em mais de 50%.

Considerando a implementação de uma nova fase da empresa com uma estrutura de governança renovada e multicultural.

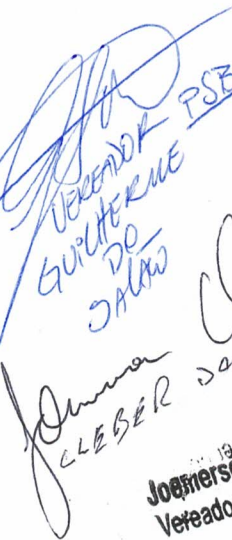
Considerando que recentemente ocorreu o fechamento de duas unidades fabris da Empresa Yara Fertilizantes em nosso município, o que com certeza acarretou diminuição de postos de trabalhos, perda de arrecadação, afetando o ciclo econômico do município.


Considerando que o monômero de estireno produzido pela planta atual é um composto químico que tem diversas considerações de segurança, que é um produto conhecidamente irritante, tóxico e que pode causar danos ao sistema nervoso exigindo cuidados específicos na sua fabricação, manipulação e armazenamento.


Desta forma, **REQUEIRO**, observadas as devidas formalidades, após ouvido o Douto Plenário, a formação de Comissão Especial de Vereadores, composta por 3 (três) membros, para em 60 (sessenta) dias tratar com a FIESP, UNIGEL, CETESB, SEMED, SEMAM, CENTRO DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – CIDE/CIESP DE CUBATÃO e demais entidades pertinentes, para conhecimento do plano de reestruturação do grupo, em particular referente a Unidade Unigel Cubatão – antiga Cia. Brasileira de Estireno, principalmente no que tange as questões econômicas, de investimentos, adequações, funcionalidades, empregabilidade e eventuais passivos ambientais e compensações.


Sala D. Helena Meletti Cunha, 20 de maio de 2025


Washington Luiz Lessa de Souza
Vereador – PSDB


Cleber do Carmo
Vereador - PSDB


Joelson Alves da Silva
Vereador - PSDB


Eduardo da
União BR


Cabinete Vereador Washington Luiz Lessa de Souza (Carioca)
Praça dos Emancipadores S/N - Bloco Legislativo - Cubatão/SP
CEP 11510-900 - Tel.: (13) 3362 - 1020

RESOLUÇÃO Nº 3.074 DE 22 DE MAIO DE 2025

ALEXANDRE MENDES DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Cubatão, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:

Art. 1º Ficam nomeados em Comissão Especial os Vereadores: Washington Luiz Lessa de Souza - Presidente; Alessandro Donizete de Oliveira - Relator; Marcos Roberto Silva - Membro, para, no prazo de 60 (sessenta) dias, " Para tratar com a FIESP, UNIGEL, CETESB, SEMED, SEMAM, CENTRO DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - CIDE/CIESP DE CUBATÃO e demais entidades pertinentes, para conhecimento do plano de reestruturação do grupo, em particular referente a Unidade Unigel Cubatão antiga Cia. Brasileira de Estireno, principalmente no que tange as questões econômicas, de investimentos, adequações, funcionalidades, empregabilidade e eventuais passivos ambientais e compensações ", conforme o disposto no Requerimento nº 43/2025:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

22/05/2025

Câmara Municipal de Cubatão, 22 de maio de 2025

ALEXANDRE MENDES DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal de Cubatão

ÁUREO TUPINAMBÁ DE OLIVEIRA FAUSTO FILHO
Diretor-Secretário Câmara Municipal de Cubatão

Proc. nº 499/2025

Parte integrante da edição 1754 de 29/05/2025 - MTc1NCsyMDI1LTA1LT15



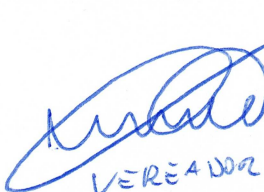
Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Política Administrativa

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE VEREADORES NOMEADA PELA RESOLUÇÃO Nº 3074/2025

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, às 10 horas, nas dependências da sala de reuniões deste Legislativo, reuniu-se a Comissão de Especial de Vereadores, nomeada através da Resolução nº 3074/2025, a qual tem por objetivo "TRATAR COM A FIESP, UNIGEL, CETESB, SEMED, SEMAM, CENTRO DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – CIDE/CIESP DE CUBATÃO E DEMAIS ENTIDADES PERTINENTES, PARA CONHECIMENTO DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DO GRUPO, EM PARTICULAR REFERENTE A UNIDADE UNIGEL CUBATÃO - ANTIGA CIA. BRASILEIRA DE ESTIRENO, PRINCIPALMENTE NO QUE TANGE AS QUESTÕES ECONÔMICAS, DE INVESTIMENTOS, ADEQUAÇÕES, FUNCIONALIDADES, EMPREGABILIDADE E EVENTUAIS PASSIVOS AMBIENTAIS E COMPENSAÇÕES". Presentes os vereadores Sr. Washington Luiz Lessa de Souza - presidente, representantes dos vereadores Alessandro Donizete de Oliveira – relator da comissão -, do vereador Marcos Roberto Silva – membro, e dos vereadores Jair Ferreira Lucas – vice-presidente do legislativo, José Elan dos Santos Gomes e Daniel Barbosa de Assis Silva. Auxilia na condução dos trabalhos o servidor Valber Silva do Nascimento, Assistente de Comissão Parlamentar Temporária. O senhor presidente da Comissão iniciou cumprimentando os presentes e esclarecendo os objetivos da presente CEV, demonstrando preocupação com a notícia veiculada na imprensa sobre o possível fechamento de unidades da Unigel (antiga Cia. Brasileira de Estireno), empresa que passa por um processo de recuperação extrajudicial e tem atuação no município. Citou matéria veiculada no jornal Folha de São Paulo que aponta que a Unigel irá fechar algumas unidades no país, mas não esclareceu quais. Informou que conversou sobre o tema com o ex vereador Sr. Romeu Magalhães, que desempenhou papel relevante na área ambiental, e com o ex vereador Messias Gomes que teve papel importantíssimo no caso Rhodia. Ressaltou que a empresa trabalha com materiais altamente cancerígenos e dessa forma precisamos saber se realmente irá fechar, se não irá, e se for qual será o passivo ambiental e social que irá deixar. Informou que também conversou com algumas pessoas do CIESP, e que já levou essa questão para a prefeitura para que possamos exercer o direito de sabermos quais passivos serão deixados de modo que o município se prepare para administrar a situação. Deixou evidenciado que o tema é complicado, que demandará conhecimentos técnicos; que a CEV irá acompanhar todo o processo envolvendo a recuperação extrajudicial; que em breve os presentes serão convidados para termos uma roda de conversa. Em sua fala, e demonstrando a relevância confessou estar estudando o tema, elogiou o trabalho desempenhado pela assessoria parlamentar e pediu apoio aos senhores assessores, que estudem sobre o caso para que possamos desenvolver os trabalhos da CEV. Por fim, deliberou sobre convidar os representantes da CETESB, CIDE/CIESP, o ex vereador Messias Gomes, ex vereador Romeu Magalhães,


VEREADOR TIAGO





Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo


492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

secretário de meio ambiente e bem-estar animal, Secretário de indústria e comércio e Associações ambientais com atuação em Cubatão para as próximas reuniões. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, determinando a lavratura desta Ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos e por mim, Valber Silva do Nascimento, Valber Silva do Nascimento, Assistente de Comissão Parlamentar Temporária, que a digitei.


Washington Luiz Lessa de Souza
Presidente

Representante do Vereador Alessandro Donizete de Oliveira
Relator da Comissão

Representante do Vereador Marcos Roberto Silva
Membro da Comissão


VEREADOR TINO



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º Ano de Emancipação Política Administrativa

APROVADO
26 AGO 2025

Presidente

REQUERIMENTO Nº 91/2025

*Senhor Presidente,
Nobres Vereadores:*

Tendo em vista o vencimento do prazo da Comissão Especial de Vereadores, nomeada pela Resolução nº 3.074/2025, para “TRATAR COM A FIESP, UNIGEL, CETESB, SEMED, SEMAM, CENTRO DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - CIDE/CIESP DE CUBATÃO E DEMAIS ENTIDADES PERTINENTES, PARA CONHECIMENTO DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DO GRUPO, EM PARTICULAR REFERENTE A UNIDADE UNIGEL CUBATÃO ANTIGA CIA. BRASILEIRA DE ESTIRENO, PRINCIPALMENTE NO QUE TANGE AS QUESTÕES ECONÔMICAS, DE INVESTIMENTOS, ADEQUAÇÕES, FUNCIONALIDADES, EMPREGABILIDADE E EVENTUAIS PASSIVOS AMBIENTAIS E COMPENSAÇÕES”, sem que seus objetivos tenham sido plenamente alcançados, é que requero, observadas as formalidades regimentais e ouvido o Douto Plenário, a prorrogação por mais 60 (sessenta) dias da presente Comissão Especial de Vereadores.

Câmara Municipal de Cubatão, 19 de agosto de 2025.


WASHINGTON LUIZ LESSA DE SOUZA
Vereador

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, à Diretoria e aos Conselheiros da
Unigel Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unigel Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Unigel Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incertezas relevantes relacionadas com a continuidade operacional

Conforme descrito na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo de R\$3.116.958 mil, margem bruta consolidada negativa de R\$128.753 mil, um prejuízo líquido consolidado de R\$1.862.564 mil, e fluxo de caixa operacional consolidado negativo de R\$378.861 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não atendendo também naquela data os índices financeiros (“covenants”) de contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos, que resultou na apresentação integral deste saldo no passivo circulante e, como consequência, o capital circulante líquido da Companhia está negativo em R\$6.081.149 mil.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Em 20 de maio de 2024, a Companhia protocolou Plano de Recuperação Extrajudicial (PRE), aprovado pela maioria dos credores, que foi homologado judicialmente pelos tribunais Brasileiros em 11 de novembro de 2024 e pelo tribunal de Nova Iorque, EUA em 10 de dezembro de 2024 e, em 30 de janeiro de 2025, subsequentemente à data base dessas demonstrações financeiras, a Companhia concluiu a implementação das ações do PRE.

A continuidade operacional da Companhia baseia-se, principalmente, na eficácia da reestruturação financeira e das ações do PRE implementados, cujos impactos ainda não foram mensurados, e da implementação e eficácia de uma combinação de estratégias operacionais para mitigação de sua posição financeira e operacional complexa, descritas nas notas explicativas 1 e 32. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Adicionalmente ao assunto descrito na seção denominada “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, seguem os outros principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório:

Avaliação da redução ao valor recuperável dos ativos das unidades geradoras de caixa (conforme notas explicativas nº 14 e nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

Por que é um PAA

Para a redução ao valor recuperável dos ativos (“impairment”) imobilizado e intangível, a Companhia identifica suas unidades geradoras de caixa (“UGC”), estima o valor recuperável de cada UGC utilizando como base um fluxo de caixa projetado para cada UGC, e compara com seus valores contabilizados. As projeções de fluxo de caixa usadas para determinar os valores recuperáveis dos ativos dependem de certas premissas futuras, como: preço dos produtos químicos e fertilizantes, volume de venda, taxa de câmbio (Real/Dólar) e inflações. O valor recuperável também é sensível a mudanças na taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa.

Conforme divulgação da Companhia na nota explicativa 1 – Contexto operacional, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Grupo Unigel, têm enfrentado condições econômicas desafiadoras, incluindo alta ou manutenção de preços de matérias-primas no mercado local e internacional e, em paralelo, a redução dos preços de venda no mercado internacional, base também, para os preços praticados no mercado interno.

Esse item foi considerado um principal assunto de nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos imobilizados e intangíveis é complexo e envolve julgamento, bem como se baseia em diversas premissas, tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e suas controladas para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas de forma relevante pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros, os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) identificação das atividades de controles desenhadas e implementadas pela Companhia no processo de avaliação da redução ao valor recuperável dos ativos das unidades geradoras de caixa; (ii) envolvimento de nossos especialistas internos em avaliação do valor justo para nos auxiliar na avaliação da metodologia usada pela Companhia para calcular o fluxo de caixa descontado, bem como na revisão da taxa desconto utilizada pela Companhia para calcular os fluxos de caixa descontados; (iii) revisão e análise de sensibilidade das principais premissas utilizadas, tais como projeção de vendas e margem de lucro das Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”) da Companhia; e (iv) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas-chave mais sensíveis utilizadas nos cálculos do teste de recuperabilidade do ativo imobilizado e intangíveis, incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

No decorrer de nossa auditoria, foi identificada deficiência de controle interno relacionada à avaliação da redução ao valor recuperável, que nos levou a alterar a natureza e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obter evidência de auditoria suficiente e apropriada.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas relacionados ao teste de valor recuperável do ativo imobilizado e intangíveis, assim como o reconhecimento da provisão para perda e as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 14 e nº 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo.

Realização dos impostos diferidos (conforme nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

Por que é um PAA

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia, conforme divulgado na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, apresenta saldo de impostos de renda diferidos líquidos no montante de R\$712.606 mil. O reconhecimento dos impostos de renda diferidos envolve a necessidade de julgamento em relação ao histórico de lucratividade e a sua futura realização, a partir de projeções de resultados tributáveis futuros.

Esse assunto está sendo considerado como um principal assunto de auditoria, uma vez que a utilização de diferentes premissas nas referidas projeções, incluindo diversas premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Diretoria, poderia modificar significativamente os prazos previstos para a realização dos créditos tributários e impactar a afirmação de que sua recuperação é provável, especialmente à medida em que o prazo para sua recuperação aumenta. Portanto, eventuais mudanças nestas premissas poderiam afetar, de forma significativa, os resultados projetados pela Diretoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) identificação das atividades de controles desenhadas e implementadas pela Companhia no processo de avaliação da realização dos impostos diferidos; e (ii) a revisão das projeções de resultados tributáveis futuros preparada pela Diretoria da Companhia e a consistência dessas projeções com o orçamento elaborado e aprovado pela Diretoria da Companhia e dados históricos de estimativas passadas e suas efetivas realizações.

Adicionalmente, recorreremos a profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia utilizadas pela Companhia e suas controladas quando do fluxo de caixa e da preparação dessas estimativas de rentabilidade futura. Esse fluxo foi a base para projeção do lucro tributável futuro. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis as determinações do lucro tributável futuro e o saldo dos impostos de renda diferidos ativos líquidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

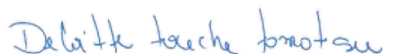
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório e descrita no parágrafo de ênfase. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos uma auditoria de grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Alessandro Costa Ramos
Contador
CRC nº 1 SP 198853/O-3

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	65	244	182.160	165.836
Contas a receber de clientes	8	-	-	129.720	148.065
Estoques	9	-	-	647.234	640.125
Ativo fiscal corrente	11	61	2.531	263.537	270.232
Adiantamentos a fornecedores	-	48	12	55.168	20.980
Créditos contratuais	-	-	-	15.099	66.566
Outros ativos	-	581	1.786	42.855	37.491
Total do ativo circulante		755	4.573	1.335.773	1.349.295
Ativos mantidos para venda	31	-	-	-	387.218
Total do ativo circulante e mantidos para venda		755	4.573	1.335.773	1.736.513
Não circulante					
Conta corrente com partes relacionadas	10	4.020	2.170	1.650	700
Ativo fiscal corrente	11	-	9	208.842	293.872
Impostos diferidos	12	-	-	839.245	858.520
Depósitos judiciais	19	24	47	14.250	13.132
Créditos contratuais	-	-	-	3.359	3.359
Reembolsos por cobrar de contingências	19	-	-	14.907	18.917
Outros ativos	-	50.519	-	110.265	47.434
Investimentos	13	887.426	1.588.203	-	-
Imobilizado	14	2.772	3.647	2.227.844	2.102.527
Direito de uso	15	15.452	23.085	168.955	241.511
Intangível	-	3.077	4.313	16.316	20.170
Total do ativo não circulante		963.290	1.621.474	3.605.633	3.600.142
Total do ativo		964.045	1.626.047	4.941.406	5.336.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Empréstimos e debêntures	16	713.096	565.936	6.066.110	4.490.836
Fornecedores	17	24.922	4.697	791.870	798.626
Passivo de arrendamento	15	11.130	4.650	86.963	66.297
Dividendos a pagar	10	64.963	64.963	64.963	64.963
Conta corrente com partes relacionadas	10	53	53	-	-
Passivo fiscal corrente	18	328	-	79.516	71.093
Salários e encargos	-	-	-	40.156	44.020
Adiantamentos de clientes	-	-	-	142.435	36.547
Operações com derivativos	30	-	-	45.479	60.397
Provisões diversas	-	1.315	3.239	89.658	103.068
Outros passivos	-	533	-	9.772	23.539
Total do passivo circulante		816.340	643.538	7.416.922	5.759.386
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda		-	-	-	185.714
Total do passivo circulante e dos passivos relacionados a ativos mantidos para venda		816.340	643.538	7.416.922	5.945.100
Não circulante					
Fornecedores	17	-	-	122.474	19.525
Passivo de arrendamento	15	5.550	16.588	256.700	353.800
Conta corrente com partes relacionadas	10	1.242.389	1.194.284	222	22
Passivo fiscal corrente	18	-	-	23.704	29.045
Impostos diferidos	12	117.137	117.137	126.639	119.109
Benefícios pós-emprego	-	-	-	18.106	27.314
Provisão para contingências	19	325	300	77.036	72.006
Provisão para perdas nos investimentos	13	1.899.262	899.948	-	-
Outros passivos	-	-	-	16.561	16.482
Total do passivo não circulante		3.264.663	2.228.257	641.442	637.303
Patrimônio líquido negativo					
Capital social		920.963	920.963	920.963	920.963
Ajustes de avaliação patrimonial		(205.872)	(195.027)	(205.872)	(195.027)
Prejuízo acumulado		(3.832.049)	(1.971.684)	(3.832.049)	(1.971.684)
Total do patrimônio líquido negativo	20	(3.116.958)	(1.245.748)	(3.116.958)	(1.245.748)
Total do passivo e patrimônio líquido negativo		964.045	1.626.047	4.941.406	5.336.655

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	21	-	-	3.148.937	5.151.742
Custo dos produtos vendidos	22	-	-	(3.277.690)	(5.693.540)
Prejuízo bruto		-	-	(128.753)	(541.798)
Despesas de vendas	22	-	-	(33.574)	(58.998)
Despesas administrativas	22	(18.765)	(20.320)	(166.333)	(217.143)
Reversão (provisão) de perdas de créditos estimada	7	-	-	(6.579)	433
Reversão de / (Perdas com) impairment de ativo imobilizado	23	-	-	(62.591)	(715.764)
Outras (despesas) receitas operacionais	23	(1.015)	7.126	306.937	(91.365)
Receitas (despesas) operacionais		(19.780)	(13.194)	37.860	(1.082.837)
Equivalência patrimonial	13	(1.690.840)	(2.219.943)	-	-
Prejuízo antes dos resultados financeiros e impostos		(1.710.620)	(2.233.137)	(90.893)	(1.624.635)
Receitas financeiras		1.535	429	39.870	40.225
Despesas financeiras		(152.859)	(101.797)	(1.102.883)	(1.008.744)
Variações cambiais, líquidas		(620)	73	(768.349)	(47.129)
Resultado financeiro líquido	24	(151.944)	(101.295)	(1.831.362)	(1.015.648)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.862.564)	(2.334.432)	(1.922.255)	(2.640.283)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(18.008)	(40.448)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	77.699	346.299
Imposto de renda e contribuição social	12	-	-	59.691	305.851
Prejuízo líquido do exercício		(1.862.564)	(2.334.432)	(1.862.564)	(2.334.432)
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	29	(2,0224)	(2,5348)	(2,0224)	(2,5348)
Quantidade ponderada média de ações ao longo do exercício		920.962.726	920.962.726	920.962.726	920.962.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(1.862.564)	(2.334.432)	(1.862.564)	(2.334.432)
Itens que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado				
Operações no exterior - ajustes de conversão	22.865	(54.032)	22.865	(54.032)
Ganhos (perdas) de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(42.311)	227.582	(42.311)	227.582
Ganhos atuariais dos planos de benefício definido	10.800	4.031	10.800	4.031
Resultados abrangentes totais	(1.871.210)	(2.156.851)	(1.871.210)	(2.156.851)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2024	920.963	(195.027)	(1.971.684)	(1.245.748)
Prejuízo líquido do período	-		(1.862.564)	(1.862.564)
Realização de avaliação patrimonial por depreciação e baixa de imobilizado líquida de efeitos tributários	-	(2.199)	2.199	-
Resultados abrangentes:				
Ajustes de conversão em operações no exterior	-	22.865	-	22.865
Perdas de hedges de fluxo de caixa	-	(42.311)	-	(42.311)
Ganhos atuariais dos planos de benefício definido (líquido de impostos)	-	10.800	-	10.800
Saldos em 31 de dezembro de 2024	920.963	(205.872)	(3.832.049)	(3.116.958)

		Reserva de Lucros				
	Capital Social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2023	920.963	68.416	286.087	(364.363)	-	911.103
Prejuízo líquido do período	-	-	-	-	(2.334.432)	(2.334.432)
Realização de avaliação patrimonial por depreciação e baixa de imobilizado líquida de efeitos tributários	-	-	-	(8.245)	8.245	-
Resultados abrangentes:						
Ajustes de conversão	-	-	-	(54.032)	-	(54.032)
Hedges de fluxo de caixa	-	-	-	227.582	-	227.582
Ganhos atuariais dos planos de benefício definido (líquido de impostos)	-	-	-	4.031	-	4.031
Destinações:						
Compensação de prejuízos	-	(68.416)	(286.087)	-	354.503	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	920.963	-	-	(195.027)	(1.971.684)	(1.245.748)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo líquido do período		(1.862.564)	(2.334.432)	(1.862.564)	(2.334.432)
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	22	12.831	8.135	191.484	293.452
Juros de arrendamentos	24	3.348	959	36.441	36.432
Provisões de contingências	22	232	313	35.729	28.800
Provisões (reversões) ambientais e reembolsos a cobrar	23	-	-	(2.196)	17.346
Provisões (reversões) de estoques	9	-	-	(366)	(3.656)
Impostos correntes e diferidos	12	-	-	(59.691)	(346.299)
Perda (reversão) de créditos estimada	8	-	-	6.579	(433)
Derivativos	24	-	-	230.135	530.897
Juros provisionados e variação cambial	24	147.362	92.026	1.488.548	364.827
Juros sobre impostos parcelados	24	-	-	25.086	60.245
Resultado na venda de ativos	23	-	-	(299.463)	1.796
Resultado de equivalência patrimonial	13	1.690.840	2.219.943	-	-
Provisão de impairment de ativo imobilizado	14	-	-	62.591	715.968
Baixa definitiva de ativos	14	-	-	-	73.948
Atualização monetária sobre crédito de PIS/COFINS	24	-	-	(21.996)	(2.734)
Encargos sobre duplicatas descontadas	24	-	-	59.415	45.753
Juros benefício pós-emprego	-	-	-	2.532	-
Juros de fornecedores	24	-	-	40.775	32.485
		(7.951)	(13.056)	(66.961)	(485.605)
Variações em:					
Contas a receber de clientes	8	-	-	16.771	157.496
Estoques	9	-	-	(15.357)	328.423
Ativos e passivos fiscais	-	2.807	11.038	57.976	(36.194)
Créditos contratuais	-	-	-	-	(63.628)
Fornecedores	17	20.269	1.682	(218.220)	(86.967)
Demais ativos e passivos de curto e longo prazo	-	200	755	(8.107)	28.244
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais		15.325	419	(233.898)	(158.231)
Juros pagos	16	(28)	(37.992)	(144.885)	(293.715)
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(78)	(131)
Fluxo de caixa líquido proveniente da (aplicado nas) atividades operacionais		15.297	(37.573)	(378.861)	(452.077)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	14	-	(1.887)	(95.594)	(491.835)
Recebimentos por vendas de ativo	-	-	-	520.697	5.935
Dividendos de operações mantidas para venda	-	-	-	28.701	-
Adiantamentos de caixa a partes relacionadas	-	-	-	(750)	(724)
Fluxo de caixa aplicado das atividades de investimento		-	(1.887)	453.054	(486.624)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e debêntures	16	-	-	489.857	1.392.670
Pagamentos de empréstimos e debêntures	16	(174)	(156)	(459.767)	(661.916)
Efeito caixa de derivativos	-	-	-	-	(323.325)
Pagamentos de arrendamento	15	(11.037)	(9.058)	(94.925)	(124.523)
Dividendos pagos	-	-	(16.090)	-	(16.090)
Adiantamentos de caixa de partes relacionadas	-	(4.265)	52.940	-	-
Fluxo de caixa (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento		(15.476)	27.636	(64.835)	266.816
Fluxo de caixa líquido					
Variação cambial do caixa e equivalentes de caixa		-	-	6.966	(9.560)
Transferência de caixa para operações mantidas para venda		-	-	-	(61.283)
Variação de caixa e equivalentes de caixa		(179)	(11.824)	16.324	(742.728)
Caixa e equivalentes de caixa em 01 de janeiro		244	12.068	165.836	908.564
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		65	244	182.160	165.836

Em 31 de dezembro de 2024, as principais transações que não envolveram caixa no Fluxo de Caixa Consolidado foram:

- (i) Variações de fornecedores de imobilizado no valor de R\$ 250.657 (R\$ 43.916 em 31 de dezembro de 2023);
- (ii) Adições e renegociações de ativos de direito de uso no valor de R\$ 12.746 (R\$ 50.153 em 31 de dezembro de 2023);
- (iii) Não houve capitalização de juros de empréstimos no período findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 98.853 em 31 de dezembro de 2023);
- (iv) Transferência de derivativos para dívida no valor de R\$ 29.269 (R\$ 306.092 em 31 de dezembro de 2023).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas	-	-	3.980.426	5.809.193
Vendas de mercadorias e produtos	-	-	3.677.471	5.788.112
Outras receitas	-	-	309.534	20.648
Reversão (perdas) estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(6.579)	433
Insumos adquiridos de terceiros	(6.949)	(5.059)	(3.462.077)	(6.535.679)
Custos dos produtos e mercadorias vendidos	-	-	(2.828.194)	(4.882.338)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-	(456.186)	(710.743)
Recuperação (perdas) de valores ativos	-	-	(65.187)	(791.508)
Outros	(6.949)	(5.059)	(112.510)	(151.090)
Valor adicionado (consumido) bruto	(6.949)	(5.059)	518.349	(726.486)
Depreciação e amortização	(12.831)	(8.135)	(191.488)	(293.452)
Valor adicionado líquido produzido (consumido) pela companhia	(19.780)	(13.194)	326.861	(1.019.938)
Valor adicionado recebido em transferência	(1.689.305)	(2.219.514)	39.870	40.225
Resultado de equivalência patrimonial	(1.690.840)	(2.219.943)	-	-
Receitas financeiras	1.535	429	39.870	40.225
Valor adicionado (consumido) total a distribuir	(1.709.085)	(2.232.708)	366.731	(979.713)
Distribuição do valor adicionado (consumido)	(1.709.085)	(2.232.708)	366.731	(979.713)
Pessoal	-	-	243.598	272.186
Remuneração direta	-	-	187.939	140.570
Benefícios	-	-	47.916	114.318
FGTS	-	-	7.371	6.414
Outros	-	-	372	10.884
Impostos, taxas e contribuições	-	6.200	116.511	46.622
Federais	-	6.200	(43.822)	(160.969)
Estaduais	-	-	160.333	207.569
Municipais	-	-	-	22
Remuneração de capitais de terceiros	153.479	95.524	1.869.186	1.035.911
Despesas financeiras	153.479	95.524	1.869.186	1.035.911
Remuneração de capital próprio	(1.862.564)	(2.334.432)	(1.862.564)	(2.334.432)
Prejuízo do exercício	(1.862.564)	(2.334.432)	(1.862.564)	(2.334.432)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Unigel Participações S.A., constituída em 24 de setembro de 2005, (a seguir denominada “Unigel” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) tipo A, com sede na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, bairro Brooklin, na cidade e estado de São Paulo. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, contemplam a Companhia e suas controladas (a seguir denominados como “Grupo”), que são sociedades anônimas de capital fechado. A Companhia é controlada pela Cigel Participações S.A. que detêm 99,9% das ações.

A Companhia atua como empresa “holding” sendo controladora de sociedades que se dedicam a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos químicos, na cadeia de acrílicos e estirênicos, e de fertilizantes na cadeia de agronegócios (“Agro”). Também assessora suas controladas na gestão das áreas de controladoria, finanças, jurídica, planejamento, gestão de pessoas e tecnologia da informação. É integrante do Grupo Unigel o qual foi constituído em 1964.

CONTINUIDADE OPERACIONAL

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base na premissa de continuidade operacional, contudo, há eventos ou condições que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

(i) Fatores que contribuem para a incerteza da continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava um Patrimônio Líquido negativo no montante de R\$ 3.116.958 (R\$ 1.245.748 em 31 de dezembro de 2023), margem bruta negativa e prejuízo líquido de R\$128.753 e de R\$ 1.862.564, respectivamente (margem bruta negativa e prejuízo líquido de R\$541.798 e de R\$ 2.334.432, respectivamente em 31 de dezembro de 2023), geração de caixa operacional consolidado negativo de R\$ 378.861 (R\$ 452.077 em 31 de dezembro de 2023), e um capital circulante líquido consolidado negativo de R\$ 6.081.149 (capital circulante líquido consolidado negativo de R\$ 4.208.587 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, os custos financeiros associados à dívida da Companhia foram influenciados pela alta taxa de juros básica da economia brasileira (“SELIC”) nos últimos anos, impactando negativamente os resultados financeiros dela.

Além das taxas de juros, os principais fatores que contribuíram para a piora da situação financeira da Companhia foram:

- **Desafios no setor e impactos no desempenho operacional:** Os setores químico e agroindustrial, nos quais o Grupo Unigel atua, têm enfrentado desde 2023 condições econômicas desafiadoras, incluindo a alta ou a manutenção em níveis elevados, dos preços das suas matérias-primas, tanto no mercado local quanto no mercado internacional, enquanto os preços de venda dos seus produtos no mercado internacional e no mercado interno sofreram significativas reduções. Neste contexto, a Companhia vem concentrando seus esforços na preservação de sua liquidez e entre as principais medidas adotadas, destacam-se a paralisação de operações que geravam margens operacionais negativas. Em dezembro de 2024, a produção das duas plantas de Agro situadas, respectivamente, em Camaçari/BA e em Laranjeiras/SE e, ainda, a planta de acrilonitrila, situada em Camaçari/BA continuavam paralisadas. Além disso, a planta de metacrilatos, localizada em Candeias/BA, também teve suas operações paralisadas em julho de 2024, porém o Grupo tem atendido as demandas cativas operacionais de resinas plásticas (PMMA) por meio de importações de monômeros acrílicos, bem como, o Grupo tem atendido as demandas do mercado interno para o produto acrilonitrila, por meio de revendas mediante importação de tal produto, gerando margem operacional positiva.

- **Eventos de inadimplência:** A Companhia enfrentou eventos de inadimplência relacionados às suas obrigações de atendimento a índices financeiros (covenants) e, também, devido a conversão de determinados instrumentos financeiros em dívida em virtude do não pagamento deles na data dos seus vencimentos, tanto em relação ao Bond quanto para as debêntures, culminando na solicitação de antecipação de pagamento por parte de seus credores. A Companhia através da implementação do plano de recuperação extrajudicial no mês de janeiro de 2025, reestruturou suas dívidas.
- **Descumprimento de covenants:** Conforme informado acima, a Companhia não conseguiu manter seus indicadores de covenants desde 30 de junho de 2023, resultando na reclassificação da dívida de não circulante para circulante, devido a eventos de inadimplência e *cross-default*. A implementação do plano de recuperação extrajudicial, que ocorreu em janeiro de 2025, no que tange à reestruturação dívidas, teve como objetivo, entre outros, a exclusão de covenants financeiros dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos.
- **Restrições de crédito:** As linhas de crédito disponíveis da Companhia com instituições financeiras foram restringidas desde 2023, devido à deterioração da sua saúde financeira e rebaixamento de rating.

(ii) Plano de ação implementado pela Companhia

Diante do cenário acima exposto e em resposta a tais dificuldades financeiras, a Administração da Companhia contratou assessores financeiros e jurídicos com o objetivo de desenhar e implementar uma série de ações visando a redução do prejuízo operacional, o reequilíbrio da sua estrutura de capital e da sua geração caixa e, ainda, formular uma solução de longo prazo, financeiramente viável, sendo as principais ações implementadas pela Companhia, as elencadas a seguir:

- **Ajustes operacionais:** Conforme informado acima, a Companhia adaptou suas operações objetivando a preservação de sua liquidez, através da paralisação de operações com margens operacionais negativas e a redução parcial de volumes de produção de determinadas plantas, detalhadas acima. Adicionalmente, em dezembro de 2023, reconhecemos provisão para recuperação de ativos relacionadas as plantas de Agro, conforme detalhadamente divulgado na nota explicativa 14 – Imobilizado e na nota explicativa 15 – Direito de uso e passivo de arrendamento, no montante de R\$715.764. O valor de impairment desses bens foi complementado em 2024 no valor de R\$ 1.552.

Durante 2024, a Companhia manteve o mercado interno abastecido no tocante às operações de químicos, de Acrilonitrila e resinas plásticas, por meio de importações de Acrilonitrila e de monômeros acrílicos, sendo esta última para produção de PMMA. Tais operações apresentaram margens operacionais positivas e reafirmaram ao mercado interno o comprometimento de manutenção do abastecimento interno por parte da Companhia.

- **Contrato de fornecimento de gás natural:** A Companhia, por meio da controlada Proquigel, ingressou com Ação Cautelar Pré-Arbitral contra a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e obteve medida liminar em dezembro de 2023, garantindo a suspensão de obrigações do Contrato de Fornecimento de Gás Natural e dos Contratos de Arrendamento vinculados as duas plantas de Agro, localizadas em Camaçari/BA e Laranjeiras/SE. Em virtude dessa liminar, ficou suspensa, portanto, a obrigação futura de compra de gás natural num volume total de 5 bilhões de metros cúbicos até 2034. Em seguida, a Companhia, instaurou processo de arbitragem, conforme cláusula compromissória prevista nos contratos, onde será discutido o mérito da disputa em relação à revisão das bases contratuais.

Durante 2024, a Companhia avançou no processo negocial junto à Petrobras, no sentido de encontrar uma solução econômica e comercial viável para ambas as companhias. Nesse sentido, o processo de arbitragem foi temporariamente suspenso até a data de 24 de março de 2025, de tal forma que fosse direcionada uma solução amigável entre as partes, maiores detalhes na nota 17.

(iii) Plano de Reestruturação Financeira e Pedido de Recuperação Extrajudicial

Em 20 de fevereiro de 2024, o Grupo Unigel entrou com um pedido de recuperação extrajudicial que, após um período de negociação com os credores onde obteve a anuência de, aproximadamente, 57% dos mesmos para a aprovação dos planos de recuperação extrajudicial, foi aditado com pedido de homologação em 20 de maio de 2024. Esses planos foram homologados pelos tribunais Brasileiro e de Nova Iorque em 11 novembro e 10 de dezembro de 2024, respectivamente, para que a Companhia pudesse implementar esse plano, cujas ações de implementação foram concluídas em 30 de janeiro de 2025. Os planos de recuperação extrajudicial buscam equacionar as dívidas da Companhia e assegurar sua sustentabilidade financeira. O Plano de recuperação extrajudicial pedido está dividido em dois planos consensuais distintos, um para holding e outro para as entidades operacionais (PRE HoldCo e PRE OpCo) e prevê os seguintes eventos e ações:

- **Venda de ativos:** A venda da Plastiglas de México S/A de CV por aproximadamente US\$ 83 milhões líquidos (equivalente a R\$430 milhões), efetivada no primeiro semestre de 2024, com entrada do caixa em 5 de junho de 2024.
- **Captação de recursos:** A captação de pelo menos US\$ 120 milhões por meio da emissão de Senior Notes com vencimento em dezembro de 2027 e juros trimestrais de 13,5% ao ano, sujeito a cash sweep trimestral inicial de US\$ 100 milhões até 2025 e US\$ 75 milhões de 2026 em diante. Os recursos serão utilizados para investimentos estratégicos e para melhora do capital de giro, com entrada do caixa ocorrida em Janeiro de 2025.
- **Reorganização societária:** O Plano Reestruturado previu a criação de uma nova holding na Holanda (“HoldCo”), que concentrará a titularidade dos investimentos no Grupo Unigel. A empresa foi criada em 2024, sendo denominada Unigel Netherlands Holding Corporation B.V. Os credores abrangidos pelo Plano Reestruturado tiveram a oportunidade de optar por diferentes modalidades de pagamento para seus créditos, incluindo a conversão em novos títulos de dívida, participação societária na HoldCo e pagamentos em dinheiro, conforme descrito a seguir:
 - *Credores financiadores:* Credores que optaram por contribuir com novos recursos (“Novos Recursos”) para a Companhia receberam, em substituição aos seus créditos existentes, uma combinação de Novas Notas Reestruturadas, Notas Participativas, Notas de Novos Recursos e ações da HoldCo.
 - *Credores não financiadores:* Credores que optaram por não contribuir com Novos Recursos receberam, em substituição aos seus créditos existentes, uma combinação de Novas Notas Reestruturadas e Notas Participativas.
 - *Opções de pagamento em dinheiro com prazo alongado:* O Plano Reestruturado também contemplou opções de pagamento em dinheiro para certos credores, com prazos e condições específicas.
- **Reestruturação da dívida:** A renegociação das dívidas existentes determinou a criação de novas dívidas em substituição as anteriores, com as seguintes características:
 - Novas notas reestruturadas (2L Notes): Notas emitidas pela Unigel Luxembourg de acordo com as leis do estado de Nova Iorque, Estados Unidos da América, com vencimento em 31 de dezembro de 2028 e juros remuneratórios de (i) 12% a.a. da data do pedido de recuperação extrajudicial até 31 de dezembro de 2025, a serem capitalizados ou (ii) 11% a.a., a serem pagos em dinheiro a cada trimestre, a critério da Companhia e a partir de 1º de janeiro de 2026, juros de 11% a.a., a serem pagos em dinheiro a cada trimestre. As notas também têm direito a *cash sweep* em caso de excesso de caixa apurado ao final de cada trimestre fiscal. As notas serão garantidas pelas ações da HoldCo, das empresas do Grupo: Unigel Participações S.A., Companhia Brasileira de Estireno - CBE, Proquigel Química S.A., Unigel Químicos S.A., Unigel Distribuidora S.A., Unigel Comercializadora de Energia S.A., Ecohydrogen Energy S.A. e Unigel Luxembourg; por equipamentos industriais, plantas, edifícios e terrenos constituindo ativos industriais, além de 30% dos recebíveis de clientes.

- Notas participativas (*Participating Notes*): Notas emitidas pela HoldCo, sendo 90% destinado a credores aderentes ao plano e 10% destinado a Cigel Participações S.A.. As notas terão vencimento em 31 de dezembro de 2044 com juros de (i) 15% a.a. a serem capitalizados no valor principal da data do pedido até 31 de dezembro de 2028 (ii) a partir de 1 de janeiro de 2029, juros de 15% a.a. que poderão ser capitalizados no valor principal ou pagos anualmente, desde que as 2L notes e os novos recursos tenham sido integralmente amortizados. As notas também têm direito a *cash sweep* em caso de excesso de caixa apurado ao fim de cada trimestre fiscal. As notas participativas serão convertidas em 95% do capital social total da HoldCo nos seguintes casos: (a) obrigatoriamente e automaticamente, caso as notas participativas não tenham sido integralmente amortizadas ou refinanciadas até 31 de dezembro de 2029, podendo ser postergado para 31 de dezembro de 2030 caso o saldo das notas participativas em 31 de dezembro de 2029 seja igual ou menor que o saldo das notas participativas em 31 de dezembro de 2028; (b) tenha ocorrido um evento de conversão antecipado. Enquanto existirem as notas participativas a HoldCo não poderá distribuir dividendos.
- **Participação societária e governança:** Concessão de 50% de ações na constituição da HoldCo aos Credores Financiadores, garantindo 50% de direitos econômicos e de governança durante o período de vigência dos novos títulos emitidos. Esses títulos foram emitidos em 30 de janeiro de 2025.
- **Garantias:** As Senior Notes emitidas no contexto do PRE HoldCo e do PRE OpCo terão garantia de primeiro grau de parte substancial dos ativos da Companhia, com exceção de ativos específicos mencionados no Anexo A do plano de recuperação extrajudicial. As Novas Notas 2L terão garantia de segundo grau sobre os mesmos ativos.

Em 31 de dezembro de 2024 as consumações dos Planos de Recuperação Extrajudicial estão sujeitas ao cumprimento das condições de eficácia neles previstas. Essas condições foram atendidas e os Planos de Recuperação Extrajudicial foram efetivamente concluídos e aprovados em 30 de janeiro de 2025, conforme detalhado na nota explicativa de eventos subsequentes.

A implementação do Plano Reestruturado resultou em uma significativa redução do endividamento da Companhia, através da conversão de dívida em capital, além da injeção de novos recursos financeiros. Adicionalmente, a reorganização societária e a nova estrutura de governança corporativa da HoldCo visam fortalecer a gestão e a governança do Grupo.

A Administração acredita que com a implementação do Plano Reestruturado fortaleceu significativamente a posição financeira do Grupo e proporcionou uma base sólida para o crescimento futuro. A reestruturação da dívida, a reorganização societária e a captação de novos recursos devem permitir que a Companhia atenda às suas obrigações de capital de giro e explore novas oportunidades de negócios como por exemplo, a conclusão do projeto da nova planta de Ácido Sulfúrico situada no Estado da Bahia.

Em relação aos ajustes operacionais e perspectivas futuras, a Companhia está em processo de retomada dos investimentos remanescentes para a conclusão e partida do projeto da nova planta de Ácido Sulfúrico durante o último trimestre de 2025, assim como, com base nas projeções futuras de mercado que indicam melhora nos preços de químicos, espera-se recomposição gradativa das margens operacionais do segmento de Químicos.

Apesar do avanço e aprovação dos planos de recuperação extrajudicial da Companhia e de suas controladas, a continuidade operacional depende, de forma individual ou conjunta (i) da execução de investimentos para expansão da produção de ácido sulfúricos; (ii) da recuperação dos preços dos produtos químicos no mercado internacional para suportar seu plano de negócio; e (iii) da conclusão da negociação do contrato de fornecimento de gás natural; assuntos esses que podem lançar dúvidas significativas quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia. O uso, pela Administração, do pressuposto de continuidade operacional, foi feito baseado no fato de que as ações acima mencionadas serão implementadas. Essas demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que possam resultar das incertezas anteriormente mencionadas.

A composição societária do Grupo em 31 de dezembro de 2024 é a mesma em relação a 31 de dezembro de 2023, exceto em relação a subsidiária Plastiglas do México S.A. de C.V., alienada no primeiro semestre de 2024 (vide Nota Explicativa 28). Portanto, o Grupo possui, atualmente, as seguintes empresas controladas:

Empresas	País	% Participação	Principais produtos
		31/12/2024	
Proquigel Química S.A. e subsidiária:	Brasil	99,9%	Metil e etil metacrilatos, metil e etil acrilatos, cianeto de sódio, sulfato de amônia, ácido metacrílico glacial, amônia, ureia e ARLA.
Ecohydrogen Energia S.A.	Brasil	99,9%	Hidrogênio verde (planta em construção)
Unigel Distribuidora S.A.	Brasil	99,9%	Distribuidora de produtos do Grupo.
Unigel Luxemburgo S.A.	Luxemburgo	99,9%	Gestão de ativos financeiros em mercado de capitais.
Unigel Comercializadora de Energia S.A.	Brasil	99,9%	Comercialização de energia elétrica.
Unigel Químicos S.A.	Brasil	99,9%	Placas de acrílicos e resinas acrílicas.
Companhia Brasileira de Estireno e subsidiárias:	Brasil	99,9%	Estireno, poliestireno, etil benzeno, tolueno, látex, acrilonitrila, ácido cianídrico e acetona cianídrica.
Unigel Inc.	EUA	99,9%	Distribuidora de produtos do Grupo
Metacril Holdings, S.A. de C.V. e subsidiária:	México	99,9%	Holding intermediária.
Unigel Acrílicos, S.A. de C.V.	México	99,9%	Metil e etil metacrilatos, metil e etil acrilatos, cianeto de sódio e sulfato de amônia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis da controladora e do consolidado da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

2.2. DECLARAÇÃO DE RELEVÂNCIA

A Administração aplicou na elaboração das demonstrações financeiras da controladora e do consolidado a orientação técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das informações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

2.3. BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras da controladora e do consolidado foram preparadas com base no custo histórico (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas normas contábeis. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração considera suas características de precificação na data de mensuração.

As demonstrações financeiras da controladora e do consolidado foram preparadas tomando por base a continuidade operacional da Companhia, que pressupõe que a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e de acordo com sua projeção do fluxo de caixa, entende com base na divulgação realizada na nota 1 relacionado ao plano de reestruturação, que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Assim, estas demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras da controladora e do consolidado da Companhia de 31 de dezembro de 2024 e 2023, incluem as operações das controladas mencionadas na nota 1. Estas informações foram preparadas de acordo com os seguintes critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2025 e autorizadas a publicação em 31 de março de 2025.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras da controladora e do consolidado, estão apresentadas em Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Administração do Grupo definiu que sua moeda funcional é o Real, com exceção das suas subsidiárias no México, em Luxemburgo e nos Estados Unidos da América, cuja moeda funcional é o dólar americano.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras da controladora e do consolidado, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4.1 JULGAMENTOS

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 15** – Prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer as opções de prorrogação previstas.
- **Nota explicativa nº 31** – Ativos mantidos para venda: se o negócio mantido para venda representa uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações.

4.2 INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS E ESTIMATIVAS

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas, em 31 de dezembro de 2024, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 8** – Contas a receber de clientes: mensuração da perda de crédito esperada com premissas de perda esperada.
- **Nota explicativa nº 9** – Estoques: o Grupo avalia trimestralmente o valor realizável dos estoques para identificar o *impairment* através de uma análise do custo de produção versus o valor de realização.
- **Nota explicativa nº 12** – Impostos diferidos: O Grupo avalia anualmente a disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais a compensar e diferenças temporárias podem ser utilizados.
- **Nota explicativa nº 14** – Imobilizado: o Grupo avalia anualmente a vida útil do ativo imobilizado por meio de pessoal técnico interno, além da avaliação de *impairment* através do valor em uso versus valor contábil, ao menos uma vez ao ano ou quando há indicativos de mudanças significativas dos ativos.

- **Nota explicativa nº 19.2** – Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis, Trabalhistas e Ambientais: reconhecimento e mensuração de contingências, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de uma saída de recursos.

4.3 MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente os dados significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs* para ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* inobserváveis).

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo estiverem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a mensuração.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 26 – Instrumentos financeiros.

5. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras da controladora e do consolidado foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- O ativo ou passivo líquido de benefícios pós emprego definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido.

6. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo foram aplicadas consistentemente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

6.1 BASE DE CONSOLIDAÇÃO

(i) Subsidiárias

Subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixar de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Perda de Controle

Quando o Grupo perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

6.2 EFEITOS DAS MUDANÇAS NAS TAXAS DE CÂMBIO E CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

(i) Transações em moedas estrangeiras

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pela taxa histórica na moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real, às taxas médias mensais.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

6.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes, sem um componente significativo de financiamento, são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

a. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas os pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota explicativa nº 30). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

b. Ativos financeiros – Avaliação por modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados a saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros, em transações que não se qualificam para o desreconhecimento, não são consideradas vendas de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

c. Ativos financeiros – avaliação se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo);
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Termos contratuais que possam ajustar a taxa de juros de um ativo.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

d. Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

e. Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Veja a nota explicativa 26.3 sobre os passivos financeiros designados como instrumentos de *hedge*.

(iii) Desreconhecimento

a. Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

b. Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção de determinados passivos financeiros não derivativos.

No início das relações de *hedge* designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

(vi) Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

(vii) Derivativos embutidos

Derivativos embutidos são componentes de um contrato híbrido que inclui também um componente principal não derivativo fazendo com que a totalidade ou parte dos fluxos de caixa do contrato principal seja modificada. O Grupo avaliou a existência e a necessidade de separação de derivativos embutidos em todos os seus contratos e, quando necessária a separação, efetuou a mensuração destes derivativos utilizando as mesmas práticas adotadas para outros derivativos que o Grupo possui.

6.4 ESTOQUES

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo ponderado médio. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

O valor realizável líquido é a estimativa entre o valor de venda usual no curso normal dos negócios, deduzido dos custos de fabricação e venda.

6.5 IMOBILIZADO

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os grupos de terrenos, edificações, equipamentos, instalações industriais e dependências, são demonstrados pelo custo de aquisição acrescido da mais valia resultado do custo atribuído (*deemed cost*), em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC, com base em avaliações efetuadas por avaliadores independentes, deduzida a subsequente depreciação, exceto para terrenos.

Os custos de ativos construídos pelo Grupo incluem materiais, matéria prima, mão de obra direta e outros, assim como quaisquer outros custos necessários para o transporte e operacionalização do ativo da maneira esperada pela administração.

Compras de software que são necessárias para a funcionalidade de um ativo imobilizado são capitalizadas como parte do ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

CUSTOS SUBSEQUENTES

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

DEPRECIAÇÃO

Depreciação de um ativo imobilizado é iniciada quando o item está pronto para uso, ou seja, quando está no lugar e condições necessárias para ser capaz de operar da forma idealizada pela Administração.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação médias estimadas do ativo imobilizado do Grupo ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, são as seguintes:

Categoria	Taxa de depreciação
Edifícios	5,23% a.a.
Máquinas e equipamentos	6,50% a.a.
Instalações, ferramentas e instrumentos	6,65% a.a.
Equipamentos de informática	14,58% a.a.
Veículos	20,00% a.a.
Móveis e utensílios	9,97% a.a.
Materiais de reposição (i)	6,50% a.a.
Benfeitorias em bens próprios	4,46% a.a.

- (i) Este item refere-se a materiais específicos feitos sob medida que mantêm linhas produtivas específicas e, portanto, sua depreciação tem a mesma taxa que as máquinas relacionadas.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas de crédito esperadas (PCE) sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

A perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento é aquela que resulta de todos os eventos de *default* que podem ocorrer em toda a vida do instrumento.

O período máximo considerado para estimar a perda de crédito esperada é o período contratual máximo sobre o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e avaliação de garantias.

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

O Grupo avalia as contas a receber de forma agregada considerando as características gerais do mercado interno e externo e segmento. Quando o ativo está vencido a mais de 90 dias, o Grupo avalia o título de forma individualizada, considerando garantias e a avaliação de crédito interna.

O Grupo considera o ativo financeiro como inadimplente quando: (i) é altamente provável que a contraparte não pague integralmente as obrigações para com o Grupo, sem o Grupo recorrer as garantias (se houver); ou (ii) o ativo financeiro estiver vencido a mais de 90 dias.

Mensuração das PCEs

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados dos ativos financeiros.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado.

6.6 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

(iii) Planos de benefício definido

A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Os ganhos e perdas resultantes dos planos de benefício definido são reconhecidos como Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Patrimônio líquido.

6.7 INCENTIVOS FISCAIS

Os incentivos fiscais são reconhecidos no resultado da Companhia no período que ocorrem e quando há suficiente segurança de que eles serão realizados.

O Grupo reconhece receitas de incentivos estaduais oriundos do DESENVOLVE (Bahia) e PSDI (Sergipe), e incentivos federais referentes ao REIQ, redução de imposto de renda (região da SUDENE) e REINTEGRA, ver nota explicativa nº 27.

6.8 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem juros sobre ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, receitas de juros sobre empréstimos concedidos e recebíveis, resultado de derivativos, descontos de fornecedores, variações cambiais ativas e outras receitas financeiras.

As despesas financeiras incluem despesas com juros, descontos concedidos a clientes, impostos sobre receitas financeiras, juros de empréstimos e fornecedores, resultado de derivativos, variações cambiais passivas e outras despesas financeiras.

(i) Reconhecimento das receitas financeiras

As receitas consideram-se realizadas:

- nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidora na propriedade de bens anteriormente pertencentes à Companhia, quer pela fruição de serviços por esta prestados;
- quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;
- pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;

(ii) Reconhecimento das despesas financeiras

Consideram-se incorridos os gastos:

- quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;
- pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;
- pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros são reportadas em uma base líquida na demonstração do resultado, como receitas ou despesas financeiras, dependendo se a variação cambial líquida é um ganho ou uma perda.

6.9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto se estiverem relacionados à itens diretamente reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

(i) Receitas (Despesas) de imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas ou receitas de imposto corrente são os impostos a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e são registradas no resultado do exercício, respectivamente, contra passivos fiscais a pagar ou ativos fiscais a recuperar.

(ii) Receitas (Despesas) de imposto de renda e contribuição social diferido

As receitas e despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no resultado do exercício contra ativos e passivos fiscais diferidos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos, em relação às diferenças temporárias, entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os autorizados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são reconhecidos com o objetivo de serem compensados com imposto de renda e contribuição social sobre lucros tributáveis futuros, limitado a 30% destes lucros em cada exercício.

Um ativo fiscal diferido somente é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão utilizados.

Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios acima forem atendidos.

6.10 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Ativos contingentes são reconhecidos quando são praticamente certos e quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado.

Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

Passivos contingentes

Reconhecidas quando:

- A Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.
- São quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores jurídicos.
- Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados.

6.11 RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTE

A receita é medida com base na contrapartida especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle de um bem para um cliente.

As informações a seguir fornecem entendimento sobre a natureza e o momento da satisfação das obrigações de desempenho no contrato com o cliente:

- (i) Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo prazos de pagamento significativos

Os clientes obtêm o controle dos produtos de Estirênicos, Acrílicos e Agro, conforme apresentado no item 6.11.(ii), “Reconhecimento de Receita”. Os prazos de pagamento de faturas são determinados com base em uma análise de crédito realizada para cada cliente individualmente.

Desconto comercial pode ser concedido aos clientes com base na negociação, e eles representam uma redução do preço padrão. A nota fiscal é emitida pelo preço padrão menos a quantia de desconto comercial. Além disso, o Grupo pode conceder descontos aos clientes como incentivos para os clientes que anteciparem o pagamento.

Alguns contratos permitem que o cliente devolva o produto antes da aceitação.

- (ii) Reconhecimento de Receita – CPC 47 / IFRS 15

A receita é reconhecida quando as mercadorias são aceitas pelo cliente em suas instalações com base nos seguintes tipos de frete:

Canal	Tipo de frete	Natureza e tempo de satisfação das obrigações de performance	Reconhecimento de receita
Rodoviário	Frete pago pelo vendedor	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas em suas instalações.	Reconhecido quando as mercadorias foram entregues e aceitas nas premissas do cliente.
Rodoviário	Frete pago pelo comprador	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias são despachadas do depósito do Grupo.	Reconhecido no despacho da mercadoria.
Marítimo	Custo seguro e frete (<i>cost insurance and freight</i>)	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias chegam ao porto de destino.	Reconhecido quando o navio de carga chega ao porto de destino.
Marítimo	<i>Free on board</i>	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias são embarcadas no navio de carga.	Reconhecido quando as mercadorias são embarcadas no navio de carga.

6.12 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos de negócios são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à diretoria. Da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos corporativos (primariamente a sede e administração da Companhia), resultados financeiros, e imposto de renda e contribuição social.

6.13 LUCRO OU PREJUÍZO POR AÇÃO

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, entretanto, o grupo não possui nenhum efeito diluidor nos exercícios apresentados.

6.14 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

6.15 CPC 06 (R2) / IFRS 16 – ARRENDAMENTOS

(i) Definição de arrendamento

O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento quando ele transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2) / IFRS 16.

No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação do mesmo a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais.

(ii) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16

Os arrendamentos são mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo no momento da contratação.

A taxa de desconto foi calculada considerando o custo efetivo de empréstimos no nível do Grupo.

Os ativos de direito de uso são mensurados inicialmente por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados.

Conforme descrito na nota explicativa número 15, o Grupo identificou indícios de perda por redução ao valor recuperável em seus ativos de direito de uso.

6.16 ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda for considerada altamente provável e o ativo estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Quando o Grupo está comprometido com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos acima, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda, mesmo que após a venda o Grupo ainda retenha participação de não-controladores na sua antiga controlada.

Quando o Grupo está comprometido com um plano de venda que envolve a alienação do investimento em uma coligada, ou de uma parcela do investimento em uma coligada, o investimento, ou a parcela do investimento, que será alienado é classificado como mantido para venda quando atendidos os critérios descritos anteriormente, e o Grupo descontinua o uso do método de equivalência patrimonial em relação à parcela classificada como mantida para venda. Qualquer parcela do investimento em uma coligada que não foi classificada como mantida para venda continua sendo contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

6.17 MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As seguintes normas sofreram mudanças no exercício, mas sem impactos significativos para o Grupo:

Normas	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de:
CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis	Apresentação de passivos circulantes e não circulantes com e sem covenants	IAS 1	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Exigências adicionais de divulgação para operações de <i>sale and leaseback</i>	IFRS 16	01.01.2024
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros (Evidenciação)	Exigências de demonstrações padronizadas de acordos de financiamento com fornecedores	IAS 7	01.01.2024

6.18 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, o Grupo não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

- Alterações à IAS 21 – Falta de conversibilidade
- IFRS 18 – Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras
- IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

A administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do Grupo em períodos futuros, exceto se indicado a seguir:

IFRS 18 – APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 introduziu novas exigências para:

- Apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado
- Apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras
- Melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações

A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

A administração espera que a adoção do IFRS 18 apresente um maior alinhamento entre as peças contábeis, o fluxo de caixa e os MPMs, integrando melhor a análise da situação financeira da Companhia.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa em bancos em Reais	65	244	32.770	2.344
Caixa em bancos em Dólares	-	-	70.172	45.257
Certificados de depósitos bancários ⁽¹⁾	-	-	79.218	117.538
Investimentos em moeda estrangeira ⁽²⁾	-	-	-	697
	65	244	182.160	165.836

(1) Investimentos em certificados de depósitos bancários – CDB com liquidez diária e rentabilidade média de aproximadamente 98,9% (98,9 % em 31 de dezembro de 2023) do CDI.

(2) Investimentos com liquidez diária em pesos mexicanos com taxa média de 3,6% a.a. em 31 de dezembro de 2023.

Os equivalentes de caixa do Grupo consistem em certificados de depósitos bancários (CDBs). Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento sem alteração significativa de valor.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Mercado interno	124.484	115.121
Mercado externo	14.703	27.691
Partes relacionadas (Nota 10)	192	13.988
	139.379	156.800
(-) Perda de crédito esperada	(9.659)	(8.735)
	129.720	148.065

O prazo médio de recebimento da Companhia é, em grande parte, inferior a 30 dias, razão pelo qual o valor de seus títulos a receber é similar ao seu valor presente. A Companhia realiza parte de suas contas a receber de clientes por meio da alienação de títulos para fundos destinados à aquisição de recebíveis. Essas operações são realizadas, com direito de regresso, de forma que ficam registradas no ativo e na rubrica de empréstimos até a sua liquidação e sem direito de regresso, com transferência substancial dos riscos e benefícios dos recebíveis, razão pelo qual os títulos são baixados no momento da operação.

A Companhia possuía títulos cedidos com instituições financeiras, com direito de regresso, no valor de R\$ 66.124 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 49.394 em 31 de dezembro de 2023).

Em operações de desconto de duplicatas ao longo de 2024 foram apropriados juros de R\$ 59.415 (R\$ 32.839 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

As perdas de crédito esperadas referem-se a perdas estimadas para a vigências do contrato e, nos casos vencidos acima de 90 dias, para a totalidade do valor, exceto se houver garantia ou, se na visão do comitê de crédito do Grupo, houver expectativa de recuperação do valor. O título é baixado de forma definitiva quando não há qualquer expectativa de recuperação.

Os vencimentos dos títulos a receber estão distribuídos da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	129.764	139.309
Vencidos:		
Entre 1 e 30 dias	6.677	3.531
Entre 31 e 60 dias	557	999
Entre 61 e 90 dias	-	809
Acima de 91 dias	2.381	12.152
	139.379	156.800

As movimentações da provisão para perda de crédito esperada estão descritas abaixo:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(22.794)
Adições e reversões	433
Baixas	12.175
Variação cambial	911
Ajustes de conversão – controladas no exterior	540
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(8.735)
Adições e reversões	(6.579)
Baixas	7.347
Variação cambial	186
Ajustes de conversão – controladas no exterior	(1.878)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(9.659)

9. ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Produtos acabados	157.796	166.961
Produtos em processo	1.133	15.758
Matérias primas	112.749	104.690
Materiais secundários	44.141	73.748
Almoxarifado de materiais de manutenção	254.135	231.036
Estoques em trânsito	46.313	30.384
Estoques em poder de terceiros	30.967	17.548
	647.234	640.125

Os itens de estoques de almoxarifado de materiais de manutenção são administrados através da gestão de estoque único e consideram materiais que, por vezes, podem ser utilizados em diferentes unidades fabris. Tal conceito é adotado para minimizar eventuais compras e estocagem em mais de um almoxarifado de materiais de uso comum entre as unidades fabris, reduzindo, desta forma, o custo de capital de giro da Companhia.

Os itens de estoques são apresentados pelo seu custo ou pelo seu valor realizável líquido, dos dois, o menor. Em 31 de dezembro de 2024 o valor de R\$ 7.698 (R\$ 9.090 em 31 de dezembro de 2023), foi reconhecido como uma redução de estoques em contrapartida do resultado do exercício, em custo dos produtos vendidos.

A movimentação da provisão para perdas a valor realizável líquido de estoques está a seguir demonstrada:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(28.906)
Adições e reversões	3.656
Baixas por perda efetiva	16.326
Ajustes de conversão – subsidiárias no exterior	(166)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(9.090)
Adições e reversões	366
Baixas por perda efetiva	1.252
Ajustes de conversão – subsidiárias no exterior	(226)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(7.698)

Em 31 de dezembro de 2024 o Grupo possui o valor de R\$ 222.245 (R\$ 426.588 em 31 de dezembro de 2023) dos estoques dados em garantia para empréstimos e parcelamentos de fornecedores.

10. PARTES RELACIONADAS

10.1. SALDOS PATRIMONIAIS

	Controladora				
	31/12/2024				
	Ativo	Passivo			
	Não circulante	Circulante			Não circulante
	Conta Corrente	Dividendos	Fornecedores	Conta Corrente	Conta Corrente
Unigel Netherlands Holdings Co.	-	-	-	-	(200)
Unigel Químicos S.A.	1.355	-	-	-	-
Cigel Participações S.A.	1.559	(64.963)	-	-	-
Unigel Comercializadora de Energia S.A.	-	-	-	-	(2.083)
Companhia Brasileira de Estireno	-	-	-	-	(1.117.592)
Proquigel Química S.A.	-	-	-	-	(89.142)
Unigel Distribuidora S.A.	-	-	-	-	(33.372)
Metacril Holdings S.A. de C.V.	-	-	(1.352)	-	-
Ecohydrogen Energia S.A	1.106	-	-	-	-
Outras	-	-	-	(53)	-
Total	4.020	(64.963)	(1.352)	(53)	(1.242.389)

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Controladora				
	31/12/2023				
	Ativo	Passivo			
	Não circulante	Circulante			Não circulante
	Conta Corrente	Dividendos	Fornecedores	Conta Corrente	Conta Corrente
Cigel Participações S.A.	609	(64.963)	-	-	-
Unigel Químicos S.A.	403	-	-	-	-
Unigel Comercializadora de Energia S.A.	904	-	-	-	-
Companhia Brasileira de Estireno	-	-	-	-	(1.055.247)
Proquigel Química S.A.	-	-	-	-	(105.060)
Unigel Distribuidora S.A.	-	-	-	-	(33.976)
Metacril Holdings S.A. de C.V.	-	-	(1.057)	-	-
Plastiglas de México S.A. de C.V.	254	-	-	-	-
Outras	-	-	-	(53)	-
Total	2.170	(64.963)	(1.057)	(53)	(1.194.283)

	Consolidado					
	31/12/2024					
	Ativo			Passivo		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Contas a receber	Adto. a fornecedores	Conta Corrente	Dividendos	Fornecedores	Conta Corrente
Unigel Netherlands Holdings Co.	-	-	-	-	-	(200)
Quimivita Fertilizantes Ltda.	159	-	-	-	-	-
Cigel Participações S.A.	-	-	1.650	(64.963)	-	(22)
CPE Plásticos Ltda.	-	-	-	-	-	-
Grupo Ergotrans	33	5.951	-	-	(6.594)	-
Total	192	5.951	1.650	(64.963)	(6.594)	(222)

	Consolidado					
	31/12/2023					
	Ativo			Passivo		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Contas a receber	Adto. a fornecedores	Conta Corrente	Dividendos	Fornecedores	Conta Corrente
Cigel Participações S.A.	-	-	700	(64.963)	-	(22)
Quimivita Fertilizantes Ltda.	7.623	-	-	-	-	-
CPE Plásticos Ltda.	6.132	-	-	-	-	-
Grupo Ergotrans	233	5.944	-	-	(3.148)	-
Total	13.988	5.944	700	(64.963)	(3.148)	(22)

DIVIDENDOS

Os valores classificados como dividendos poderão ser pagos de acordo com a disponibilidade de caixa.

CONTA CORRENTE

Os valores classificados como conta corrente são referentes a transações de caixa entre as empresas do Grupo suportados por contratos com prazo de validade indeterminado ou com renovação automática e são denominados como “Contratos de Conta Corrente”. Nestes contratos, as partes estabeleceram que não haverá cobrança de juros nem prazo para devolução dos montantes. Desta forma, por tratar-se de operações entre partes relacionadas, sem previsão de restituição ou quitação, o Grupo classificou estes montantes no longo prazo.

ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Os valores classificados como adiantamento a fornecedores referem-se à antecipação de valores de frete enquanto ocorre a análise documental e emissão da nota para pagamento, o que usualmente ocorre em menos de 30 dias.

CONTAS A RECEBER E FORNECEDORES

Os saldos demonstrados em contas a receber referem-se a vendas de produtos a partes relacionadas e os saldos estão referenciados na nota explicativa nº 8 – Contas a receber de clientes, assim como, os montantes demonstrados em fornecedores são referentes a contratação de serviços, também com partes relacionadas, e estão destacados na nota explicativa nº 17 - Fornecedores.

10.2. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A seguir estão demonstradas as transações entre as empresas do Grupo Unigel. A totalidade destas transações foram eliminadas do resultado do exercício e do balanço patrimonial consolidado. Estas transações foram realizadas com base em preços e prazos usuais de mercado.

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

	Vendas		Compras	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Companhia Brasileira de Estireno	1.971.659	1.411.552	(1.948.687)	(1.461.804)
Unigel Acrílicos S.A. de C.V	-	-	-	(21.975)
Plastiglas S.A. de C.V	-	-	-	(10.787)
Unigel Distribuidora S.A.	1.917.927	1.302.191	(1.968.687)	(1.346.730)
Unigel Químicos S.A.	23.680	27.531	(28.211)	(31.386)
Unigel Comercializadora de Energia S.A.	3.788	960	(7.434)	-
Proquigel Química S.A.	35.965	174.254	-	(43.806)
Total	3.953.019	2.916.488	(3.953.019)	(2.916.488)

A seguir estão demonstradas as transações comerciais com empresas consideradas ligadas ao Grupo Unigel. Estas transações foram realizadas com base em preços e prazos usuais de mercado.

	Consolidado			
	Montante transacionado			
	Vendas		Compras	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
CPE – Compostos Plásticos de Engenharia Ltda.	39.763	36.870	-	-
Quimivita Fertilizantes Ltda.	4.532	149.964	-	-
Grupo Ergotrans	-	-	(173.878)	(230.441)
Total	44.295	186.834	(173.878)	(230.441)

Adicionalmente, a Companhia reconheceu despesas de juros com empréstimos de partes relacionadas no valor de R\$ 290.633 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 241.107 em 31 de dezembro de 2023). Estes empréstimos de partes relacionadas são originários do repasse de valores para as companhias operacionais do Grupo referente à captação do *Bond* feito pela Unigel Luxemburgo e foram realizados em condições semelhantes às condições pactuadas na referida captação de mercado para juros e prazos. Os juros apropriados foram eliminados no processo de consolidação e foram alocados nas empresas, conforme abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Companhia Brasileira de Estireno	178.042	147.577
Proquigel Química S.A.	112.591	93.530
Total	290.633	241.107

10.3. TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O valor agregado das transações com o pessoal-chave da administração está descrito abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Proventos e encargos sociais	9.475	30.284
Benefícios de curto prazo	374	1.622
Benefícios de curto prazo	9.849	31.906
Benefícios pós emprego	202	692
Total	10.051	32.598

O Grupo considerou como pessoal-chave da administração: (i) Diretores Estatutários e (ii) Membros do Conselho de Administração. Durante o segundo semestre de 2023, o Grupo reduziu o seu quadro de executivos estatutários.

11. ATIVO FISCAL CORRENTE

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
PIS/COFINS – exclusão do ICMS da base de cálculo	132.955	215.311
ICMS	106.813	68.427
ICMS sobre ativo imobilizado	15.368	24.820
PIS	32.048	30.537
COFINS	123.560	119.346
Programa REINTEGRA	9.183	9.635
INSS	1.987	4.082
IPI	2.503	3.596
IVA a recuperar	-	14.529
Imposto de renda (IRPJ)	39.759	64.422
Contribuição social (CSLL)	1.411	4.094
Outros	6.792	5.305
	472.379	564.104
Circulante	263.537	270.232
Não circulante	208.842	293.872

11.1. EXCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS

Com base na decisão do STF, a Companhia confirmou o entendimento adotado na exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS referente aos valores destacados nas notas fiscais, e ficou assegurado o direito à devolução dos valores referentes aos 5 anos anteriores ao protocolo da ação judicial, ou seja, créditos de abril de 2012 a março de 2017, que estão contabilizados na referida rubrica. Os processos tiveram o trânsito em julgado em 5 de julho de 2022. Com base no citado trânsito em julgado, a Companhia entrou com processo administrativo de habilitação destes créditos junto à Secretaria de Receita Federal com o objetivo de efetuar as respectivas solicitações de Restituição e/ou compensação com outros débitos tributários federais. Os créditos vêm sendo atualizados pela SELIC desde o momento do seu fato gerador até o momento da sua realização. Para as parcelas originadas em meses nos quais a Companhia apurou pagamento a maior indevido ou saldo credor, é feita a atualização monetária normalmente. No entanto, para a atualização monetária dos meses em que a Companhia apurou saldo credor é feita uma provisão de *impairment* pois o tema ainda é controverso.

As datas de homologação do crédito e montantes já compensados pela companhia estão apresentados no quadro abaixo:

	Consolidado					
	Homologado principal	Homologado juros	Selic	Compensação	Impairment	31/12/2024
Unigel Químicos S.A. <i>homologação do crédito 07/Dez/2023</i>	5.248	4.306	493	(3.040)	(3.830)	3.177
Companhia Brasileira de Estireno <i>homologação do crédito 17/Out/2023</i>	221.845	157.459	24.090	(135.143)	(140.457)	127.794
Proquigel Química S.A. <i>homologação do crédito 15/Set/2023</i>	13.705	10.726	819	(21.452)	(1.814)	1.984
Total	240.798	172.491	25.402	(159.635)	(146.101)	132.955

11.2. IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS – ICMS

Os saldos credores de ICMS são decorrentes de aquisições de produtos ou serviços utilizados em seus processos produtivos que não foram absorvidos pelos débitos gerados em suas saídas tributadas nos períodos subsequentes, basicamente, em decorrência de vendas destinadas a Zona Franca de Manaus. O Grupo espera utilizar esses créditos considerando várias possibilidades, tais como: transações *intercompany* com base em diferentes alíquotas de ICMS (entre diferentes Estados da União), compra de matérias-primas com isenção por meio de drawback e monetização dos créditos através da negociação com terceiros quando autorizados pelos respectivos governos estaduais da localidade dos estabelecimentos que apuram tais saldos credores. A controlada CBE, detentora de parte substancial do saldo credor de ICMS no estado de São Paulo, está em processo de habilitação e homologação dos seus créditos via e-Credac visando obter a autorização da fazenda estadual para utilizar esses saldos credores na aquisição de insumos ou negociação deles com terceiros localizados dentro do estado. Em 15 de outubro de 2024, a Companhia obteve liberação de parte destes créditos, no montante de R\$ 5.989, para aquisição de insumos para o seu processo produtivo.

11.3. ICMS, PIS E COFINS SOBRE IMOBILIZADO

Os créditos de impostos provenientes das aquisições de imobilizados são apropriados nas respectivas apurações mensais dos tributos, na razão de 1/48 por mês, no caso de ICMS e conforme a depreciação do referido bem que deu direito ao citado crédito, no caso do PIS e da COFINS, ou seja, conforme a vida útil de cada bem. A classificação entre curto e longo prazo desses créditos é realizada considerando esses prazos de realização.

11.4. PIS E COFINS

Os saldos credores de PIS e COFINS das empresas do Grupo são constituídos, basicamente, em virtude do elevado montante de operações isentas ou não tributadas, tais como exportações ou vendas para a Zona Franca de Manaus, ou seja, a empresa adquire produtos e serviços utilizados em seus processos produtivos que geram créditos de impostos e, em contrapartida, tem uma parcela relevante de suas vendas sem tributação gerando, desta forma, um acúmulo de créditos que não tiveram débitos suficientes para serem compensados.

Apesar do Grupo estar executando compensações integrais de impostos federais, a administração vem implementando ações judiciais e administrativas que permitem a monetização desses créditos, inclusive com a contratação de consultorias e assessores jurídicos que tem por objetivo implementar diversas estratégias para a realização desses montantes com maior celeridade.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil e, também, os saldos acumulados de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da contribuição social.

12.1. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Consolidado				
	31/12/2023	DRE	ORA	Compensação	31/12/2024
Ativos					
Valores reconhecidos em ORA					
Benefício pós-emprego	7.392	(2.466)	-	-	4.926
Hedge de fluxo de caixa	115.661	108.141	(88.882)	-	134.920
Valores reconhecidos no resultado					
Perda de crédito esperada	7.629	193	-	-	7.822
Provisão para contingências	8.859	14.866	-	-	23.725
Variação cambial não realizada	20.700	287.137	-	-	307.837
Prejuízos fiscais acumulados	1.129.620	306.114	-	(14.761)	1.420.973
PIS/COFINS exclusão do ICMS	(72.488)	12.983	-	-	(59.505)
Ganhos não realizados nos estoques	-	7.672	-	-	7.672
Frete	3.612	3.775	-	-	7.387
Derivativos	(8.678)	(2.182)	-	-	(10.860)
Operações no exterior	68	(68)	-	-	-
Ativo Permanente (Impairment)	248.325	21.281	-	-	269.606
Outras provisões	57.885	(16.624)	(861)	-	40.400
Impostos diferidos (Impairment)	(612.419)	(665.816)	-	-	(1278.235)
	906.166	75.006	(89.743)	(14.761)	876.668
Passivos					
Valores reconhecidos em ORA					
Custo atribuído	(39.538)	1.463	-	-	(38.075)
Valores reconhecidos em DRE					
Operações no exterior	(10.080)	10.080	-	-	-
Ganho em transações societárias	(117.137)	-	-	-	(117.137)
Variação cambial não realizada	-	(8.850)	-	-	(8.850)
	(166.755)	2.693	-	-	(164.062)
Ativo diferido líquido	739.411	77.699	(89.743)	(14.761)	712.606
Ativo fiscal diferido	858.520				839.245
Passivo fiscal diferido	(119.109)				(126.639)
Ativo diferido líquido	739.411				712.606

	Consolidado					
	31/12/2022	DRE	ORA	Transferência	Compensação	31/12/2023
Ativos						
Valores reconhecidos em ORA						
Benefício pós-emprego	9.468	-	(2.076)	-	-	7.392
Hedge de fluxo de caixa	300.791	(5.276)	(119.958)	(59.896)	-	115.661
Valores reconhecidos no resultado						
Perda de crédito esperada	9.792	(2.163)	-	-	-	7.629
Provisão para contingências	6.507	2.352	-	-	-	8.859
Variação cambial não realizada	91.673	(70.973)	-	-	-	20.700
Prejuízos fiscais acumulados	376.920	745.907	-	59.896	(53.103)	1.129.620
PIS/COFINS exclusão do ICMS	(70.639)	(50)	-	(1.799)	-	(72.488)
Fretes	5.760	(2.148)	-	-	-	3.612
Derivativos	(70.097)	61.419	-	-	-	(8.678)
Operações no exterior	10.255	(18.882)	(1.172)	9.867		68
Ativo Permanente (Impairment)	-	248.325	-	-	-	248.325
Outras provisões	66.761	(8.876)	-	-	-	57.885
Impostos diferidos (Impairment)	-	(612.419)	-	-	-	(612.419)
	737.191	337.216	(123.206)	8.068	(53.103)	906.166
Passivos						
Valores reconhecidos em ORA						
Custo atribuído	(44.275)	4.737	-	-	-	(39.538)
Valores reconhecidos em DRE						
Operações no exterior	(14.426)	4.346	-	-	-	(10.080)
PIS/COFINS exclusão do ICMS	(1.799)	-	-	1.799	-	-
Ganho em transações societárias	(117.137)	-	-	-	-	(117.137)
	(177.637)	9.083	-	1.799	-	(166.755)
Ativo diferido líquido	559.554	346.299	(123.206)	9.867	(53.103)	739.411
Ativo fiscal diferido	691.118					858.520
Passivo fiscal diferido	(131.564)					(119.109)
Ativo diferido líquido	559.554					739.411

COMPENSAÇÃO

Os valores de compensação se referem a adesão ao programa de redução de litigiosidade fiscal (Litígio Zero - PRLF), conforme portaria conjunta da PGFN/RFB nº 1, de 12 de janeiro de 2023, o qual permite a utilização de Prejuízo Fiscal e Base Negativa das empresas para fins de redução parcial de seus débitos fiscais.

12.2. RECONCILIAÇÃO DA ALÍQUOTA EFETIVA

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.922.256)	(2.645.286)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Expectativa de créditos de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	653.567	899.397
Adições:		
Preços de transferência	-	(3.692)
Juros não dedutível – subcapitalização	(38.281)	-
Tributação em bases universais	(7.292)	(56.290)
Outras (exclusões) adições permanentes	7.230	(32.668)
Exclusões:		
Benefícios fiscais – Reintegra (Nota 27)	71	976
Benefícios fiscais – Desenvolve (Nota 27)	-	63.733
Total	615.295	871.456
Alíquota efetiva	32%	33%
Outros ajustes:		
Hedge accounting – realização liquidado	106.617	-
Impairment impostos diferidos	(684.507)	(565.605)
Ajustes acumulados de conversão - CTA - Realização	22.287	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do ano	59.692	305.851
Corrente	(18.008)	(40.448)
Diferido	77.700	346.299

TRIBUTAÇÃO EM BASES UNIVERSAIS

A alíquota para controlada no México é cerca de 30% e na controlada em Luxemburgo pode chegar a 25%.

Na reconciliação da alíquota efetiva demonstramos o valor líquido desses ajustes em linha única.

PREJUÍZOS FISCAIS, BASES NEGATIVAS E DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS NÃO RECONHECIDOS

Correspondem a valores de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social sobre o lucro e diferenças temporárias de algumas empresas do Grupo que, pelos históricos e pelas projeções atuais, não indicam, no momento, geração de lucros tributáveis suficientes para compensar esses montantes em um prazo razoável de tempo. O saldo total não reconhecido está apresentado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Unigel Participações S.A.	110.761	52.765
Unigel Químicos S.A.	80.427	75.341
Unigel Comercializadora de Energia S.A.	20.472	3.844
Companhia Brasileira de Estireno	343.416	69.735
Proquigel Química S.A.	721.778	410.734
Unigel Distribuidora S.A.	1.382	-
	1.278.236	612.419

TESTE DE RECUPERABILIDADE DOS IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos foram submetidos em 31 de dezembro de 2024 a teste de recuperabilidade utilizando o CPC 01 (R1). O teste de recuperabilidade consistiu na apuração do valor recuperável pelo uso das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas.

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para obtenção da base tributável basearam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios aprovados pelos credores que fez parte da homologação do plano de recuperação extrajudicial do Grupo. O orçamento e os planos de negócio, por sua vez, foram elaborados considerando dados de mercado de fornecedores usualmente utilizados como parâmetros de preços na indústria química.

As principais premissas adotadas foram:

- (I) Projeção de EBITDA para os próximos 13 anos (2025 a 2037);
- (II) Preços de compra de matéria-prima de acordo com publicações usualmente utilizadas como parâmetro de preço para a indústria química;
- (III) Preços de venda de acordo com publicações usualmente utilizadas como parâmetro de preço para a indústria química;
- (IV) Taxas de juros, câmbio e taxas de inflação conforme expectativa dos principais bancos publicadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN);
- (V) Com base no EBITDA projetado acima, a Companhia projetou as despesas de juros, depreciação e outras diferenças temporárias para chegar na projeção de lucro tributável.

Além das premissas acima também consideramos o sucesso da reestruturação financeira pela qual o Grupo está passando, conforme divulgado na nota 1 – Contexto operacional. Também consideramos as alterações legais relevantes relacionadas ao imposto de renda e aos benefícios fiscais iniciadas em 2024. Conforme lei 14.789/23, a partir de janeiro de 2024 benefícios fiscais como o Desenvolve e o PSDI, benefícios que as empresas do Grupo têm direito conforme divulgado na nota explicativa 27 – Subvenções e assistências governamentais, passam a ser tributados pelo IRPJ, pela CSLL e pelo PIS e pela COFINS. Essa alteração afeta de forma significativa a expectativa de realização dos prejuízos fiscais das empresas do Grupo uma vez que o Desenvolve apresentou um resultado de R\$140.949 (R\$187.450 no período findo em 31 de dezembro de 2023).

A administração efetuou a análise por empresa e verificou, no consolidado, a possibilidade de utilização do saldo total de impostos diferidos no prazo projetado.

RECONHECIMENTO DE PREJUÍZOS FISCAIS E BASES DE CÁLCULO NEGATIVAS

Abaixo demonstramos a expectativa de realização dos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, ano a ano, realizável em um período razoável:

Ano	Prejuízo fiscal, base de cálculo negativa e diferenças temporárias
2025	-
2026	54.537
2027	57.790
2028	35.496
2029	64.173
2030	62.410
2031	65.686
2032	73.320
2033	76.692
2034	82.319
2035	90.915
2036	102.289
2037	73.618
Total	839.245

13. INVESTIMENTOS

13.1. MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	Companhia Brasileira de Estireno	Proquigel Química S.A.	Unigel Luxemburgo S.A.	Unigel Distribuidora S.A.	Unigel Químicos S.A.	Unigel Com. de Energia S.A.	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	1.948.287	669.438	51.247	75.447	70.391	987	2.815.797
Resultado de equivalência patrimonial	(546.702)	(1.592.160)	(44.164)	2.543	(28.162)	(11.298)	(2.219.943)
Hedge de fluxo de caixa	103.816	118.266	-	-	5.500	-	227.582
Benefício pós-emprego	4.031	-	-	-	-	-	4.031
Ajuste acumulado de conversão	(50.013)	-	(4.019)	-	-	-	(54.032)
Dividendos/ Juros sobre capital próprio (JSCP)	-	(85.180)	-	-	-	-	(85.180)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.459.419	(889.636)	3.064	77.990	47.729	(10.311)	688.255
Resultado de equivalência patrimonial	(690.490)	(927.354)	139	(7.621)	(16.618)	(48.896)	(1.690.840)
Hedge de fluxo de caixa	(19.052)	(23.065)	-	-	(194)	-	(42.311)
Ajuste acumulado de conversão	21.977	-	888	-	-	-	22.865
Benefícios pós emprego	10.800	-	-	-	-	-	10.800
Dividendos/ Juros sobre capital próprio (JSCP)	-	-	-	(604)	-	-	(604)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	782.654	(1.840.055)	4.091	69.765	30.917	(59.207)	(1.011.835)
Ativo							
Saldo em 31 de dezembro de 2023							1.588.203
Saldo em 31 de dezembro de 2024							944.272
Passivo							
Saldo em 31 de dezembro de 2023							(899.948)
Saldo em 31 de dezembro de 2024							(1.956.108)

13.2. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Empresa	Data	Capital social	Patrimônio líquido	Participação - %	Lucros (prejuízo) nos estoques e no imobilizado	Patrimônio líquido ajustado
Companhia Brasileira de Estireno	31/12/2024	629.291	801.987	99,99%	(19.333)	782.654
	31/12/2023	629.291	1.472.458	99,99%	(13.039)	1.459.419
Proquigel Química S.A.	31/12/2024	459.636	(1.840.055)	99,99%	-	(1.840.055)
	31/12/2023	459.636	(889.636)	99,99%	-	(889.636)
Unigel Luxemburgo S.A.	31/12/2024	127	4.091	99,99%	-	4.091
	31/12/2023	127	3.064	99,99%	-	3.064
Unigel Distribuidora S.A.	31/12/2024	62.372	69.765	99,99%	-	69.765
	31/12/2023	62.372	77.990	99,99%	-	77.990
Unigel Químicos S.A.	31/12/2024	59.551	31.016	99,99%	(99)	30.917
	31/12/2023	59.551	47.600	99,99%	129	47.729
Unigel Com. de Energia S.A.	31/12/2024	1.000	(59.207)	99,99%	-	(59.207)
	31/12/2023	1.000	(10.311)	99,99%	-	(10.311)
Total	31/12/2024					(1.011.835)
	31/12/2023					688.255

13.3. RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Empresa	Data	Resultado do exercício	Lucros (prejuízos) nos estoques e no imobilizado	Participação - %	Resultado de equivalência patrimonial
Companhia Brasileira de Estireno	31/12/2024	(683.916)	(6.574)	99,99%	(690.490)
	31/12/2023	(553.940)	7.238	99,99%	(546.702)
Proquigel Química S.A.	31/12/2024	(927.354)	-	99,99%	(927.354)
	31/12/2023	(1.592.160)	-	99,99%	(1.592.160)
Unigel Luxemburgo S.A.	31/12/2024	139	-	99,99%	139
	31/12/2023	(44.164)	-	99,99%	(44.164)
Unigel Distribuidora S.A.	31/12/2024	(7.621)	-	99,99%	(7.621)
	31/12/2023	2.543	-	99,99%	2.543
Unigel Químicos S.A.	31/12/2024	(16.588)	(30)	99,99%	(16.618)
	31/12/2023	(28.162)	-	99,99%	(28.162)
Unigel Com. de Energia S.A.	31/12/2024	(48.896)	-	99,99%	(48.896)
	31/12/2023	(11.298)	-	99,99%	(11.298)
Total	31/12/2024				(1.690.840)
	31/12/2023				(2.219.943)

14. IMOBILIZADO

14.1. MOVIMENTAÇÃO DOS VALORES DE CUSTO DO IMOBILIZADO

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Ajustes de Conversão	Saldo em 31/12/2024
Edifícios	155.911	-	(85)	-	16	155.842
Máquinas e equipamentos	1.319.517	1.718	(14.550)	95.832	2.344	1.404.861
Instalações e instrumentos	1.647.576	226	(400)	50.100	787	1.698.289
Terrenos	105.440	-	-	-	492	105.932
Equipamentos de informática	32.806	-	(1.759)	197	363	31.607
Veículos	52.245	-	(10.194)	-	4	42.055
Móveis e utensílios	11.907	140	-	(604)	121	11.564
Benfeitorias	64.698	30	(23)	23	-	64.728
Materiais de reposição	2.275	-	-	-	-	2.275
Adiantamento a fornecedores	169.843	34	(32.847)	-	29.577	166.607
Imobilizado em andamento	906.821	341.612	(14.354)	(147.478)	1	1.086.602
Provisão para impairment	(593.611)	-	(61.702)	-	-	(655.313)
Total	3.875.428	343.760	(135.914)	(1.930)	33.705	4.115.049

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de Conversão	Saldo em 31/12/2023
Edifícios	204.325	73	(3.918)	(41.115)	(3.454)	155.911
Máquinas e equipamentos	1.522.237	768	(96.690)	(87.399)	(19.399)	1.319.517
Instalações e instrumentos	1.603.161	44	(400)	45.022	(251)	1.647.576
Terrenos	114.353	-	-	(8.143)	(770)	105.440
Equipamentos de informática	39.503	104	(493)	(5.604)	(704)	32.806
Veículos	969	192	(571)	51.680	(25)	52.245
Móveis e utensílios	18.087	10	(10)	(6.087)	(93)	11.907
Benfeitorias	57.790	-	(208)	7.116	-	64.698
Materiais de reposição	2.275	-	-	-	-	2.275
Adiantamento a fornecedores	206.802	58.960	-	(90.480)	(5.439)	169.843
Imobilizado em andamento	562.837	486.622	(25.641)	(114.686)	(2.311)	906.821
Provisão para impairment	(14.604)	-	(579.007)	-	-	(593.611)
Total	4.317.735	546.773	(706.938)	(249.696)	(32.446)	3.875.428

O saldo remanescente de transferências está substancialmente relacionado a transferência para operações mantidas para venda. Além disso também existem transferências para intangíveis, reconhecimento de créditos de PIS e COFINS e a compensação de adiantamentos de fornecedores.

14.2. MOVIMENTAÇÃO DOS VALORES DE DEPRECIAÇÃO DO IMOBILIZADO

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de Conversão	Saldo em 31/12/2024
Edifícios	(123.324)	(6.340)	85	4.622	(970)	(125.927)
Máquinas e equipamentos	(839.259)	(51.065)	6.329	(5.129)	(873)	(889.997)
Instalações e instrumentos	(766.065)	(46.160)	293	63	(430)	(812.299)
Equipamentos de TI	(17.954)	(4.557)	811	-	403	(21.297)
Veículos	(3.898)	(9.006)	1.354	42	-	(11.508)
Móveis e utensílios	(7.423)	(2.115)	-	402	(430)	(9.566)
Benfeitorias	(12.702)	(1.633)	-	-	-	(14.335)
Materiais de reposição	(2.275)	-	-	-	-	(2.275)
Total	(1.772.901)	(120.876)	8.872	-	(2.300)	(1.887.204)

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de Conversão	Saldo em 31/12/2023
Edifícios	(137.972)	(7.638)	1.974	18.502	1.810	(123.324)
Máquinas e equipamentos	(912.991)	(53.130)	43.553	74.847	8.462	(839.259)
Instalações e instrumentos	(650.454)	(115.999)	268	-	120	(766.065)
Equipamentos de TI	(19.832)	(4.919)	180	6.064	553	(17.954)
Veículos	(562)	(3.576)	105	123	12	(3.898)
Móveis e utensílios	(7.874)	(1.911)	447	1.861	54	(7.423)
Benfeitorias	(9.010)	(2.369)	-	(1.323)	-	(12.702)
Materiais de reposição	(2.275)	-	-	-	-	(2.275)
Total	(1.740.970)	(189.542)	46.527	100.074	11.010	(1.772.901)

O saldo remanescente de transferências, em 31 de dezembro de 2023, está substancialmente relacionado a transferência para operações mantidas para venda.

14.3. PROJETOS EM ANDAMENTO

O principal projeto em andamento do Grupo é a nova planta de ácido sulfúrico com investimentos de R\$ 641.769 (R\$ 637.999 em 31 de dezembro de 2023), considerando os valores empregados entre imobilizado em andamento e adiantamento de fornecedores. A expectativa de conclusão dessa planta foi revista para final do 2º semestre de 2025.

14.4. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Adiantamentos a fornecedores de imobilizado, substancialmente constituídos para dar início da construção da planta de ácido sulfúrico.

14.5. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS

Não foram capitalizados juros dos empréstimos e financiamentos no período findo em 31 de dezembro de 2024 pois os projetos do Grupo, financiados por essas dívidas, estavam suspensos em virtude da estratégia de preservação de caixa. Em 31 de dezembro de 2023, os juros capitalizados foram de R\$ 98.853, equivalentes a uma taxa média de juros de 13,78% a.a.

14.6. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (IMPAIRMENT)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2024 em linha com o exposto na nota explicativa 1 – Contexto Operacional, o Grupo identificou indicativos de *impairment* em algumas de suas unidades produtivas e realizou análise dos ativos destas unidades pelo seu valor em uso. De acordo com as projeções de resultado do Grupo para estas unidades, dado que tais operações não apresentam perspectiva de geração de resultados positivos em um horizonte de curto e longo prazo, foi identificado a necessidade de reconhecimento de provisão para *impairment* em tais ativos, os quais estão relacionados ao negócio Agro e a unidades desativadas do segmento de químicos no México e no Brasil. Especificamente, em relação às unidades de Agro, que são arrendadas e, de acordo com o contrato de arrendamento, sem possibilidade de realizar sublocação, a administração reconheceu provisão para *impairment* referente a totalidade dos ativos líquidos investidos pela Companhia nestas plantas, no montante de R\$ 640.708.

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento basearam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios utilizado no contexto do plano de recuperação extrajudicial. O orçamento e os planos de negócio, por sua vez, foram elaborados considerando dados de mercado de fornecedores usualmente utilizados como parâmetros de preços na indústria química.

As principais premissas adotadas foram:

- (I) Projeção de fluxo de caixa para os próximos 13 anos;
- (II) Preços de compra de matéria-prima de acordo com publicações usualmente utilizadas como parâmetro de preço para a indústria química;
- (III) Preços de venda de acordo com publicações usualmente utilizadas como parâmetro de preço para a indústria química;
- (IV) Taxas de juros, câmbio e taxas de inflação conforme expectativa dos principais bancos publicadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN);
- (V) Taxa de desconto dos fluxos de caixa (WACC) de 21,91% ao ano, que reflete o custo médio ponderado de capital.

Em 31 de dezembro de 2024 tal situação se mantém. A provisão para *impairment* foi atualizada para contemplar quaisquer variações nos saldos relacionados.

14.7. ELETROLISADORES DA PLANTA DE HIDROGENIO VERDE

No terceiro trimestre de 2024 foi concluída a entrega dos eletrolisadores da planta de hidrogênio verde que estavam com aproximadamente 50% do valor antecipado. Dessa forma, foi reconhecida a adição no imobilizado em andamento de R\$ 166.180 em contrapartida de fornecedores de imobilizado.

15. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

15.1. DIREITO DE USO

	Consolidado			
	Plantas industriais	Tanques e armazéns	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	298.389	99.439	24.178	422.006
Adições e baixas	2.032	-	40.393	42.425
Reajustes contratuais e cambiais	19.680	(742)	3.367	22.305
Transferências	-	-	(14.577)	(14.577)
Ajuste de conversão	-	-	(528)	(528)
Impairment	(136.961)	-	-	(136.961)
Amortização	(34.991)	(39.077)	(19.091)	(93.159)
Saldo em 31 de dezembro 2023	148.149	59.620	33.742	241.511
Adições e baixas	3.607	(17.346)	49	(13.690)
Reajustes contratuais e cambiais	(3.851)	3.984	8.353	8.486
Transferências	-	-	(12.746)	(12.746)
Impairment	(889)	-	-	(889)
Amortização	(12.427)	(25.499)	(15.791)	(53.717)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	134.589	20.759	13.607	168.955

IMPAIRMENT DE CONTRATOS DE ARRENDAMENTO

A controlada Proquigel possui contratos para arrendar ativos relacionados ao segmento Agro como o arrendamento das plantas de fertilizantes nitrogenados, além dos terminais marítimos e uma termelétrica. Devido a atual situação dos negócios do Grupo, no segmento Agro, tais ativos foram testados para *impairment* em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Neste contexto, dado que as projeções de resultado para as plantas de Agro arrendadas não apresentam perspectiva de geração de resultados positivos, como demonstrado no estudo de recuperação pelo seu valor em uso e, visto que, a Companhia não pode subarrendar os ativos para terceiros, foi contabilizada uma provisão para *impairment* da totalidade destes ativos líquidos, referentes a direito de uso, no montante de R\$ 136.961. Em 31 de dezembro de 2024 o valor das parcelas foi atualizado conforme indexador contratual e a provisão de *impairment* foi ajustada de acordo com essa premissa.

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento basearam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios utilizado no contexto do plano de recuperação extrajudicial do Grupo. O orçamento e os planos de negócio, por sua vez, foram elaborados considerando dados de mercado de fornecedores usualmente utilizados como parâmetros de preços na indústria química.

As principais premissas adotadas foram:

- (I) Projeção de fluxo de caixa para os próximos 13 anos;
- (II) Preços de compra de matéria-prima de acordo com publicações usualmente utilizadas como parâmetro de preço para a indústria química;
- (III) Preços de venda de acordo com publicações usualmente utilizadas como parâmetro de preço para a indústria química;
- (IV) Taxas de juros, câmbio e taxas de inflação conforme expectativa dos principais bancos publicadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).
- (V) Taxa de desconto dos fluxos de caixa (WACC) de 21,91% ao ano, que reflete o custo médio ponderado de capital

15.2. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Consolidado			
	Plantas industriais	Tanques e armazéns	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	(332.537)	(103.854)	(22.172)	(458.563)
Adições e baixas	(2.032)	-	(40.393)	(42.425)
Reajustes contratuais e cambiais	(19.680)	742	(3.367)	(22.305)
Juros	(29.147)	(5.051)	(2.234)	(36.432)
Ajuste de conversão	-	-	518	518
Transferências	-	-	14.577	14.577
Pagamentos	60.698	44.046	19.789	124.533
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(322.698)	(64.117)	(33.282)	(420.097)
Circulante				(66.297)
Não circulante				(353.800)
				(420.097)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(322.698)	(64.117)	(33.282)	(420.097)
Adições e baixas	(3.607)	17.346	(49)	13.690
Reajustes contratuais e cambiais	3.851	(3.984)	(8.353)	(8.486)
Juros	(30.598)	(4.676)	(1.167)	(36.441)
Transferências	-	-	12.746	12.746
Pagamentos	55.057	28.654	11.214	94.925
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(297.995)	(26.777)	(18.891)	(343.663)
Circulante				(86.963)
Não circulante				(256.700)
				(343.663)

15.3. CONTRAPRESTAÇÕES FUTURAS

A abertura das parcelas em seu valor futuro por faixa de vencimento está disposta a seguir:

		31/12/2024						
		2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
Plantas industriais	Parcela atual	57.048	54.175	52.256	52.197	52.197	165.698	433.571
	IPCA médio	3,66%	7,40%	8,84%	9,21%	9,20%	9,46%	8,77%
	Parcela atualizada	59.140	62.695	67.457	74.302	81.083	354.408	699.085
	Taxa de juros média	11,69%	10,46%	9,83%	9,79%	9,79%	9,51%	10,08%
	Parcela à valor presente	56.015	54.336	53.398	53.676	53.606	172.248	443.279
Tanques e armazéns	Parcela atual	21.867	4.888	1.532	511	-	-	28.798
	IPCA médio	3,48%	6,42%	8,75%	8,22%	-	-	6,72%
	Parcela atualizada	22.635	5.460	1.971	701	-	-	30.767
	Taxa de juros média	9,47%	9,47%	9,47%	9,47%	-	-	9,47%
	Parcela à valor presente	21.532	4.867	1.567	524	-	-	28.490
Outros	Parcela atual	13.404	6.961	321	29	-	-	20.715
	IPCA médio	3,44%	7,24%	8,75%	7,92%	-	-	6,88%
	Parcela atualizada	14.008	8.201	414	40	-	-	22.663
	Taxa de juros média	12,02%	9,75%	9,47%	9,47%	-	-	10,84%
	Parcela à valor presente	13.150	7.020	328	30	-	-	20.528

		31/12/2023						
		2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Plantas industriais	Parcela atual	57.339	55.181	54.574	52.032	51.908	218.562	489.596
	IPCA médio	3,62%	2,70%	3,03%	3,57%	3,92%	4,22%	3,12%
	Parcela atualizada	58.084	57.526	58.267	57.176	58.965	268.315	558.333
	Taxa de juros média	10,05%	9,94%	10,00%	9,74%	9,71%	9,52%	10,00%
	Parcela à valor presente	55.045	49.796	46.063	41.315	38.886	131.721	362.826
Tanques e armazéns	Parcela atual	31.495	31.495	6.526	1.532	511	-	71.559
	IPCA médio	4,15%	2,71%	2,96%	3,56%	3,84%	-	3,28%
	Parcela atualizada	31.860	33.014	6.982	1.705	584	-	74.145
	Taxa de juros média	9,47%	9,47%	9,47%	9,47%	9,47%	-	9,47%
	Parcela à valor presente	30.298	28.679	5.701	1.238	399	-	66.315
Outros	Parcela atual	907	9.217	7.454	6.840	-	-	24.418
	IPCA médio	3,69%	2,77%	2,99%	2,99%	-	-	3,15%
	Parcela atualizada	907	10.791	7.537	6.935	-	-	26.170
	Taxa de juros média	11,19%	12,54%	10,99%	9,95%	-	-	11,16%
	Parcela à valor presente	900	10.115	6.334	5.323	-	-	22.672

A inflação foi projetada considerando os contratos futuros de IPCA disponíveis no site da B3.

16. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

16.1. SALDOS PATRIMONIAIS

		Controladora				
		31/12/2024			31/12/2023	
Moeda	Tipo	Taxa	Valor	Taxa média ao ano	Valor	Taxa média ao ano
BRL	Debêntures	CDI	713.096	25,11%	565.761	13,75%
	Financiamento	Pré-fixado	-	-	175	11,55%
Total			713.096		565.936	
		Circulante	713.096		565.936	
		Não circulante	-		-	

			Consolidado			
			31/12/2024		31/12/2023	
Moeda	Tipo	Taxa	Valor	Taxa média ao ano	Valor	Taxa média ao ano
BRL	Debêntures	CDI	713.096	25,11%	565.761	13,75%
	NCE	CDI	201.686	15,09%	158.561	14,98%
	Financiamento	IPCA	200.579	6,88%	200.433	6,88%
		Pré-fixado	106.878	5,09%	24.212	16,30%
		IGPM	358.893	17,41%	294.643	5,83%
		CDI	145.469	15,76%	-	-
	Capital de giro	Pré-fixado	104.473	20,85%	116.146	19,97%
Total BRL			1.831.074		1.359.756	
USD	Bond	Pré-fixado	3.773.320	8,86%	2.679.867	8,79%
	Capital de giro	Pré-fixado	461.716	9,02%	444.945	9,47%
		SOFR ⁽¹⁾	-	-	6.268	8,10%
Total USD			4.235.036		3.131.080	
Total			6.066.110		4.490.836	
	Circulante		6.066.110		4.490.836	
	Não circulante		-		-	

Em 2017, o *Financial Conduct Authority* ("FCA"), órgão regulador do Reino Unido, anunciou o fim da taxa Libor *overnight* para diversas moedas em dezembro de 2021, e o fim da Libor para dólar ocorreu de forma definitiva em 2023. Os empréstimos do Grupo vinculados à Libor foram alterados para SOFR. Salvo a mudança do indexador de referência não ocorreram outros efeitos nos empréstimos do Grupo.

16.2. MOVIMENTAÇÃO

	Controladora
Saldo em 1º de janeiro de 2023	512.058
Despesas de juros	90.942
Juros pagos	(37.992)
Pagamento de principal	(156)
Custos de transação	1.084
Saldo em 31 de dezembro de 2023	565.936
Despesas de juros	145.951
Pagamento de principal	(175)
Juros pagos	(27)
Custos de transação	1.411
Saldo em 31 de dezembro de 2024	713.096

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.540.972
Captação de empréstimos e financiamentos	1.698.762
Despesas de juros	402.761
Perda (ganho) por variação cambial no DRE	(62.425)
Perda (ganho) por variação cambial no ORA	(152.968)
Pagamento de principal	(661.916)
Juros pagos	(293.685)
Custos de transação	24.341
Juros capitalizados	98.854
Ajustes de conversão - subsidiárias no exterior	(13.398)
Transferências para disponível para venda	(90.462)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.490.836
Captação de empréstimos e financiamentos	559.126
Despesas de juros	705.214
Perda (ganho) por variação cambial no DRE	757.525
Perda (ganho) por variação cambial no ORA	129.212
Pagamento de principal	(459.767)
Juros pagos	(144.885)
Custos de transação	25.809
Ajustes de conversão - subsidiárias no exterior	3.040
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.066.110

16.3. BONDS

Em outubro de 2019, o Grupo Unigel concluiu a sua segunda emissão de *bonds*, captando U\$ 420 milhões com uma taxa de 8,75% a.a. e vencimento em outubro de 2026. No primeiro trimestre de 2021 o Grupo realizou um *retap* desta captação, adicionando U\$ 110 milhões ao valor captado inicialmente, totalizando U\$ 530 milhões captados.

Os bonds tem fluxo de caixa, exclusivamente, de pagamento de principal e juros semestrais sobre o valor do principal em aberto. A amortização do principal é *bullet*, ou seja, com apenas uma amortização no vencimento final, em primeiro de outubro de 2026.

A Companhia possui a opção de resgate antecipado dos Bonds nos seguintes prazos e percentuais sobre o valor de face:

Período	Preço de recompra
2023 a 2024	102,188%
2024 a 2025	101,094%
2025 em diante	100,000%

Essas opções de resgate antecipado foram identificadas como derivativos embutidos conforme descrito na nota 30 – operações com derivativos.

Com a declaração do vencimento antecipado da dívida as opções estão suspensas e seu valor contábil é zero.

16.4. DEBÊNTURES

Em 12 abril de 2022 a Companhia concluiu a emissão de R\$ 500.000, em debêntures em sua primeira operação no mercado de capitais local através da sua controladora Unigel Participações S.A. As debêntures têm prazo de vencimento de cinco anos com pagamentos de juros semestrais e taxa de 100% da CDI acrescida de 2,10% a.a. pré-fixada. A captação visou garantir capital adequado para investimentos na produção da nova planta de ácido sulfúrico no polo petroquímico de Camaçari, no estado da Bahia.

As debêntures foram emitidas conforme instrução CVM 476, ou seja, com esforços restritos de distribuição e foram registradas na Anbima. São do tipo simples, não conversíveis em ações da Companhia e não possuem atualização monetária.

As debêntures têm fluxo de caixa exclusivamente de pagamento de principal e juros semestrais sobre o valor do principal em aberto.

A amortização de principal ocorre em três momentos distintos conforme tabela abaixo:

Parcela de amortização	Data da amortização	Percentual do saldo remanescente do principal a ser amortizado
1	08/04/2025	33,33% do principal nesta data
2	08/04/2026	50,00% do saldo remanescente do principal nesta data
3	08/04/2027	100,00% do saldo remanescente do principal nesta data

16.5. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSOS

Devido aos vencimentos antecipados e a consideração da totalidade da dívida no curto prazo, não estamos apresentando um cronograma de desembolsos a ser efetivado.

16.6. GARANTIAS

Como forma de garantia para os empréstimos e financiamentos o Grupo disponibilizou parte de seu imobilizado e estoque, conforme divulgado nesta demonstração financeira.

16.7. COVENANTS

A Controladora e algumas controladas, durante a vigência dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures deveriam manter algumas métricas para os indicadores financeiros. Os indicadores que são acompanhados no nível do consolidado são referentes às debêntures, ao bond e aos contratos globais de derivativos do Grupo. O indicador de referência para todas essas operações eram a dívida líquida/EBITDA ajustado, que nos contratos mais restritos, incluindo as debêntures e os bonds, tinham um limite de 3,5x, com medição trimestral e anual.

Desde 31 de dezembro de 2023 a Companhia estava com o indicador de referência acima do permitido. Desta forma, considerando eventuais eventos de *default* e *cross-default* decorrentes desse *covenants* a Companhia reclassificou a totalidade da sua dívida para o passivo circulante.

Conforme divulgação realizada na nota explicativa número 1 – Contexto operacional, a Companhia está em processo de readequação da sua estrutura de capital mediante negociação com seus principais credores.

17. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Matérias primas e serviços	18.423	3.614	524.442	669.229
Imobilizado	-	26	43.475	16.829
Mercado interno	18.423	3.640	567.917	686.058
Matérias primas e serviços	5.147	-	115.726	128.848
Imobilizado	-	-	224.107	97
Mercado externo	5.147	-	339.833	128.945
Partes relacionadas (Nota 7)	1.352	1.057	6.594	3.148
Fornecedores	24.922	4.697	914.344	818.151
Circulante	24.922	4.697	791.870	798.626
Não circulante	-	-	122.474	19.525

17.1. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Conforme exposto na nota explicativa 1 – Contexto operacional, em novembro de 2019, a Unigel, através de sua controlada Proquigel, firmou contrato de arrendamento de unidades de fertilizantes nitrogenados da Petrobras (anteriormente conhecidas como FAFENS), localizadas em Sergipe e na Bahia. Em agosto de 2020, a transferência de posse foi oficializada dado que foram superadas as condições precedentes impostas pelo contrato, tais como a aprovação do arrendamento pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a obtenção de licenças para operação das plantas. Em 27 de dezembro de 2021, a controlada Proquigel celebrou contrato de fornecimento de Gás também com a Petrobras, pelo prazo de 13 anos. Esse contrato possui cláusula que obriga o pagamento do volume contratado, independentemente do volume utilizado (“take or pay”).

A Companhia, por meio de controlada Proquigel, ingressou com Ação Cautelar Pré-Arbitral contra a Petrobras perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e obteve medida liminar em dezembro de 2023, garantindo a suspensão das obrigações do Contrato de Fornecimento de Gás Natural e dos Contratos de Arrendamento. Em seguida, a Companhia, instaurou a arbitragem conforme cláusula compromissória prevista nos contratos, onde será discutido o mérito da disputa em relação à revisão das bases contratuais. Na vigência dessa liminar e durante o processo de arbitragem, fica suspensa todos os termos do contrato incluindo a obrigação futura de compra de gás natural num volume total de 5 bilhões de metros cúbicos até 2034. A multa por eventual rescisão antecipada do contrato é de R\$ 1.591.269 e não foi reconhecida nestas demonstrações financeiras dado a existência de decisão judicial e o processo de arbitragem que suspende os termos dos contratos e a exigibilidade da obrigação de pagamento e de todas as incertezas operacionais envolvendo o segmento Agro. A Unigel concentra seus esforços para a melhor resolução possível para ambas as Companhias conforme descrito na nota explicativa 1 – Contexto operacional. O volume previsto e não realizado para o exercício de 2024 foi US\$ 177 milhões. A companhia, conforme os termos do contrato suspenso, tem o direito de compensar o volume de gás não consumido pelo prazo do contrato.

17.2. FORNECEDORES CONVÊNIO

Não havia saldos de operações de risco sacado em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

18. PASSIVO FISCAL CORRENTE

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
ICMS	9.683	8.154
IPI	4.425	2
PIS e COFINS	32.331	1.107
REFIS - Lei nº. 11.941/09	3.377	6.307
REFIS - Lei nº. 13.043/14	-	3.207
Parcelamentos tributários - PRT e PERT	20.381	27.126
Parcelamentos estaduais PEP	1.707	4.567
Litígio Zero	7.301	32.954
Parcelamentos federais	5.911	2.322
Impostos em subsidiárias no exterior	2.855	-
Imposto de renda (IRPJ)	11.786	12.065
Contribuição social (CSLL)	-	20
Outros	3.463	2.307
	103.220	100.138
Circulante	79.516	71.093
Não circulante	23.704	29.045

18.1. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA – LEI Nº 11.941/09

Em novembro de 2009, a Administração aprovou a adesão ao Programa de Regularização Tributária em conformidade com a Lei nº 11.941/09.

REFIS DA COPA – LEI Nº 13.043/14

Em novembro de 2014, o Grupo aderiu ao programa de redução e parcelamento de débitos federais de acordo com a Lei n. 13.043/14 (Refis da Copa).

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA – PRT E PERT

Em 2017, o Grupo aderiu ao Programa de Regularização Tributária - PRT e ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT. Estes programas foram criados conforme Medidas Provisórias 766, 780 e 783 de 2017, respectivamente, que possibilitaram a liquidação parcial de determinados débitos tributários federais, tanto no âmbito administrativo quanto judicial, através da utilização de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social.

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - PEP

Em abril de 2017, o Grupo aderiu ao Programa de Regularização Tributária Estadual do Estado de São Paulo ("PEP"). O PEP foi um programa criado por lei que permitiu o parcelamento dos impostos (ICMS) em discussão ou atrasados com redução de multa e juros.

LITÍGIO ZERO

Desde 2023 a companhia tem feito novos parcelamentos tributários exclusivamente no âmbito da Receita Federal, aderindo especificamente ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (Litígio Zero - PRLF), conforme a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 12 de janeiro de 2023.

Os vencimentos dos impostos a pagar de longo prazo estão distribuídos da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
2025	8.282	8.750
2026	8.243	8.083
2027	4.893	7.126
Após 2027	2.286	5.086
	23.704	29.045

REIQ – REGIME ESPECIAL DA INDÚSTRIA QUÍMICA

Durante 2023 e 2024, o Grupo adquiriu matérias-primas diversas como eteno, benzeno, propeno e butadieno, incentivadas por meio do benefício do REIQ, no entanto, ao final do exercício de 2024, a Companhia foi notificada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) quanto ao cancelamento do benefício para o período de janeiro de 2023 em diante, devido ao não cumprimento dos requisitos para manutenção do mesmo, qual seja, a manutenção mínima dos números de postos de trabalho nas empresas do Grupo participantes do referido regime especial. Dessa forma, em dezembro de 2024, a Companhia registrou os passivos referentes aos impostos creditados ao longo do período em questão, com a devida incidência de multa e juros. Tal valor deverá ser compensado com créditos fiscais federais ao longo do exercício de 2025.

19. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais, decorrentes do curso normal dos seus negócios. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária, ambiental e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências no montante estimado do valor da obrigação e refletem a saída de recursos provável esperada.

19.1. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O Grupo registrou um valor de R\$ 14.250 (R\$ 13.132 em 31 de dezembro de 2023) em depósitos judiciais, substancialmente, vinculados a processos tributários.

19.2. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

	Consolidado				
	Processos trabalhistas	Processos tributários	Processos cíveis	Processos ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.730	17.397	2.217	-	22.344
Adições e Reversões	2.011	23.589	3.200	36.263	65.063
Baixa por pagamentos	(2.073)	(13.328)	-	-	(15.401)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.668	27.658	5.417	36.263	72.006
Adições e Reversões	3.441	42.017	-	(6.206)	39.252
Baixa por pagamentos	(1.321)	(30.723)	(2.178)	-	(34.222)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.788	38.952	3.239	30.057	77.036

PROCESSOS TRABALHISTAS

Os processos trabalhistas representam reclamações trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras, insalubridade, periculosidade e verbas rescisórias) e que se encontram em fases processuais distintas.

PROCESSOS TRIBUTÁRIOS

As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas à ICMS, IPI, contribuições previdenciárias, compensação de créditos de PIS e COFINS e incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas.

As principais adições referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024 estão assim descritas:

- (a) Processo administrativo de autos de infrações lavrados exigindo contribuição adicional do GILRAT, incidentes sobre as remunerações dos trabalhadores expostos aos riscos ocupacionais, Processo 10271.105621/2023-47, no montante expresso em R\$ 7.135;

A Companhia registrou como provisão de contingências os valores de créditos de PIS e COFINS utilizados para compensação de impostos a recolher originados em atualizações monetárias de saldos credores.

Ao calcular os créditos decorrentes do ICMS na base do PIS e da COFINS a Companhia atualizou monetariamente os valores tanto dos meses em que teve saldo credor quanto dos meses em que teve pagamento indevido a maior.

Considerando que este é um tema controverso e sem amparo na legislação tributária vigente, a Companhia decidiu, constituir uma provisão para risco sobre o reconhecimento adicional de juros, no montante de R\$ 9.730 no decorrer do exercício de 2024.

PROCESSOS CÍVEIS

A Companhia é parte de um grupo de ações judiciais, arbitrais e/ou administrativas, de natureza cível, que envolvem pedidos diversos. As provisões decorrem de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro.

PROCESSOS AMBIENTAIS

A Companhia é parte em alguns Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) referentes a determinados sites produtivos os quais detalhamos abaixo:

(i) CBE Cubatão:

O Grupo adquiriu a planta de estireno de terceiros e após a aquisição foi identificada uma área degradada com algumas borras de estireno. O TAC foi firmado em 2015 entre Unigel, CETESB e ministério público com duração de 10 anos incluindo a implementação de um plano de recuperação de área contaminada e compensação financeira através de doação de equipamentos ao setor público. O Grupo prevê uma dilação de prazo para mais 10 anos para conclusão do projeto de recuperação de acordo com a evolução do projeto ao longo dos anos. Os fluxos futuros de despesas estimados com a execução do TAC montam R\$ 38.315 até 2030. Esses fluxos foram trazidos a valor presente pelo custo médio ponderado de capital do Grupo de 21,91% a.a., o que resultou em uma provisão de R\$ 25.574.

O Grupo possui um contrato de rateio de despesas com o antigo operador do site no qual as despesas com o TAC são apropriadas em 50% por cada parte. Dessa forma também foi reconhecido um ativo de reembolso por cobrar de contingências no valor de R\$ 12.787.

(ii) CBE Camaçari:

O Grupo firmou um acordo com o INEMA para remediação de áreas com concentração de benzeno em 2021, com duração de 5 anos. O custo estimado total para remediação a valor futuro é de R\$ 3.386 até 2029. Esses fluxos foram trazidos a valor presente pelo custo médio ponderado de capital do Grupo de 21,91% a.a., o que resultou em uma provisão de R\$ 2.120.

A contaminação antecede a atuação do Grupo Unigel no site e a totalidade dos custos são repassados para o antigo proprietário. Dessa forma também foi reconhecido um ativo de reembolso por cobrar de contingências no valor de R\$ 2.120.

(iii) Proquigel Candeias:

O Grupo firmou cronograma junto ao INEMA para avaliação de atenuação natural monitorada com custo estimado de R\$ 4.772 até 2030. Os fluxos foram trazidos a valor presente pelo custo médio ponderado de capital do Grupo, o que resultou em uma provisão de R\$ 2.363.

19.3. SALDOS AVALIADOS COM O RISCO DE PERDA POSSÍVEL

As empresas do Grupo são partes em diversos processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, avaliou os riscos de perdas como possíveis. As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos econômicos seja exigida para liquidar a obrigação. A natureza dos principais passivos contingentes são:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Processos trabalhistas	40.495	37.861
Processos tributários	590.869	395.195
Processos ambientais	84.064	73.810
Processos cíveis	39.944	36.792
	755.372	543.658

PROCESSOS TRABALHISTAS

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo era réu em aproximadamente 217 (218 em 31 de dezembro de 2023) processos trabalhistas. O Grupo não registrou provisão para casos nos quais o risco de perda foi classificado como possível envolvendo um valor estimado de R\$ 40.495 (R\$ 37.205 em 31 de dezembro de 2023). Em termos gerais, as reclamações trabalhistas referem-se a discussões de horas extras, verbas rescisórias, passivos envolvendo prestadores de serviços terceirizados e determinadas disputas sindicais quanto à implementação das regras coletivas no local de trabalho, promovida pelo SINDIQUIMICA contra outras Petroquímicas da Bahia, conjuntamente, pleiteando direitos decorrentes de índices de reajustes salariais (Cláusula 4ª).

PROCESSOS TRIBUTÁRIOS

O Grupo faz parte de determinados processos tributários classificados como possíveis pelos seus assessores jurídicos de acordo com julgamentos anteriores de Tribunais de Justiça no montante de R\$ 590.869 (R\$ 395.195 em 31 de dezembro de 2023) e entendem que os resultados serão favoráveis em decorrência da jurisprudência vigente, sendo que as ações mais relevantes envolvem,

- Auto de Infração nº 10314.720422/2024-09 no valor de R\$ 208.962 lavrado contra as empresas Cargill e Proquigel (responsável solidária), onde é exigido o pagamento de Multa Aduaneira no montante originário de R\$ 206.894, cujo fatos geradores são de março e abril de 2020, por entender a fiscalização que a Cargill, foi a responsável pelas exportações formalmente promovidas em nome da Proquigel, estando oculta nas operações.
- Auto de infração AIIM nº. 4.001.617-1 no valor de R\$ 74.872 (R\$ 71.913 em 31 de dezembro de 2023) pela SEFAZ/SP em face da empresa POLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. - CNPJ nº 29.510.765/0008-20 (sucieda pela controlada Companhia Brasileira de Estireno), em 22 de março de 2012, com as supostas infrações: Creditamento indevido de ICMS em operações de recebimento de mercadorias para exportação (guerra fiscal). Creditamento indevido de ICMS em operações de retorno de mercadorias não comprovadas e emissão de notas fiscais sem saída de mercadorias. Não pagamento de ICMS em operações de remessa para empresa não cadastrada como armazém geral e em vendas para não contribuinte de outro estado. Creditamento indevido de ICMS em serviços de transporte de contribuinte optante pelo Simples Nacional. Creditamento indevido de ICMS em devolução simbólica de mercadoria em consignação industrial. Creditamento indevido de ICMS em operações com filial que determinou preço superior ao real dos produtos. Escrituração irregular de documentos fiscais no livro Registro de Entradas de Mercadorias.
- Auto de Infração nº 10314.720423/2024-45 no valor de R\$ 20.896 lavrado contra a empresa Proquigel Química S.A, onde é exigido o pagamento de Multa Regulamentar no montante originário de R\$ 20.689, por entender a fiscalização que houve cessão de nome para a realização de operações de comércio exterior de terceiros com vistas ao acobertamento dos reais beneficiários.
- Execução Fiscal nº 0500850-74.2014.8.05.0039 no valor de R\$14.755 (R\$ 14.256 em 31 de dezembro de 2023), consubstanciada na Certidão de Dívida Ativa nº 98046-17-0000-14, oriunda do Auto de Infração nº 206857.0104/12-2, através da qual se objetiva a cobrança de suposto débito de ICMS, entre os períodos de 2008 e 2009, no qual se consubstancia na suposta não comprovação da saída das mercadorias sob o regime de Drawback.
- Execução Fiscal nº 0500987-22.2015.8.05.0039 no valor de R\$ 11.510 (R\$ 11.081 em 31 de dezembro de 2023), que visa a cobrança de ICMS em razão de registro de operação tributada como não tributada, nas saídas de mercadorias acobertadas por notas fiscais com fim específico de exportação (exportação indireta), sem a comprovação da saída efetiva do país.
- Execução Fiscal nº 0009617-23.2008.8.26.0157 no valor de R\$ 9.523 (R\$ 9.431 em 31 de dezembro de 2023) ajuizada para cobrança do crédito originário de ICMS de R\$ 5.051, conforme a CDA nº 1.001.079.359, derivada do Auto de Infração nº 246.733. Originalmente, o Auto de Infração incluía 11 infrações, mas após retificações e cancelamentos parciais por decisão administrativa, restaram três débitos: (i) ausência de recolhimento de ICMS na importação de mercadorias; (ii) remessa para industrialização sem comprovação de retorno; e (iii) multa por irregularidade na escrituração do livro Registro de Controle da Produção e do Estoque.
- Auto de infração nº 10580.730325/2017-47 no valor de R\$ 7.832 (R\$ 6.924 em 31 de dezembro de 2023) exigindo contribuição adicional do GILRAT, incidentes sobre as remunerações dos trabalhadores expostos aos riscos ocupacionais, das unidades de Camaçari e Candeias (agentes nocivos - Benzeno, Cádmio, Cromo, Mercúrio, N-Hexano e Ruído) referente ao período de apuração de 2013 a 2015.
- Outras contingências possíveis tributárias que versam sobre diversos temas tributários, como ICMS, PIS/COFINS, IPI e IRPJ/CSLL pulverizadas no valor de R\$ 242.519 (R\$ 281.591 em 31 de dezembro de 2023).

PROCESSOS AMBIENTAIS

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo era réu em 95 (73 em 31 de dezembro de 2023) processos ambientais. O Grupo não constituiu provisões para os casos nos quais o risco de perda foi classificado como possível envolvendo R\$ 84.064 (R\$ 73.810 em 31 de dezembro de 2023). Os casos mais representativos são apresentados abaixo:

- Juntamente com aproximadamente 200 outras empresas, o Grupo é corréu em uma ação coletiva movida pela Associação dos Moradores dos bairros Jardim Cristal e Jardim Marambaia. Os autores alegam que uma empresa chamada Recobem foi contratada para reciclar coprodutos da indústria de tintas e, em vez disso, descartou os materiais ilegalmente no Estado do Paraná. O Grupo foi nomeado corréu porque um dos barris que supostamente foram descartados ilegalmente tinha um dos seus logotipos. A Companhia vem contestando essa alegação, uma vez que o barril não tinha nenhum material que o Grupo utiliza ou produz. O processo foi julgado improcedente em primeira instância, decidindo-se na sentença pelo reconhecimento da ilegitimidade passiva da Proquigel Química S/A, pela ausência da responsabilidade objetiva frente aos danos materiais e morais ocorridos com os representados da autora, motivo pelo qual, foi interposto recurso de apelação pela parte autora. O valor envolvido para a Proquigel é de R\$ 1.290 (R\$ 1.178 em 31 de dezembro de 2023).

- Além disso, o Grupo é réu em ações coletivas movidas pela Federação dos Pescadores da Bahia que reivindicam indenização devido à suposta liberação de produtos químicos nas águas do Estuário Rio São Paulo e na Baía de Todos os Santos, ocorrida em 2009, acima dos parâmetros permitidos pela legislação ambiental (Resolução Conama nº 357/2005) que resultou na interrupção das atividades pesqueiras daquela localidade. A ação foi julgada improcedente em primeira instância, razão pela qual os Pescadores apelaram, encontrando-se o caso em grau recursal. O processo é considerado como possível de perda, no montante de R\$ 57.180 (R\$ 54.571 em 31 de dezembro de 2023).

- Outras contingências de natureza ambiental diversas e valores pulverizados totalizando o montante de R\$ 25.594 (R\$ 19.061 em 31 de dezembro de 2023).

PROCESSOS CÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo era réu em aproximadamente 20 (14 em 31 de dezembro de 2023) processos cíveis, representando um total em discussão de R\$ 39.944 (R\$ 33.320 em 31 de dezembro de 2023).

No processo mais representativo, o Grupo é réu em ação movida pela N.C. S/C Ltda., um ex-acionista minoritário da Polo Ind. e Com. S/A (“Polo – que tem como atual sucessora a empresa Companhia Brasileira de Estireno “CBE””), no valor de R\$ 25.500. O autor pretende que, por retirar-se da Polo, deveria receber uma indenização devido ao fato de que os acionistas majoritários da empresa - incluindo a Unigel - alegadamente tentaram impor a mudança do seu tipo societário para se tornar uma corporação com capital autorizado e o destituíram da administração da Companhia, fatos estes que, de acordo com a N.C. S/C Ltda., incitou sua intenção de descontinuar seu investimento na empresa. A ação foi julgada parcialmente procedente e encontra-se em grau de apelação no TJSP.

19.4. REEMBOLSOS POR COBRAR DE CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia tem um saldo de R\$ 14.907 (R\$ 18.197 em 31 de dezembro de 2023) referente a valores a serem reembolsados em decorrência ações diversas de regularizações e monitoramentos ambientais pactuados junto aos órgãos responsáveis nas localidades da CBE Cubatão/SP e da CBE Camaçari/BA a receber por parte dos antigos proprietários responsáveis destas localidades.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. CAPITAL SOCIAL

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é de R\$ 920.963, composto por 920.962.726, ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

20.2. RESERVAS DE LUCROS

RESERVA LEGAL

Constituída anualmente com 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, a totalidade do seu saldo foi utilizado para compensar parte dos prejuízos do ano, conforme permitido na Lei 6.404/1976.

AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

- (i) Hedge de fluxo de caixa

Abrange a parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de hedge utilizados no hedge de fluxo de caixa líquido de impostos cujo reconhecimento no resultado está pendente até que os fluxos de caixa ou itens protegidos afetem o resultado do exercício;

- (ii) Ajustes de avaliação atuarial

Compreendem os efeitos de ganhos e perdas atuariais líquido de impostos;

- (iii) Ajustes acumulados dos efeitos de conversão de operações no exterior

Inclui todas as diferenças resultantes da conversão das demonstrações financeiras de operações estrangeiras para a moeda funcional;

- (iv) Custo atribuído aos ativos imobilizados líquido de efeitos tributários

No contexto da adoção das IFRS pela primeira vez no Brasil, a partir de 1º de janeiro de 2010, o Grupo realizou a reavaliação de seus ativos imobilizados pelo valor justo (custo atribuído) na data de transição. A parcela apurada desta reavaliação foi contabilizada líquido de impostos como ajuste de avaliação patrimonial e vem sendo realizado contra lucros ou prejuízos acumulados na proporção da depreciação, lançada no resultado do exercício, dos itens do imobilizado que deram base à citada reavaliação (realização do custo atribuído).

20.3. DIVIDENDOS

O estatuto social do Grupo determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Não ocorreu alteração na política de dividendos em virtude da adoção do custo atribuído.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apurou dividendos a distribuir.

21. RECEITA LÍQUIDA

21.1. RECONCILIAÇÃO ENTRE RECEITA BRUTA E RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta		
Venda de produtos	3.321.627	4.636.230
Partes relacionadas (Nota 10)	44.295	186.834
Venda de produtos no mercado interno total	3.365.922	4.823.064
Venda de produtos	344.383	988.043
Venda de produtos no mercado externo total	344.383	988.043
Receita bruta total	3.710.305	5.811.107
Impostos	(669.483)	(823.821)
Incentivos fiscais	140.949	187.450
Devoluções	(22.033)	(21.811)
Abatimentos comerciais	(10.801)	(1.183)
Receita líquida total	3.148.937	5.151.742

O Grupo não possui faturamento à clientes individualmente, que seja maior que 10% das vendas líquidas do ano.

21.2. DESAGREGAÇÃO DE RECEITA DE CONTRATOS COM CLIENTES

O Grupo gera receitas, primariamente, por vendas de produtos, nos segmentos de químicos e agro.

Na tabela a seguir, as receitas de contratos com clientes são desagregadas por mercado geográfico e por segmento de mercado (Nota explicativa nº 25 – Informações sobre segmentos reportados).

	Químicos		Agro		Eliminação entre segmentos		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Regiões principais								
Brasil	2.556.586	4.677.703	175.978	1.529.602	-	(2.318.588)	2.732.564	3.888.717
Américas (menos Brasil)	361.458	865.735	-	139.935	-	-	361.458	1.005.670
Ásia	4.141	41.529	-	-	-	-	4.141	41.529
Europa	12.942	52.684	-	59.467	-	-	12.942	112.151
Oriente-médio	412	54.258	-	-	-	-	412	54.258
África	37.420	49.417	-	-	-	-	37.420	49.417
Receita Líquida	2.972.959	5.741.326	175.978	1.729.004	-	(2.318.588)	3.148.937	5.151.742

22. DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Classificados por função:		
Custo dos produtos vendidos	(3.277.690)	(5.693.540)
De vendas	(33.574)	(58.998)
Administrativas	(166.333)	(217.143)
	(3.477.597)	(5.969.681)
Classificados por natureza:		
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(2.461.933)	(4.427.177)
Despesa com pessoal	(243.597)	(338.254)
Serviços de terceiros	(138.369)	(287.291)
Seguros	(35.205)	(45.154)
Adesão a parcelamentos	(19.935)	(32.882)
Reestruturação	(21.534)	(15.840)
Provisões para contingências	(35.729)	(28.800)
Amortização ativo de direito de uso	(53.717)	(83.395)
Depreciação e amortização	(137.767)	(210.057)
Logística, fretes e <i>demurrage</i>	(317.817)	(423.452)
Outras despesas	(11.994)	(77.379)
	(3.477.597)	(5.969.681)

22.1. DESPESAS DE REESTRUTURAÇÃO

Em linha com o contexto operacional da Companhia foram realizadas diversas ações para preservação do caixa, incluindo a hibernação de plantas e redução de despesas de forma geral. Estas ações, por vezes, ensejaram despesas adicionais não-recorrentes na operação do Grupo como aquelas relacionadas ao desligamento de pessoal, totalizando R\$ 21.534 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 15.840 em 31 de dezembro de 2023) que foram registradas na rubrica de reestruturação.

23. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Sucata	243	171
Indenização de seguros	-	289
Ganho na venda de ativos	299.463	-
Reembolsos a cobrar – Provisões Ambientais	4.704	18.917
Outras receitas	6.512	1.273
Total outras receitas operacionais	310.922	20.650
<i>Impairment</i> de ativos	(62.591)	(715.764)
Desconto Recebimento Créditos Eletrobrás	(2.597)	-
Confissão de dívida – Hidrogênio Verde	(1.389)	-
Perda na venda de ativos	-	(1.796)
Provisões ambientais	-	(36.263)
Baixa definitiva de ativos	-	(73.948)
Outras despesas operacionais	-	(8)
Total outras despesas operacionais	(66.576)	(827.779)
	244.346	(807.129)

GANHO NA VENDA DE ATIVOS

A Companhia concluiu a venda da Plastiglas de México S.A. de C.V. por US\$ 105 milhões em junho de 2024. O valor de venda foi ajustado por: (i) caixa mínimo da operação; (ii) diferença entre o capital de giro entregue e o capital de giro considerado ideal para a operação; (iii) dívidas financeiras da operação e (iv) parcela retidas em garantia de forma contingencial. Dessa forma, o valor líquido recebido pelo Grupo na transação foi de US\$ 83 milhões, convertido para reais pela taxa próxima ao momento do fechamento do câmbio. Os recursos líquidos da venda foram utilizados para reforçar o capital de giro do Grupo.

DESCONTO RECEBIMENTO CRÉDITOS ELETROBRÁS

Em 20 de maio de 2024 a Companhia concluiu acordo com a Eletrobrás para conclusão de discussão judicial referente a créditos devidos no contexto de empréstimos compulsórios. O valor do processo era de R\$ 7.087, que já estavam provisionados, mas visando uma antecipação dos recursos foi acordado o recebimento de R\$ 4.490, resultando em uma perda para a Companhia de R\$ 2.597.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre aplicações financeiras	16.898	26.150
Receita de juros sobre recebíveis	284	8.956
Descontos obtidos de fornecedores	590	1.924
Atualização sobre crédito de PIS/COFINS	21.996	2.734
Outras receitas financeiras	102	461
Total das receitas financeiras	39.870	40.225
Juros sobre empréstimos e debêntures	(731.212)	(427.102)
Juros de fornecedores	(40.775)	(32.485)
Custo do hedge	(7.367)	(285.534)
Juros de passivos de arrendamento	(36.441)	(36.432)
Despesas bancárias, com impostos e comissões	(24.418)	(55.539)
Ajuste a valor justo de derivativos	(222.768)	(94.250)
Multas	(5.143)	(13.440)
Juros benefício pós-emprego	(2.533)	(3.055)
Juros adesão PRLF	(3.496)	(17.893)
Juros de tributos	(21.590)	(42.352)
Juros sobre empréstimos e debêntures - Operação Descontinuada	(3.300)	-
Outras despesas financeiras	(3.840)	(662)
Total das despesas financeiras	(1.102.883)	(1.008.744)
Variações cambiais, líquidas	(768.349)	(47.129)
Resultado financeiro	(1.831.362)	(1.015.648)

24.1. JUROS DE TRIBUTOS

Juros decorrentes de parcelamentos tributários, conforme demonstrado na nota explicativa 18 – Passivo fiscal corrente, além de juros de atraso no pagamento de tributos. No terceiro trimestre, foi efetuada a reversão referente a parte dos passivos que geravam esses juros referentes a adesão ao Programa de Redução de Litígios Fiscais (PRLF – Litígio Zero), gerando um crédito neste período.

25. INFORMAÇÃO SOBRE SEGMENTOS

25.1. BASE DE SEGMENTAÇÃO

O Grupo é, preponderantemente, um produtor de químicos intermediários atuando na 2ª geração da cadeia da indústria petroquímica. Em termos gerais, o Grupo adquire produtos petroquímicos básicos, processa-os e transforma-os em produtos químicos intermediários e finais os quais são fornecidos para produtores ou distribuidores. Esse segmento de negócios é determinado como “Químicos”.

O Grupo também é um representativo produtor de fertilizantes nitrogenados no Brasil. Em resumo, o Grupo adquire determinadas matérias primas básicas, em especial, gás natural, e converte-o em sulfato de amônio, amônia, ureia e ARLA. Esse segmento é denominado como “Agro”.

A Diretoria Executiva (principal gestor das operações) avalia o desempenho dos negócios separadamente por suas divisões estratégicas. Estes segmentos são gerenciados separadamente, pois requerem diferentes tecnologias e diferentes estratégias mercadológicas.

O seguinte resumo descreve as operações de cada segmento:

QUÍMICOS

O segmento de Químicos abrange, substancialmente, a produção e venda de estireno, poliestireno, látex, tolueno, acrilonitrila, metacrilatos (MMA, EMA e GMAA), chapas e resinas acrílicas, cianeto de sódio e sulfato de amônio (vide nota abaixo de Agro). Estes produtos são vendidos a diversos setores da economia, com destaque para construção civil, automotivo, mineração, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, têxtil, materiais de construção, embalagens e descartáveis plásticos. Estes produtos também são vendidos a fabricantes e conversores de produtos químicos.

AGRO

Esse segmento compreende, essencialmente, a produção e venda de sulfato de amônio, amônia, ureia e ARLA, que são direcionados, preponderantemente ao mercado de agronegócios, e, em menor escala, para fabricantes e conversores de produtos químicos. No segmento Agro, os resultados apresentados referem-se exclusivamente às plantas arrendadas da Petrobras, uma vez que os resultados da operação de sulfato de amônio foram realocados para o segmento de Químicos, pois com a paralisação das plantas arrendadas da Petrobras, o sulfato de amônio, que é subproduto do segmento de químicos passou a ser analisado dentro do contexto desse segmento para a tomada de decisões.

Dessa forma, reapresentamos os resultados do período comparativo com o sulfato de amônio reclassificado para o segmento Químicos para preservar a comparabilidade.

A Administração do Grupo revisa mensalmente os relatórios gerenciais de cada segmento. A matriz corporativa exerce funções de tesouraria, jurídico, controladoria, tecnologia da informação e recursos humanos. A atividade da matriz não é considerada um segmento por não ser um negócio gerador de receitas para o Grupo, porém, ele é incluso apenas para fins de reconciliação com a demonstração do resultado.

A informação sobre segregação geográfica foi apresentada na nota explicativa nº 21 – Receita líquida.

25.2. INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS REPORTADOS

As informações relacionadas a cada segmento reportado são apresentadas abaixo. O lucro (prejuízo) do segmento antes de impostos é usado para medir o desempenho do negócio, uma vez que a administração acredita que essa informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos em relação a outras entidades que operam na mesma cadeia produtiva.

	31/12/2024				
	Químicos	Agro	Unidade corporativa	Eliminações	Total
Receita líquida	3.061.933	129.972	-	(42.968)	3.148.937
Custo dos produtos vendidos	(3.031.160)	(289.498)	-	42.968	(3.277.690)
Lucro (Prejuízo) bruto	30.773	(159.526)	-	-	(128.753)
Despesas administrativas e com vendas	(155.499)	(15.599)	(35.388)	-	(206.486)
Impairment de ativo imobilizado	-	(62.591)	-	-	(62.591)
Outras receitas (despesas) operacionais	302.339	(916)	5.514	-	306.937
Resultado operacional	177.613	(238.632)	(29.874)	-	(90.893)
Resultado financeiro	-	-	(1.831.362)	-	(1.831.362)
Resultado antes dos impostos	177.613	(238.632)	(1.861.236)	-	(1.922.255)

	31/12/2023				
	Químicos	Agro	Unidade corporativa	Eliminações	Total
Receita líquida	3.494.334	1.786.219	-	(128.811)	5.151.742
Custo dos produtos vendidos	(3.538.844)	(2.283.507)	-	128.811	(5.693.540)
Prejuízo bruto	(44.510)	(497.288)	-	-	(541.798)
Despesas administrativas e com vendas	(194.764)	(46.919)	(34.025)	-	(275.708)
Impairment de ativos (NE 14 e NE 15)	-	(715.764)	-	-	(715.764)
Baixa de ativos	(73.948)	-	-	-	(73.948)
Outras receitas (despesas) operacionais	(23.999)	(549)	7.131	-	(17.417)
Resultado operacional	(337.221)	(1.260.520)	(26.894)	-	(1.624.635)
Resultado financeiro	-	-	(1.015.648)	-	(1.015.648)
Resultado antes dos impostos	(337.221)	(1.260.520)	(1.042.542)	-	(2.640.283)

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de manter a capacidade de investimentos e a estratégia de crescimento.

Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

26.1. ATIVOS FINANCEIROS

	Nota	Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	7	65	244
Partes relacionadas	10	4.020	2.170
		4.085	2.414

	Nota	Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Ativos			
Valor justo por meio do resultado (VJR)			
Investimentos de curto prazo	7	79.218	118.235
Outros recebíveis	-	-	8.850
		79.218	127.085
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	7	102.942	47.601
Contas a receber de clientes	8	129.720	148.065
Créditos contratuais	-	18.458	69.925
Partes Relacionadas	10	234	700
		251.354	266.291
		330.572	393.376

26.2. PASSIVOS FINANCEIROS

	Nota	Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023
Passivos			
Custo amortizado			
Fornecedores	17	(24.922)	(4.697)
Empréstimos e debêntures ⁽¹⁾	16	(713.096)	(565.936)
Dividendos a pagar	10	(64.963)	(64.963)
Partes relacionadas	10	(1.242.442)	(1.194.337)
Outros passivos		(533)	-
		(2.045.956)	(1.829.933)

(1) O valor justo de empréstimos e debêntures em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 109.500 (R\$ 145.135 em 31 de dezembro de 2023).

	Nota	Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Passivos			
Valor justo por meio do resultado (VJR)			
Derivativos	30	(45.479)	(60.397)
		(45.479)	(60.397)
Custo amortizado			
Fornecedores	17	(914.344)	(818.151)
Empréstimos, financiamento e debêntures ⁽¹⁾	16	(6.066.110)	(4.490.836)
Dividendos a pagar	10	(64.963)	(64.963)
Partes relacionadas	10	(222)	(22)
		(7.045.639)	(5.373.972)

(1) O valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.368.645 (R\$ 2.227.281 em 31 de dezembro de 2023).

26.3. CÁLCULO DO VALOR JUSTO

Aplicações financeiras de curto prazo

(i) Hierarquia do valor justo

Nível 2: inputs, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

(ii) Técnica de valorização

As aplicações financeiras de curto prazo têm seu valor justo calculado pelos fluxos de caixa descontados. Os fluxos de caixa futuros são estimados utilizando taxas de juros contratuais para contratos pré-fixados e com a curva de juros livre de risco pela porcentagem contratual convertida pela última PTAX para as posições em dólar. Esses fluxos de caixa futuros estimados são descontados pelas respectivas curvas (cupom cambial para moeda estrangeira e CDI x Pré livre de risco para moeda local).

(iii) Inputs significativos não observáveis e sua relação com o valor justo

Não há inputs significativos não observáveis.

Derivativos e derivativos embutidos

(i) Hierarquia do valor justo

Nível 2: inputs, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

(ii) Técnica de valorização

Os derivativos e derivativos embutidos tem seu valor justo calculado pelos fluxos de caixa descontados. Os fluxos de caixa futuros são estimados utilizando taxas de juros contratuais para contratos pré-fixados e com a curva de juros livre de risco pela porcentagem contratual convertida pela última PTAX para as posições em dólar. Esses fluxos de caixa futuros estimados são descontados pelas respectivas curvas (cupom cambial para moeda estrangeira e moeda brasileira sem risco para moeda local). O Grupo calcula o valor justo das opções embutidas em swaps (barreiras) e contratos de dívida baseado no modelo Black & Scholes, considerando o prazo de exercício da opção, taxa de atualização (*cost of carry*), preço de strike, preço atual e volatilidade de mercado para o preço. A quantia resultante do modelo é convertida de Dólares para Reais utilizando a PTAX de fechamento na data-base das demonstrações financeiras.

(iii) Inputs significativos não observáveis e sua relação com o valor justo

Não há inputs significativos não observáveis.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

(i) Hierarquia do valor justo

Nível 2: inputs, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

(ii) Técnica de valorização

Para a dívida que possui cotação em mercado ativo, como é o caso dos *bonds* emitidos pelo Grupo, obtém-se os preços base cotados e os preços ajustados para considerar o efeito dos juros (preço sujo). Para as demais dívidas utilizamos o método dos fluxos de caixa descontados. Os fluxos de caixa futuros são estimados utilizando taxas de juros contratuais para contratos pré-fixados e com a curva de juros livre de risco pela porcentagem contratual convertida pela última PTAX para as posições em dólar. Esses fluxos de caixa futuros estimados são descontados pelas respectivas curvas (cupom cambial para moeda estrangeira e moeda brasileira sem risco para moeda local).

(iii) Inputs significativos não observáveis e sua relação com o valor justo

Não há *inputs* significativos não observáveis.

26.4. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é o risco de perda financeira para o Grupo se um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais. Decorre principalmente dos recebíveis do Grupo e equivalentes de caixa.

	Nota	Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes (i)	8	129.720	148.065
Créditos contratuais	-	18.458	69.925
Outros ativos	-	-	8.850
		148.178	226.840

O valor registrado dos ativos financeiros representa o máximo da exposição de crédito.

(i) Contas a receber

A exposição do Grupo ao risco de crédito de contas a receber é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. No entanto, a Administração também considera outros fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes, tais como, o risco padrão associado à indústria e ao país em que os clientes operam.

Ao monitorar o risco de crédito de clientes, eles são agrupados de acordo com suas características de crédito, inclusive se eles são um indivíduo ou uma entidade jurídica, fabricante ou cliente individual, sua localização geográfica, histórico comercial com o Grupo e existência de antecedentes de dificuldades financeiras.

Existem vendas sujeitas a garantias, de modo que, em caso de não pagamento, o Grupo pode ter um crédito garantido.

Exposição ao risco de crédito do contas a receber por segmento e mercado (Nota explicativa nº 8):

**Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2024 e 2023**

	Consolidado					
	Químicos		Agro		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Mercado interno	121.508	112.129	2.976	2.992	124.484	115.121
Mercado externo	14.703	27.573	-	118	14.703	27.691
Partes relacionadas (Nota 10)	33	6.132	159	7.856	192	13.988
	136.244	145.834	3.135	10.966	139.379	156.800

Abaixo está demonstrado o *aging* por segmento:

	Consolidado					
	Químicos		Agro		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	127.847	129.898	1.917	9.411	129.764	139.309
Vencidos						
Entre 1 e 30 dias	6.677	3.194	-	337	6.677	3.531
Entre 31 e 60 dias	557	999	-	-	557	999
Entre 61 e 90 dias	-	809	-	-	-	809
Acima de 91 dias	1.163	10.934	1.218	1.218	2.381	12.152
	136.244	145.834	3.135	10.966	139.379	156.800

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é o risco de o Grupo ter dificuldade em cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados mediante entrega de caixa ou outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo é garantir, na medida do possível, que terá liquidez suficiente para atender às suas responsabilidades quando devidas, em condições normais e estressadas, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou arriscar danos à reputação do Grupo.

O Grupo também monitora o nível de entradas de caixa esperadas nas contas a receber de clientes, juntamente com as saídas de caixa esperadas de contas a pagar e outros.

Dado o contexto operacional do Grupo, conforme divulgado na nota explicativa número 1 – Contexto operacional, o Grupo está apresentando, em seu balanço patrimonial, os seus empréstimos, debêntures e financiamentos no curto prazo, considerando a aceleração da dívida por eventuais eventos de *default* e *cross-default*. Abaixo, estão apresentados os fluxos contratuais em seus vencimentos originais, incluindo pagamento de juros.

Além disso tomou medidas extraordinárias para manter os níveis de caixa necessários para continuar operando. Tais ações incluem postergações de compromissos, captação de recursos temporários com taxas pouco atrativas, redução de investimentos em capital de giro e paralização de plantas com retorno de caixa pouco atrativo no curto prazo.

Espera-se que tais medidas temporárias sejam revertidas na medida em que o Grupo concluir o processo de reestruturação em andamento.

Passivos financeiros não derivativos	Nota	Consolidado				
		31/12/2024				
		01 a 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	Acima de 36 meses	Total valor futuro
Empréstimos e debêntures	16	6.066.110	-	-	-	6.066.110
Fornecedores	17	791.870	122.474	-	-	914.344
Outras contas a pagar	-	9.770	16.561	-	-	26.331
		6.867.750	139.035	-	-	7.006.785

Passivos financeiros não derivativos	Nota	Consolidado				
		31/12/2023				
		01 a 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	Acima de 36 meses	Total valor futuro
Empréstimos e debêntures	16	4.490.836	-	-	-	4.490.836
Fornecedores	17	798.626	19.525	-	-	818.151
Outras contas a pagar	-	23.539	16.482	-	-	40.021
		5.313.001	36.007	-	-	5.349.008

Os pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures incluídos no quadro acima, refletem as taxas de juros de mercado, que estavam em vigor naquela data. E esses valores podem mudar à medida que as taxas de juros de mercado mudem.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado tais como, taxas de câmbio, taxas de juros e preços, afetarão o lucro do Grupo ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis ao mesmo tempo em que otimiza os retornos.

RISCO CAMBIAL

O Grupo está exposto ao risco cambial na medida em que existe uma incompatibilidade entre as moedas nas quais as vendas, compras, empréstimos e financiamentos são denominadas em contrapartida às respectivas moedas funcionais das empresas do Grupo. A moeda funcional do Grupo é o Real.

Geralmente, os empréstimos e financiamentos são denominados em moedas que correspondam aos fluxos de caixa gerados pelas operações subjacentes do Grupo, principalmente dólares americanos e/ou reais. Além disso, os juros sobre empréstimos e financiamentos são denominados na moeda do empréstimo. Isso fornece uma cobertura econômica sem derivativos e contabilização de hedge (Nota explicativa nº 26.1).

Para a operação de Bond, denominada em dólares americanos, o Grupo utilizava swaps de fluxo de caixa com barreiras para a proteção de parte do risco cambial.

Em relação a outros ativos e passivos monetários, denominados em moedas estrangeiras, a política do Grupo é assegurar que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas pontuais, quando necessário, para solucionar desequilíbrios de curto prazo.

Os dados quantitativos resumidos sobre a exposição do Grupo ao risco cambial, reportados à administração, estão convertidos pela última taxa de conversão do exercício reportada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), como segue:

	Nota	Consolidado			
		31/12/2024		31/12/2023	
		BRL	USD	BRL	USD
Taxa de conversão		1,0000	5,4481	1,0000	4,8413
Caixa em bancos em dólares	7	70.172	12.880	45.257	9.348
Contas a receber	8	14.703	2.699	27.691	5.720
Empréstimos e financiamentos	16	(4.235.036)	(777.342)	(3.131.080)	(646.744)
Fornecedores	17	(339.833)	(62.376)	(128.945)	(26.634)
Exposição líquida		(4.489.994)	(824.139)	(3.187.077)	(658.310)

(i) Análise de sensibilidade

Uma apreciação (depreciação) razoável do dólar norte-americano frente ao real em 31 de dezembro de 2024 teria afetado a mensuração de instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e, consequentemente, afetado o patrimônio e resultado do Grupo pelos valores abaixo. Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto das vendas e compras previstas.

	Consolidado	
	31/12/2024	
	Cenários em USD	
	BRL	USD
Taxa de conversão	1,0000	5,4481
Exposição líquida	(4.489.994)	(824.139)
Sensibilidade	BRL	BRL
	Possível +25%	Remoto +50%
Taxa de conversão	6,8101	8,1722
Exposição líquida (cenários)	(5.612.469)	(6.735.029)
Efeitos em R\$ mil	(1.122.475)	(2.245.035)

	Consolidado	
	31/12/2023	
	Cenários em USD	
	BRL	USD
Taxa de conversão	1,0000	4,8413
Exposição líquida	(3.184.370)	(657.751)
Sensibilidade	BRL	BRL
	Possível +25%	Remoto +50%
Taxa de conversão	6,0516	7,2620
Exposição líquida (cenários)	(3.980.446)	(4.776.555)
Efeitos em R\$ mil	(796.076)	(1.592.185)

RISCO DE TAXA DE JUROS

O Grupo adota uma política de garantir que parte de sua exposição ao risco de taxa de juros esteja em uma taxa fixa.

O perfil das taxas de juros dos instrumentos financeiros com juros do Grupo, conforme relatado pela administração, é o seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Instrumentos a taxa fixa		
Passivos financeiros (Nota 16)	(5.005.859)	(3.760.246)
	(5.005.859)	(3.760.246)
Instrumentos a taxa variável		
Ativos financeiros (Nota 7)	79.218	118.235
Passivos financeiros (Nota 16)	(1.060.251)	(730.590)
	(981.033)	(612.355)

(i) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros, inclusive não derivativos, estão expostos a mudanças no valor justo como resultado da flutuação das taxas de juros. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros às suas variáveis são apresentadas a seguir:

O Grupo selecionou os riscos de mercado que podem afetar mais fortemente os valores dos instrumentos financeiros detidos, que seriam as mudanças na taxa SOFR e CDI.

Os possíveis cenários consideram mudanças de 25% e 50%, respectivamente, relacionadas à variável de risco relevante em relação à taxa base.

Análise de sensibilidade das variações de taxa:

	Consolidado				Consolidado			
	31/12/2024				31/12/2023			
	Cenários em		Cenários em		Cenários em		Cenários em	
	SOFR		CDI		SOFR		CDI	
Taxa	-		12,15%		5,3190%		12,65%	
Instrumentos financeiros	-		(1.060.251)		(6.268)		(860.404)	
Efeitos na demonstração do resultado	-		(128.820)		(333)		(108.841)	
	Possível +25%	Remoto +50%	Possível +25%	Remoto +50%	Possível +25%	Remoto +50%	Possível +25%	Remoto +50%
Taxa	-	-	15.1875%	18,2250%	6,6487%	7,9785%	15,8125%	18,9750%
Instrumentos financeiros (efeitos no balanço patrimonial)	-	-	(1.221.277)	(1.253.482)	(114.643)	(116.073)	(803.732)	(825.679)
Efeitos na demonstração do resultado	-	-	(161.026)	(193.231)	(7.147)	(8.577)	(109.738)	(131.685)

26.5. ATIVOS E PASSIVOS DESIGNADOS A HEDGE DE FLUXO DE CAIXA

O Grupo optou pelo modelo de *hedge accounting* do CPC 48/ IFRS 9.

- (i) Hedge de fluxo de caixa - Variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira

A tabela seguinte indica os períodos nos quais o fluxo de caixa associado ao hedge de fluxo de caixa deve ocorrer e os respectivos saldos dos instrumentos de hedge.

	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativos – faturamento projetado em dólar	Passivos - empréstimos e financiamentos em dólar	Ativos - faturamento projetado em dólar	Passivos - empréstimos e financiamentos em dólar
Saldo contábil	351.055	(351.055)	234.336	(234.336)
1-12 meses	96.393	(96.393)	42.219	(42.219)
13-24 meses	-	-	-	-
25-35 meses	-	-	-	-
Acima de 35 meses	254.662	(254.662)	192.117	(192.117)
	351.055	(351.055)	234.336	(234.336)

- (ii) Hedge de fluxo de caixa - Bond e Swaps

O Grupo havia contratado instrumentos financeiros derivativos para a proteção de juros pré-fixados e variação cambial sobre sua emissão de *Bonds* no exterior. Ambos os instrumentos possuíam vencimento em 2026. O instrumento de hedge foi liquidado de forma antecipada em 07 de junho de 2023.

Como o instrumento de hedge foi encerrado de forma antecipada, de acordo com o CPC 48 – Item 6.5.11(d), o valor acumulado na reserva de hedge de fluxo de caixa deve ser reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos afetam o resultado.

(iii) Hedge de fluxo de caixa – Opções de Brent

O Grupo havia contratado instrumentos financeiros derivativos para a proteção das compras projetadas de Gás Natural, do segmento agro, que tem seu preço em dólares atrelado ao preço em dólares do barril de petróleo *Brent*. O objeto do *hedge* eram as transações altamente prováveis de compra de Gás Natural e o instrumento de *hedge* são opções de compra de *Brent* mês a mês de acordo com a projeção de compras. Esta estratégia fez com que quase a totalidade das compras de Gás Natural estivessem protegidas de aumentos no preço do barril de *Brent*. Em virtude de os instrumentos de proteção serem opções, se houvesse queda do preço em dólares do barril de *Brent* o Grupo se beneficiava da redução, se houvesse alta no preço o Grupo estava protegido.

Os prêmios das opções contratadas eram em reais e possuíam vencimento próximo a data de exercício das opções e desta forma foram classificados na rubrica “Prêmios de opções a pagar”. No entanto, o Grupo acreditava que, para um maior equilíbrio das suas operações e exposições a moeda estrangeira, o prêmio deveria ser em dólares. Para ter o efeito equivalente de uma operação em dólares americanos o Grupo contratou derivativos de termo de moeda (*Non-deliverable forward* ou NDF) no mesmo volume dos prêmios a serem pagos.

As duas estruturas de *hedge*, portanto, visavam a proteção dos custos com Gás Natural e o equilíbrio das exposições cambiais do Grupo, no entanto, possuíam uma fonte de assimetria contábil, uma vez que as projeções de transações altamente prováveis de compras só são contabilizadas quando ocorrem efetivamente e os prêmios de opções a pagar eram contabilizados pelo custo amortizado, enquanto os derivativos de instrumento de *hedge* eram contabilizados pelo valor justo. Desta forma, e para eliminar a assimetria contábil dos ajustes a valor justo dos derivativos de instrumento de *hedge*, o Grupo optou por estabelecer uma estrutura de *hedge* de fluxo de caixa para a estratégia. Sendo assim, os ajustes a valor justo dos derivativos, na medida em que há efetividade da estrutura de *hedge*, eram contabilizados nas contas patrimoniais em contrapartida de contas do patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

Com a parada das plantas de fertilizantes os fluxos de compras, objeto de *hedge*, deixaram de existir e a totalidade do ajuste a valor justo das opções e das NDFs foi reclassificada do patrimônio líquido para o resultado em junho de 2023.

(iv) Hedge de fluxo de caixa – Efeitos no resultado e em outros resultados abrangentes

(i) Empréstimos e financiamentos – Variação cambial

	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	DRA	DRE	DRA	DRE
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	(129.212)	27.995	(152.968)	(137.614)
Impostos diferidos sobre variação cambial	43.932	(9.518)	52.009	46.789
	(85.280)	18.477	(100.959)	(90.825)

(ii) Opções de Brent (Instrumento de *hedge* encerrado em junho de 2023)

	Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023	
	DRA	DRE	DRA	DRE
Variação cambial de NDF (USD)	-	-	-	10.961
Ajuste de valor justo NDF	-	-	(7.438)	(1.016)
Ajuste de valor justo opções	-	-	(71.350)	(78.780)
Impostos diferidos sobre ajustes a valor justo	-	-	26.788	27.131
	-	-	(52.000)	(41.704)

26.6. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A Companhia mantém uma política de gestão de capital visando o equilíbrio entre o capital próprio (transferências de capital e retenção de lucros) e o capital de terceiros que o Grupo capta para financiar suas operações. Para mitigar eventuais riscos de liquidez e manter o custo médio ponderado do capital em níveis adequados, o Grupo monitora, permanentemente, os resultados gerados por essa escolha através do seu grau de endividamento com base no cálculo de dívida líquida / EBITDA (Lucro antes dos impostos ajustado pelo resultado financeiro e pela depreciação). No entanto, devido ao atual contexto operacional do Grupo, apresentado na nota explicativa número 1 – Contexto operacional, o Grupo vem adotando medidas extraordinárias de gerenciamento de capital incluindo a captação de recursos a taxas menos atrativas e a postergações de compromissos com foco na gestão do risco de liquidez. Tais ações geram um aumento da relação de capital de terceiros e capital próprio até que o plano de reestruturação do Grupo seja concluído.

27. SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

27.1. INCENTIVO FISCAL ESTADUAL – DESENVOLVE/BAHIA

O Grupo recebe diversos benefícios fiscais no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, onde o incentivo mais longínquo permanecerá em vigor até abril de 2032. Estes incentivos fiscais estão associados à cadeia de produção de estirênicos, acrílicos e fertilizantes (segmento Agro). O Grupo se beneficia de um período de carência de até 72 (setenta e dois) meses para pagamento dos impostos. No caso de pagamentos antecipados, o Grupo é elegível a um desconto de até 81% (oitenta e um por cento) do saldo devedor mensal do ICMS.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Grupo obteve um benefício de R\$ 140.949 (R\$ 187.450 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), que foi lançado como redutor de impostos na rubrica “impostos sobre vendas” nas “demonstrações dos resultados”.

27.2. INCENTIVO FISCAL ESTADUAL PSDI – PROGRAMA SERGIPANO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

A Proquigel tem direito ao benefício fiscal no âmbito do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI até abril de 2030, associado à cadeia de produção de fertilizantes (Agro). A Companhia se beneficia de diferimento nas importações de matérias-primas e bens para o ativo imobilizado, assim como, a isenção no recolhimento de diferencial de alíquota de ICMS em aquisições interestaduais de bens de capital novos. Além disso, o benefício possibilita que a Companhia recolha o percentual equivalente a 6,2% do ICMS devido no mês. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Grupo não apurou nenhum benefício.

27.3. INCENTIVO FISCAL FEDERAL - LUCRO DA EXPLORAÇÃO

Conforme Laudos Constitutivos expedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Grupo goza do direito de redução de 75% do imposto de renda sobre os resultados das operações da Companhia Brasileira de Estireno localizadas em Camaçari/BA e da Proquigel até o exercício fiscal de 2028. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o Grupo não apurou nenhum benefício.

27.4. REINTEGRA - REINTEGRAÇÃO DE VALORES TRIBUTÁRIOS PARA EMPRESAS EXPORTADORAS

O Grupo está contemplado pela Lei 13.043/14 - Reintegra - a qual concede créditos tributários quando a Companhia realiza exportações de produtos fabricados internamente, que podem ser compensados com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos federais.

No período findo em 31 de dezembro de 2024 o Grupo obteve um benefício de R\$ 209 (R\$ 2.872 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) através das empresas Proquigel, Companhia Brasileira de Estireno e Unigel Químicos, que foi lançado como redutor de custos na rubrica “custo dos produtos vendidos” nas “demonstrações dos resultados”.

27.5. REIQ – REGIME ESPECIAL DA INDÚSTRIA QUÍMICA

O Regime Especial da Indústria Química (“REIQ”) foi instituído a partir de 2013 pelo Governo Federal do Brasil e tem como objetivo a recuperação e a manutenção da competitividade das indústrias petroquímicas nacionais de 1ª e 2ª geração. Neste contexto, o Grupo estava beneficiado, até dezembro de 2024, pela desoneração tributária de parte das alíquotas de PIS e COFINS na compra de determinadas matérias primas importadas ou fornecidas pela 1ª geração da indústria petroquímica brasileira. No dia 31 de dezembro de 2021, o Governo Federal editou a Medida Provisória 1.095 extinguindo o Regime Especial da Indústria Química (REIQ) a partir de 1º de abril de 2022. As empresas químicas impetraram, através da Associação Brasileira das Indústrias Químicas – ABIQUIM, ação contra os efeitos desta Medida Provisória, conseguindo restabelecer o benefício até o julgamento final do pleito. No entanto, o Congresso Nacional, no momento da conversão da Medida Provisória na Lei 14.374/2022, modificou a redação original e, ao invés da extinção do benefício, determinou apenas a sua suspensão até dezembro de 2022, voltando a vigor, a partir de janeiro/2023, as reduções e prazos de vigência do REIQ, previstas na Lei 14.183/2021, desde que as empresas beneficiadas firmem alguns termos de compromisso com determinadas exigências adicionais. Em agosto de 2023, o Governo Federal regulamentou, através do Decreto nº 11.668/2023, as condições necessárias para o aproveitamento do “REIQ” pelas empresas enquadradas no benefício. Desta forma, a Companhia iniciou o atendimento a todos os requisitos necessários para a sua adesão ao citado benefício, com aplicação desde 01 de janeiro de 2023, conforme previsto na Lei nº 13.374/2022.

Sendo assim, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Grupo não apurou um benefício em 2024 (R\$ 19.393 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 que foi lançado como redutor de custos na rubrica “custos dos produtos vendidos” nas “Demonstrações de Resultados”).

28. GARANTIAS

O Grupo possui bens dados em garantia de operações de crédito com terceiros no valor de R\$ 567.032 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 529.730 em 31 de dezembro de 2023).

29. PREJUÍZO POR AÇÃO

29.1. BÁSICO

O prejuízo por ação básico foi calculado com base no resultado acumulado dos exercícios e na respectiva quantidade média de ações em circulação nestes mesmos períodos, conforme o quadro a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo líquido do período	(1.862.564)	(2.334.432)
Quantidade ponderada média de ações ao longo do exercício	920.962.726	920.962.726
Prejuízo por ação - R\$	(2,0224)	(2,5348)

29.2. DILUÍDO

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações supondo a conversão de todas as ações potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhum fator diluidor do seu lucro básico.

30. OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, preços de *commodities* e taxa de juros.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
	Passivo	Passivo
Swap - Accrual	-	(7.924)
Swap - Ajuste a Valor Justo	-	(52.473)
Swap Valor Justo	-	(60.397)
Mercado a Termo - Ajuste a Valor Justo	(45.479)	-
Mercado a Termo – Valor Justo	(45.479)	-
Total circulante	(45.479)	(60.397)

31. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Em 1º. de dezembro de 2023, a Companhia assinou um contrato para venda (“Stock Purchase Agreement – SPA”) da subsidiária Plastiglas do México S.A. de C.V (“Plastiglas”) e a conclusão da operação dependia apenas da aprovação do órgão antitruste mexicano e de credores. Dessa forma os ativos e passivos referentes a Plastiglas foram reclassificados como ativos e passivos mantidos para venda no balanço patrimonial. A abertura desses ativos e passivos está demonstrada abaixo:

	31/12/2023		31/12/2023
Ativo		Passivo	
Caixa e equivalentes de caixa	61.281	Empréstimos e financiamentos	66.255
Contas a receber	34.378	Fornecedores	42.497
Estoques	100.588	Passivo fiscal corrente	5.277
Ativo fiscal corrente	47.769	Salários e encargos	3.539
Outros	5.326	Obrigações de direito de uso	363
		Outros	12.301
Ativo circulante total	249.342	Passivo circulante total	130.232
Outros	13.047	Empréstimos e financiamentos	24.207
Imobilizado	110.252	Impostos diferidos	9.867
Direito de uso	14.577	Benefício pós-emprego	7.194
		Obrigações de direito de uso	14.214
Ativo não circulante total	137.876	Passivo não circulante total	55.482
		Patrimônio líquido	201.504
Ativo total	387.218	Passivo e patrimônio líquido total	387.218

Em junho de 2024 a operação de venda foi concluída gerando um resultado líquido de R\$ 291.638.

31.1. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

De acordo com o CPC 31/IFRS 5 uma operação deve ser considerada descontinuada quando representa uma importante linha separada de negócios. O julgamento da Companhia, considerou:

- Se o negócio é avaliado separadamente pelo principal tomador de decisões;
- Se a venda do negócio representa uma mudança estratégica relevante;

- Representatividade do negócio no faturamento líquido, imobilizado e capacidade produtiva do Grupo.

Com base nessa avaliação e consideração dos pontos acima, a subsidiária Plastiglas não foi considerada uma importante linha separada de negócios e, consequentemente, não foi apresentada como uma operação descontinuada.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

UNIGEL CONCLUI PROCESSO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

O Grupo, em 30 de janeiro de 2025, concluiu o processo de recuperação extrajudicial iniciado em 20 de fevereiro de 2024, com a apresentação de planos de recuperação extrajudicial, conforme aditados (os “Planos de RE”), perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. O fechamento da operação ocorreu após a conversão de R\$ 5,1 bilhões da dívida antiga em novos instrumentos financeiros, que possibilitou desalavancagem de cerca de 50% para a Unigel. Adicionalmente, a maior parte dos US\$ 100 milhões captados, após as devidas retenções (*backstop fee*), juntos aos credores que elegeram opção A nos Planos de RE (“Credores Opção A”) será destinada para conclusão da construção da planta de Ácido Sulfúrico, redimensionamento do capital de giro e fortalecimento do caixa da Companhia. A implementação dos Planos de RE representa também uma nova etapa na governança da Unigel, sendo que Credores Opção A passam a deter 50% da participação acionária do Controlador da Companhia. Com a implementação dos planos o controlador da Companhia que até 31 de dezembro de 2024 era a Cigel Participações S.A. passara a ser a Unigel Netherlands Holding Corporation B.V. que deterá 99,9% das ações da Companhia. A Companhia foi informada em 3 de janeiro de 2025, que aproximadamente 95% dos Credores Abrangidos participaram do Processo de Eleição e mais de 75% deles elegeram a Opção A, escolhendo por participar na emissão das Notas de Novos Recursos. Os resultados foram subsequentemente confirmados com os depósitos referentes aos Novos Recursos em 7 de janeiro de 2025.

As condições de eficácia dos planos e a sua implementação foram concluídos em 30 de janeiro de 2025, eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, e não indicam condições existentes nesta data, consequentemente, não há impactos monetários a serem mensurados e reconhecidos pela Companhia nessas demonstrações financeiras. Até a data de aprovação e publicação dessas demonstrações financeiras, os impactos da implementação da reestruturação financeira ainda não foram totalmente mensurados pela Companhia.

A composição do Conselho de Administração passa a contar com 7 membros, sendo três representantes da família fundadora, três representantes dos Credores Opção A e um membro independente eleito em conjunto pelos credores e pela Cigel Participações S.A. O Conselho de Administração, em Fevereiro de 2025, elegeu o sr. Dario Costa Gaeta, como o novo presidente da Companhia.

* * *

Dario Costa Gaeta

Diretor Presidente

André Luis da Costa Gaia

Vice-Presidente Financeiro e Diretor de RI

Marcio Scatigno

Gerente Executivo de Controladoria - CRC 1SP 218.247/O-7

Unigel Participações S.A.

Relatório sobre a Revisão das
Informações Trimestrais
Individuais e Consolidadas
Referente ao Trimestre Findo em
31 de Março de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, à Diretoria e ao Conselho de Administração da
Unigel Participações S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Unigel Participações S.A. e controladas (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao período findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 460.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais referidas anteriormente não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Base para conclusão com ressalva

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.3 e nº 13.6 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia concluiu a reestruturação financeira no âmbito do plano de recuperação extrajudicial em 30 de janeiro de 2025, que incluiu a emissão e conversão de dívidas. A Companhia não realizou a análise técnica contábil à luz do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros referente a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros que foram emitidos e convertidos no âmbito da reestruturação financeira e não registrou seus efeitos no passivo, patrimônio líquido, demonstração do resultado, resultados abrangentes, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado para o período findo 31 de março de 2025 e respectivas divulgações em nota explicativa, consequentemente, não nos foi possível reunir evidências suficientes e apropriadas para concluir sobre o impacto monetário destes instrumentos e sua divulgação. Se a Administração tivesse efetuado tal avaliação e refletido os efeitos em suas informações financeiras intermediárias, alguns elementos das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas teriam sido afetados de forma relevante. Esses efeitos sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não foram determinados.

Ênfase*Incertezas relevantes relacionadas com a continuidade operacional*

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo de R\$3.120.142 mil, margem bruta consolidada negativa de R\$2.868 mil, um prejuízo líquido consolidado de R\$209.275 mil, e fluxo de caixa operacional consolidado negativo de R\$185.690 mil no período findo em 31 de março de 2025.

Em 20 de maio de 2024, a Companhia protocolou Plano de Recuperação Extrajudicial (PRE), aprovado pela maioria dos credores, que foi homologado judicialmente pelos tribunais Brasileiros em 11 de novembro de 2024 e pelo tribunal de Nova Iorque, EUA em 10 de dezembro de 2024 e, em 30 de janeiro de 2025, a Companhia concluiu a implementação das ações do PRE.

A continuidade operacional da Companhia baseia-se, principalmente, na eficácia da reestruturação financeira e das ações do PRE implementados, cujos impactos ainda não foram integralmente mensurados, e da implementação e eficácia de uma combinação de estratégias operacionais para mitigação de sua posição financeira e operacional complexa, descritas na nota explicativa nº 1. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias referidas anteriormente incluem as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de maio de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Alessandro Costa Ramos
Contador
CRC nº 1 SP 198853/O-3

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	66	65	314.502	182.160
Contas a receber de clientes	5	-	-	121.487	129.720
Estoques	6	-	-	662.533	647.234
Ativo fiscal corrente	8	61	61	291.891	263.537
Adiantamentos a fornecedores	-	6	48	70.593	55.168
Créditos contratuais	-		-	5.939	15.099
Outros ativos	-	532	581	75.096	42.855
Total do ativo circulante		665	755	1.542.041	1.335.773
Não circulante					
Conta corrente com partes relacionadas	7	4.465	4.020	1.628	1.650
Ativo fiscal corrente	8	-	-	187.392	208.842
Impostos diferidos	9	-	-	841.419	839.245
Depósitos judiciais	16	24	24	14.581	14.250
Créditos contratuais	-	-	-	2.922	3.359
Reembolsos por cobrar de contingências	16	-	-	14.907	14.907
Outros ativos	-	2.355	50.519	3.865	110.265
Investimentos	10	948.731	887.426	-	-
Imobilizado	11	2.649	2.772	2.206.196	2.227.844
Direito de uso	12	13.042	15.452	160.386	168.955
Intangível	-	2.696	3.077	14.944	16.316
Total do ativo não circulante		973.962	963.290	3.448.240	3.605.633
Total do ativo		974.627	964.045	4.990.281	4.941.406

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

		Controladora		Consolidado	
Passivo	Nota	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	2.153	713.096	180.813	6.066.110
Fornecedores	14	10.067	24.922	723.827	791.870
Passivo de arrendamento	12	10.472	11.130	69.757	86.963
Dividendos a pagar	7	64.963	64.963	64.963	64.963
Conta corrente com partes relacionadas	7	53	53	-	-
Passivo fiscal corrente	15	240	328	73.559	79.516
Salários e encargos	-	-	-	37.978	40.156
Adiantamentos de clientes	-	-	-	99.507	142.435
Provisões diversas	-	1.322	1.315	90.317	89.658
Outros passivos	-	-	533	71.318	55.251
Total do passivo circulante		89.270	816.340	1.412.039	7.416.922
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	43.306	-	3.145.150	-
Fornecedores	14	-	-	83.828	122.474
Passivo de arrendamento	12	6.023	5.550	270.207	256.700
Conta corrente com partes relacionadas	7	1.938.067	1.242.389	2.932.783	222
Passivo fiscal corrente	15	-	-	21.634	23.704
Impostos diferidos	9	117.137	117.137	124.230	126.639
Benefícios pós-emprego	-	-	-	22.594	18.106
Provisão para contingências	16	331	325	81.193	77.036
Provisão para perdas nos investimentos	10	1.900.635	1.899.262	-	-
Outros passivos	-	-	-	16.765	16.561
Total do passivo não circulante		4.005.499	3.264.663	6.698.384	641.442
Patrimônio líquido negativo					
Capital social		920.963	920.963	920.963	920.963
Ajustes de avaliação patrimonial		(811)	(205.872)	(811)	(205.872)
Prejuízo acumulado		(4.040.294)	(3.832.049)	(4.040.294)	(3.832.049)
Total do patrimônio líquido negativo	17	(3.120.142)	(3.116.958)	(3.120.142)	(3.116.958)
Total do passivo e patrimônio líquido negativo		974.627	964.045	4.990.281	4.941.406

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receita líquida	18	-	-	759.954	808.886
Custo dos produtos vendidos	19	-	-	(762.822)	(832.847)
Prejuízo bruto		-	-	(2.868)	(23.961)
Despesas de vendas	19	-	-	(4.401)	(13.068)
Despesas administrativas	19	(5.035)	(4.734)	(38.263)	(40.869)
Provisão de perdas de créditos estimada	4	-	-	-	(5.897)
Reversão de impairment de ativo imobilizado	20	-	-	-	4.762
Outras (despesas) receitas operacionais	20	(324)	(1.593)	16.737	(618)
Receitas (despesas) operacionais		(5.359)	(6.327)	(25.927)	(55.690)
Equivalência patrimonial	10	(146.159)	(309.419)	-	-
Prejuízo antes dos resultados financeiros e impostos		(151.518)	(315.746)	(28.795)	(79.651)
Receitas financeiras		533	3	3.329	8.076
Despesas financeiras		(64.330)	(35.265)	(498.209)	(187.539)
Variações cambiais, líquidas		6.040	(27)	291.267	(79.299)
Resultado financeiro líquido	21	(57.757)	(35.289)	(203.613)	(258.762)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(209.275)	(351.035)	(232.408)	(338.413)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	1.688	(1.052)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	21.445	(11.570)
Imposto de renda e contribuição social	9	-	-	23.133	(12.622)
Prejuízo líquido do período		(209.275)	(351.035)	(209.275)	(351.035)
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	26	(0,2272)	(0,3812)	(0,2272)	(0,3812)
Quantidade ponderada média de ações ao longo do período		920.962.726	920.962.726	920.962.726	920.962.726

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Prejuízo do período	(209.275)	(351.035)	(209.275)	(351.035)
Itens que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado				
Operações no exterior - ajustes de conversão	(32.511)	15.836	(32.511)	15.836
Ganhos (perdas) de hedge de fluxo de caixa	244.616	(15.944)	244.616	(15.944)
Perdas atuariais dos planos de benefício definido	(6.014)	-	(6.014)	-
Resultados abrangentes totais	(3.184)	(351.143)	(3.184)	(351.143)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2025	920.963	(205.872)	(3.832.049)	(3.116.958)
Prejuízo líquido do período	-		(209.275)	(209.275)
Realização de avaliação patrimonial por depreciação e baixa de imobilizado líquida de efeitos tributários	-	(1.030)	1.030	-
Resultados abrangentes:				
Ajustes de conversão em operações no exterior	-	(32.511)	-	(32.511)
Perdas de hedges de fluxo de caixa	-	244.616	-	244.616
Ganhos atuariais dos planos de benefício definido (líquido de impostos)	-	(6.014)	-	(6.014)
Saldos em 31 de março de 2025	920.963	(811)	(4.040.294)	(3.120.142)

	Capital Social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2024	920.963	(195.027)	(1.971.684)	(1.245.748)
Prejuízo líquido do período	-	-	(351.035)	(351.035)
Realização de avaliação patrimonial por depreciação e baixa de imobilizado líquida de efeitos tributários	-	(1.229)	1.229	-
Resultados abrangentes:				
Ajustes de conversão em operações no exterior	-	15.836	-	15.836
Perdas de hedges de fluxo de caixa	-	(15.944)	-	(15.944)
Saldos em 31 de março de 2024	920.963	(196.364)	(2.321.490)	(1.596.891)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo líquido do período		(209.275)	(351.035)	(209.275)	(351.035)
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	19	3.491	2.809	43.663	49.931
Juros de arrendamentos	21	290	564	5.772	10.182
Provisões de contingências	19	(48)	400	7.444	9.270
Provisões (reversões) de estoques	6	-	-	1.344	(2.013)
Impostos correntes e diferidos	9	-	-	(23.133)	11.570
Perda de créditos estimada	5	-	-	-	5.897
Derivativos	21	-	-	214.847	6.887
Juros provisionados e variação cambial	21	13.819	34.615	(102.330)	235.130
Resultado na reestruturação da dívida	21	50.000	-	101.484	-
Juros sobre impostos parcelados	21	-	-	2.726	3.175
Resultado na venda de ativos	20	-	-	-	(1.752)
Resultado de equivalência patrimonial	10	146.159	309.419	-	-
Provisão de impairment de ativo imobilizado	11	-	-	1.004	(4.762)
Atualização monetária sobre crédito de PIS/COFINS	21	-	-	384	(5.386)
Encargos sobre duplicatas descontadas	21	-	-	15.047	11.522
Juros de fornecedores	21	-	-	4.255	5.420
		4.436	(3.228)	63.232	(15.964)
Variações em:					
Contas a receber de clientes	5	-	-	(20.585)	(60.893)
Estoques	6	-	-	(15.072)	95.036
Ativos e passivos fiscais	-	(89)	761	(16.397)	(67.877)
Créditos contratuais	-	-	-	437	23.898
Fornecedores	14	(14.838)	9.326	(106.549)	40.338
Demais ativos e passivos de curto e longo prazo	-	14.375	498	(71.680)	12.691
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais		3.884	7.357	(166.614)	27.229
Juros pagos	13	(10)	(4)	(18.999)	(33.327)
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(77)	(131)
Fluxo de caixa líquido proveniente da (aplicado nas) atividades operacionais		3.874	7.353	(185.690)	(6.229)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	11	(16)	(28)	(25.255)	(10.451)
Recebimentos por vendas de ativo	-	-	-	2.290	3.950
Adiantamentos de caixa a partes relacionadas	-	-	-	-	(1.950)
Fluxo de caixa aplicado das atividades de investimento		(16)	(28)	(22.965)	(8.451)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e debêntures	13	-	-	457.276	27.649
Pagamentos de empréstimos e debêntures	13	(2.340)	(56)	(90.389)	(22.606)
Pagamentos de arrendamento	12	(1.053)	(3.316)	(16.548)	(24.868)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-
Adiantamentos de caixa de partes relacionadas	-	(464)	(4.067)	-	-
Fluxo de caixa (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento		(3.857)	(7.439)	350.339	(19.825)
Fluxo de caixa líquido		1	(114)	141.684	(34.505)
Variação cambial do caixa e equivalentes de caixa		-	-	(9.342)	2.186
Variação de caixa e equivalentes de caixa		1	(114)	132.342	(32.319)
Caixa e equivalentes de caixa em 01 de janeiro		65	244	182.160	165.836
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março		66	130	314.502	133.517

Em 31 de março de 2025, as principais transações que não envolveram caixa no Fluxo de Caixa Consolidado foram:

- (i) Variações de fornecedores de imobilizado no valor de R\$ 6.820 (R\$ 1.423 em 31 de março de 2024);
- (ii) Adições e renegociações de ativos de direito de uso no valor de R\$ 7.077 (R\$ 2.721 em 31 de dezembro de 2024);
- (iii) Dívidas liquidadas por partes relacionadas no valor de R\$ 2.932.583 conforme demonstrado na nota explicativa 23;
- (iv) Custos de transação pagos em anos anteriores no valor R\$ 106.400.

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Receitas	-	-	909.043	929.953
Vendas de mercadorias e produtos	-	-	890.504	927.349
Outras receitas	-	-	18.539	8.501
Reversão (perdas) estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(5.897)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.867)	(3.518)	(761.851)	(772.177)
Custos dos produtos e mercadorias vendidos	-	-	(650.816)	(604.749)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	-	(83.730)	(150.495)
Recuperação (perdas) de valores ativos	-	-	(1.004)	(1.668)
Outros	(1.867)	(3.518)	(26.301)	(15.265)
Valor adicionado (consumido) bruto	(1.867)	(3.518)	147.192	157.776
Depreciação e amortização	(3.491)	(2.809)	(43.667)	(49.931)
Valor adicionado líquido produzido (consumido) pela companhia	(5.358)	(6.327)	103.525	107.845
Valor adicionado recebido em transferência	(145.626)	(309.416)	3.329	8.076
Resultado de equivalência patrimonial	(146.159)	(309.419)	-	-
Receitas financeiras	533	3	3.329	8.076
Valor adicionado (consumido) total a distribuir	(150.984)	(315.743)	106.854	115.921
Distribuição do valor adicionado (consumido)	(150.984)	(315.743)	106.854	115.921
Pessoal	-	-	46.224	92.890
Remuneração direta	-	-	34.800	48.290
Benefícios	-	-	699	20.387
FGTS	-	-	7.371	-
Outros	-	-	3.354	24.213
Impostos, taxas e contribuições	-	27	63.001	107.747
Federais	-	27	(20.240)	68.257
Estaduais	-	-	83.241	39.490
Municipais	-	-	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	58.291	35.265	206.904	266.319
Despesas financeiras	58.291	35.265	206.904	266.319
Remuneração de capital próprio	(209.275)	(351.035)	(209.275)	(351.035)
Prejuízo do período	(209.275)	(351.035)	(209.275)	(351.035)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Unigel Participações S.A., constituída em 24 de setembro de 2005, (a seguir denominada “Unigel” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) tipo A, com sede na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, bairro Brooklin, na cidade e estado de São Paulo. Estas informações contábeis intermediárias condensadas individuais e consolidadas, contemplam a Companhia e suas controladas (a seguir denominados como “Grupo”), que são sociedades anônimas de capital fechado. A Companhia é controlada pela Unigel Netherlands Holding Corporation B.V. que detêm 99,9% das ações.

A Companhia atua como empresa “holding” sendo controladora de sociedades que se dedicam a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos químicos, na cadeia de acrílicos e estirênicos, e de fertilizantes na cadeia de agronegócios (“Agro”). Também assessora suas controladas na gestão das áreas de controladoria, finanças, jurídica, planejamento, gestão de pessoas e tecnologia da informação. É integrante do Grupo Unigel o qual foi constituído em 1964.

CONTINUIDADE OPERACIONAL

As informações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base na premissa de continuidade operacional, contudo, apesar da melhora evidente em alguns índices financeiros em comparação com o período anterior, destacando-se a redução da margem bruta negativa, a redução do prejuízo líquido e a melhora no capital circulante líquido consolidado, ainda assim, existem eventos ou condições que indicam a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia em 31 março de 2025.

(i) Fatores que contribuem para a incerteza da continuidade operacional

Em 31 de março de 2025, a Companhia apresentava um Patrimônio Líquido negativo no montante de R\$ 3.120.142 (R\$3.116.958 em 31 de dezembro de 2024), margem bruta negativa e prejuízo líquido de R\$ 2.868 e de R\$ 209.275, respectivamente (margem bruta negativa e prejuízo líquido de R\$ 23.961 e de R\$ 351.035, respectivamente em 31 de março de 2024), geração de caixa operacional consolidado negativo de R\$ 185.690 (R\$ 6.229 em 31 de março de 2024), e um capital circulante líquido consolidado de R\$ 131.002 (capital circulante líquido consolidado negativo de R\$ 6.081.149 em 31 de dezembro de 2024).

Adicionalmente, alguns fatores que contribuíram para a piora da situação financeira da Companhia foram:

- **Desafios no setor e impactos no desempenho operacional:** Os setores químico e agroindustrial, nos quais o Grupo Unigel atua, têm enfrentado desde 2023 condições econômicas desafiadoras, incluindo a alta ou a manutenção em níveis elevados, dos preços das suas matérias-primas, tanto no mercado local quanto no mercado internacional, enquanto os preços de venda dos seus produtos no mercado internacional e no mercado interno sofreram significativas reduções.
- **Restrições de crédito:** As linhas de crédito disponíveis da Companhia com instituições financeiras foram restringidas desde 2023, devido à deterioração da sua saúde financeira e rebaixamento de rating.

Além disso, os custos financeiros associados à dívida da Companhia foram influenciados pela alta taxa de juros básica da economia brasileira (“SELIC”) nos últimos anos e pela piora dos negócios o que encareceu os spreads de crédito pagos pela Companhia, impactando negativamente os seus resultados financeiros.

(ii) Plano de ação operacional implementado pela Companhia

A Administração do Grupo vem implementando algumas ações nas áreas operacionais da Companhia, visando reduzir o prejuízo operacional, melhorar o fluxo de caixa operacional e priorizar investimentos que tragam retorno rápido. Entre as principais ações implementadas e em andamento, destacam-se:

- **Ajustes operacionais:** Conforme informado anteriormente, a Companhia adaptou suas operações objetivando a preservação de sua liquidez, através da paralisação de operações com margens operacionais negativas e a adequação de volumes de produção de determinadas plantas, com foco em priorizar os mercados que propiciam maior margem.

Neste contexto, a administração optou pela paralisação das operações das duas plantas do segmento Agro situadas, respectivamente, em Camaçari/BA e em Laranjeiras/SE e, ainda, as plantas de acrilonitrila, situada em Camaçari/BA e de metacrilatos, localizada em Candeias/BA, do segmento Químicos, que estavam operando com margens negativas. Como estratégia comercial, para o negócio de químicos, a Companhia vem mantendo o mercado interno de acrilonitrila e de resinas plásticas através de importações. No caso da Acrilonitrila, a estratégia é importar o produto acabado para posterior revenda, utilizando a estrutura logística e comercial da Companhia. Já em relação ao mercado de resinas acrílicas (PMMA), o plano consiste na importação de monômeros acrílicos para a produção das citadas resinas. Tais operações vem apresentando margens operacionais positivas e, além disso, reafirmaram ao mercado brasileiro o comprometimento do Grupo com a manutenção do abastecimento interno por parte da Companhia. O Grupo trabalha com a expectativa que no futuro próximo os mercados voltem a oferecer melhores condições comerciais para que as plantas, ora paralisadas, retornem a produção em sua plenitude.

- **Contrato de fornecimento de gás natural:** A Companhia, por meio da controlada Proquigel, ingressou com Ação Cautelar Pré-Arbitral contra a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e obteve medida liminar em dezembro de 2023, garantindo a suspensão de obrigações do Contrato de Fornecimento de Gás Natural e dos Contratos de Arrendamento vinculados às duas plantas de Agro, localizadas em Camaçari/BA e Laranjeiras/SE. Em virtude dessa liminar, ficou suspensa, portanto, a obrigação futura de compra de gás natural num volume total de 5 bilhões de metros cúbicos até 2034. Em seguida, a Companhia, instaurou processo de arbitragem, conforme cláusula compromissória prevista nos contratos, onde será discutido o mérito da disputa em relação à revisão das bases contratuais.

Durante 2024, a Companhia avançou no processo negocial junto à Petrobras, no sentido de encontrar uma solução econômica e comercial viável para ambas as companhias. Desta forma, o processo de arbitragem foi temporariamente suspenso, de tal forma que fosse direcionada uma solução amigável entre as partes. Em 17 de abril de 2025, o conselho de administração da Petrobras autorizou, sujeito a condições precedentes, a celebração de acordo com a Proquigel, subsidiária da Unigel, para o encerramento das controvérsias contratuais e litígios existentes entre as partes e objeto da arbitragem. Em 9 de maio de 2025 o conselho de administração da Petrobras aprovou os termos do acordo. As Companhias estão trabalhando na formalização deste acordo com expectativa de assinatura deste acordo até o final de maio de 2025.

O acordo prevê o restabelecimento da posse das plantas de fertilizantes na Bahia e Sergipe com a retomada de operações pela Petrobrás, com cancelamentos dos contratos de fornecimento de gás natural e de arrendamento das plantas de fertilizantes na Bahia e Sergipe sem ônus ou custos para as partes.

Para produzir efeitos o acordo precisará ser homologado pelo Tribunal Arbitral.

- **Novos investimentos:** Em virtude da situação financeira exposta, no exercício de 2023, a Administração da Companhia suspendeu, temporariamente, todos os novos investimentos, tanto na expansão das plantas existentes com na construção de novas plantas. Como parte da reestruturação financeira (vide abaixo), foi captado recursos (denominado Novos Recursos), com objetivo de concluir determinados investimentos em andamento, principalmente a conclusão da planta de ácido sulfúrico, e o reforço do capital de giro da Companhia.
- **Plano de corte de custos:** A administração da Companhia vem colocando em prática um rigoroso plano de redução de custos fixos, além da renegociação de contratos de fornecimento visando, também, a redução de custos variáveis.

(iii) Plano de Reestruturação Financeira e Pedido de Recuperação Extrajudicial

Em 20 de fevereiro de 2024, o Grupo Unigel entrou com um pedido de recuperação extrajudicial que, após um período de negociação com os credores onde obteve a anuência de, aproximadamente, 57% dos mesmos para a aprovação dos planos de recuperação extrajudicial, foi aditado com pedido de homologação em 20 de maio de 2024. Esses planos foram homologados pelos tribunais Brasileiro e de Nova Iorque em 11 novembro e 10 de dezembro de 2024, respectivamente, para que a Companhia pudesse implementar esse plano. As ações de implementação foram concluídas em 30 de janeiro de 2025. Os planos de recuperação extrajudicial buscam equacionar as dívidas da Companhia e assegurar sua sustentabilidade financeira. O Plano de recuperação extrajudicial pedido foi dividido em dois planos consensuais distintos, um para holding e outro para as entidades operacionais (PRE HoldCo e PRE OpCo) e prevê os seguintes eventos e ações:

- **Venda de ativos:** A venda da Plastiglas de México S/A de CV por aproximadamente US\$ 83 milhões líquidos (equivalente a R\$430 milhões), efetivada no primeiro semestre de 2024, com entrada do caixa em 5 de junho de 2024.
- **Captação de recursos:** A captação em janeiro de 2025 de US\$ 100 milhões com bônus de emissão de US\$ 20 milhões, totalizando US\$120 milhões, por meio da emissão de Senior Notes (Novos Recursos) com vencimento em dezembro de 2027 e juros trimestrais de 13,5% ao ano, sujeito a cash sweep trimestral inicial de US\$ 100 milhões até 2025 e US\$75 milhões de 2026 em diante.
- **Reorganização societária:** Criação de uma nova holding na Holanda ("HoldCo"), que possui a ter titularidade dos investimentos no Grupo Unigel. A empresa foi criada em dezembro de 2024, sendo denominada Unigel Netherlands Holding Corporation B.V. Os credores abrangidos pelo Plano de Reestruturação fizeram opções pelas modalidades de pagamento disponíveis no plano de recuperação extrajudicial para seus créditos, incluindo a conversão em novos títulos de dívida, participação societária na HoldCo e pagamentos em dinheiro, conforme descrito a seguir:
 - *Credores financiadores:* 75,19% dos credores optaram por contribuir com novos recursos ("Novos Recursos") para a Companhia, e receberam em substituição aos seus créditos existentes, uma combinação de Novas Notas Reestruturadas e Notas de Novos Recursos ("1L Notes"), emitidas pela Unigel Luxembourg e Notas Participativas e ações emitidas pela HoldCo.
 - *Credores não financiadores:* 20,08% dos credores optaram por não contribuir com Novos Recursos, e receberam em substituição aos seus créditos existentes, uma combinação de Novas Notas Reestruturadas e Notas Participativas.
 - *Opções de pagamento em dinheiro com prazo alongado:* O Plano Reestruturado também contemplou opções de pagamento em dinheiro para 4,73% dos credores, com prazos e condições específicas.
- **Reestruturação da dívida:** A renegociação das dívidas existentes determinou a criação de novas dívidas em substituição às anteriores, com as seguintes características:
 - *Novas Notas Reestruturadas (2L Notes):* Notas emitidas pela Unigel Luxembourg de acordo com as leis do estado de Nova Iorque, Estados Unidos da América, com vencimento em 31 de dezembro de 2028 e juros remuneratórios de (i) 12% a.a. da data do pedido de recuperação extrajudicial até 31 de dezembro de 2025, a serem capitalizados ou (ii) 11% a.a., a serem pagos em dinheiro a cada trimestre, a critério da Companhia e a partir de 1º de janeiro de 2026, juros de 11% a.a., a serem pagos em dinheiro a cada trimestre. As notas também têm direito a *cash sweep* em caso de excesso de caixa apurado ao final de cada trimestre fiscal. As notas serão garantidas pelas ações da HoldCo, das empresas do Grupo: Unigel Participações S.A., Companhia Brasileira de Estireno - CBE, Proquigel Química S.A., Unigel Químicos S.A., Unigel Distribuidora S.A., Unigel Comercializadora de Energia S.A., Ecohydrogen Energy S.A. e Unigel Luxembourg; por equipamentos industriais, plantas, edifícios e terrenos constituindo ativos industriais, além de 30% dos recebíveis de clientes.

- Notas Participativas (*Participating Notes*): Notas emitidas pela HoldCo, sendo 90% destinado a credores aderentes ao plano e 10% destinado a Cigel Participações S.A. As notas terão vencimento em 31 de dezembro de 2044 com juros de (i) 15% a.a. a serem capitalizados no valor principal da data do pedido até 31 de dezembro de 2028 (ii) a partir de 1 de janeiro de 2029, juros de 15% a.a. que poderão ser capitalizados no valor principal ou pagos anualmente, desde que as 2L Notes e os novos recursos tenham sido integralmente amortizados. As notas também têm direito a *cash sweep* em caso de excesso de caixa apurado ao fim de cada trimestre fiscal. As Notas Participativas serão convertidas em 95% do capital social total da HoldCo nos seguintes casos: (a) obrigatoriamente e automaticamente, caso as notas participativas não tenham sido integralmente amortizadas ou refinanciadas até 31 de dezembro de 2029, podendo ser postergado para 31 de dezembro de 2030 caso o saldo das notas participativas em 31 de dezembro de 2029 seja igual ou menor que o saldo das notas participativas em 31 de dezembro de 2028; (b) tenha ocorrido um evento de conversão antecipado. Enquanto existirem as notas participativas a HoldCo não poderá distribuir dividendos.
- **Participação societária e governança:** Concessão de 50% de ações na Unigel Netherlands Holding Corporation B.V. aos Credores Financiadores, garantindo 50% de direitos econômicos e de governança durante o período de vigência dos novos títulos emitidos. Esses títulos foram emitidos em 30 de janeiro de 2025.
- **Garantias:** As 1L Notes emitidas no contexto do PRE HoldCo e do PRE OpCo terão garantia de primeiro grau de parte substancial dos ativos da Companhia, com exceção de ativos específicos mencionados no Anexo A do plano de recuperação extrajudicial. As Notas 2L terão garantia de segundo grau sobre os mesmos ativos.

A implementação do Plano de Reestruturação resultou em uma significativa redução do endividamento da Companhia, e posteriormente na conversão dos valores em aberto contra a HoldCo em capital, além da injeção já ocorrida de novos recursos financeiros. Adicionalmente, a reorganização societária e a nova estrutura de governança corporativa da HoldCo visam fortalecer a gestão e a governança do Grupo.

A Administração acredita que a implementação do Plano de Reestruturação, quando concluída, fortalecerá significativamente a posição financeira do Grupo e proporcionou uma base sólida para o crescimento futuro. A reestruturação da dívida, a reorganização societária e a captação de novos recursos devem permitir que a Companhia atenda às suas obrigações de capital de giro e explore novas oportunidades de negócios como por exemplo, a conclusão do projeto da nova planta de Ácido Sulfúrico situada no Estado da Bahia.

Em relação aos ajustes operacionais e perspectivas futuras, a Companhia está em processo de retomada dos investimentos remanescentes para a conclusão e partida do projeto da nova planta de ácido sulfúrico durante o último trimestre de 2025, assim como, com base nas projeções futuras de mercado que indicam melhora nos preços de químicos, espera-se recomposição gradativa das margens operacionais do segmento Químico.

Apesar do avanço e aprovação dos planos de recuperação extrajudicial da Companhia e de suas controladas, a continuidade operacional depende, de forma individual ou conjunta (i) da execução de investimentos para o início da produção de ácido sulfúricos; (ii) da recuperação dos preços previstos nas projeções dos produtos químicos no mercado internacional para suportar seu plano de negócio; e (iii) da conclusão da negociação do contrato de fornecimento de gás natural com a Petrobrás; assuntos esses que podem lançar dúvidas significativas quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia. O uso, pela Administração, do pressuposto de continuidade operacional, foi feito baseado no fato de que as variáveis acima mencionadas ocorrerão. Essas informações financeiras não incluem quaisquer ajustes que possam resultar das incertezas anteriormente mencionadas.

A composição societária do Grupo em 31 de março de 2025 é a mesma em relação a 31 de dezembro de 2024. Portanto, o Grupo possui, atualmente, as seguintes empresas controladas:

Empresas	País	% Participação	Principais produtos
		31/03/2025	
Proquigel Química S.A. e subsidiária:	Brasil	99,9%	Metil e etil metacrilatos, metil e etil acrilatos, cianeto de sódio, sulfato de amônio, ácido metacrílico glacial, amônia, ureia e ARLA.
Ecohydrogen Energia S.A.	Brasil	99,9%	Hidrogênio verde
Unigel Distribuidora S.A.	Brasil	99,9%	Distribuidora de produtos do Grupo.
Unigel Luxemburgo S.A.	Luxemburgo	99,9%	Gestão de ativos financeiros em mercado de capitais.
Unigel Comercializadora de Energia S.A.	Brasil	99,9%	Comercialização de energia elétrica.
Unigel Químicos S.A.	Brasil	99,9%	Placas de acrílicos e resinas acrílicas.
Companhia Brasileira de Estireno e subsidiárias:	Brasil	99,9%	Estireno, poliestireno, etil benzeno, tolueno, látex, acrilonitrila, ácido cianídrico e acetona cianídrica.
Unigel Inc.	EUA	99,9%	Distribuidora de produtos do Grupo
Metacril Holdings, S.A. de C.V. e subsidiária:	México	99,9%	Holding intermediária.
Unigel Acrílicos, S.A. de C.V.	México	99,9%	Metil e etil metacrilatos, metil e etil acrilatos, cianeto de sódio e sulfato de amônia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, compreendem as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstrações intermediárias e com a norma internacional IAS 34 – *interim financial reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

2.2. DECLARAÇÃO DE RELEVÂNCIA

A Administração aplicou na elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas a orientação técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das informações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

2.3. BASE DE ELABORAÇÃO

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas normas contábeis. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração considera suas características de precificação na data de mensuração.

Adicionalmente, como anteriormente citado, em 30 de janeiro de 2025, foi concluída a reestruturação da dívida do Grupo e devido à complexidade desta operação, a Companhia ainda não concluiu a apuração do valor justo dos empréstimos reestruturados e, em virtude do período para divulgação das informações financeiras intermediárias de 31 de março de 2025, optou por registrar neste trimestre, o valor de custo da operação até a conclusão dos cálculos para, posteriormente, efetuar os devidos ajustes.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas tomando por base a continuidade operacional da Companhia, que pressupõe que a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e de acordo com sua projeção do fluxo de caixa, entende com base na divulgação realizada na nota explicativa 1 relacionado ao Plano de Reestruturação, que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Assim, estas informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.4. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia de 31 de março de 2025, incluem as operações das controladas mencionadas na nota explicativa 1. Estas informações foram preparadas de acordo com os seguintes critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas.

Estas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de maio de 2025.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Não houve alterações significativas nas políticas e práticas contábeis adotadas pela Companhia para o período findo em 31 de março de 2025. As políticas contábeis materiais aplicadas nessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são consistentes com aquelas aplicadas e divulgadas na nota explicativa 6 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, arquivados na CVM em 31 de março de 2025.

Essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não incluem todos os requerimentos de demonstrações financeiras anuais ou completos e desta forma, devem ser lidas juntamente com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Portanto, nestas informações financeiras intermediárias não foram repetidas, seja por redundância ou por relevância em relação ao já apresentado nas demonstrações financeiras, as seguintes notas explicativas:

- Principais políticas contábeis
- Novas normas, alterações e interpretações ainda não adotadas
- Instrumentos financeiros (políticas, estrutura de gerenciamento de riscos, e método de mensuração)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Caixa em bancos em Reais	66	65	31.466	32.770
Caixa em bancos em Dólares	-	-	47.523	70.172
Certificados de depósitos bancários ⁽¹⁾	-	-	235.513	79.218
	66	65	314.502	182.160

(1) Investimentos em certificados de depósitos bancários – CDB com liquidez diária e rentabilidade média de aproximadamente 99,2% (98,9 % em 31 de dezembro de 2024) do CDI.

Os equivalentes de caixa do Grupo consistem em certificados de depósitos bancários (CDBs). Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento sem alteração significativa de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
Mercado interno	125.415	124.484
Mercado externo	2.155	14.703
Partes relacionadas (Nota explicativa 7)	3.240	192
	130.810	139.379
(-) Perda de crédito esperada	(9.323)	(9.659)
	121.487	129.720

O prazo médio de recebimento da Companhia é, em grande parte, inferior a 30 dias, razão pelo qual o valor de seus títulos a receber é similar ao seu valor presente. A Companhia realiza parte de suas contas a receber de clientes por meio da alienação de títulos para fundos destinados à aquisição de recebíveis. Essas operações são realizadas, com direito de regresso, de forma que ficam registradas no ativo e na rubrica de empréstimos até a sua liquidação e sem direito de regresso, com transferência substancial dos riscos e benefícios dos recebíveis, razão pelo qual os títulos são baixados no momento da operação.

A Companhia possuía títulos cedidos com instituições financeiras, com direito de regresso, no valor de R\$ 70.210 em 31 de março de 2025 (R\$ 66.124 em 31 de dezembro de 2024).

Em operações de desconto de duplicatas ao longo do período de 3 meses findos em 31 de março de 2025 foram apropriados juros de R\$ 15.047 (R\$ 11.522 no período findo em 31 de março de 2024).

As perdas de crédito esperadas referem-se a perdas estimadas para a vigências do contrato e, nos casos vencidos acima de 90 dias, para a totalidade do valor, exceto se houver garantia ou, se na visão do comitê de crédito do Grupo, houver expectativa de recuperação do valor. O título é baixado de forma definitiva quando não há qualquer expectativa de recuperação.

Os vencimentos dos títulos a receber estão distribuídos da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
A vencer	125.247	129.764
Vencidos:		
Entre 1 e 30 dias	2.454	6.677
Entre 31 e 60 dias	275	557
Entre 61 e 90 dias	359	-
Acima de 91 dias	2.475	2.381
	130.810	139.379

As movimentações da provisão para perda de crédito esperada estão descritas abaixo:

	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(8.735)
Adições e reversões	(6.579)
Baixas	7.347
Variação cambial	186
Ajustes de conversão – controladas no exterior	(1.878)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(9.659)
Variação cambial	(351)
Ajustes de conversão – controladas no exterior	687
Saldo em 31 de março de 2025	(9.323)

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
Produtos acabados	153.172	157.796
Produtos em processo	1.363	1.133
Matérias primas	126.305	112.749
Materiais secundários	42.961	44.141
Almoxarifado de materiais de manutenção	256.823	254.135
Estoques em trânsito	56.673	46.313
Estoques em poder de terceiros	25.236	30.967
	662.533	647.234

Os itens de estoques de almoxarifado de materiais de manutenção são administrados através da gestão de estoque único e consideram materiais que, por vezes, podem ser utilizados em diferentes unidades fabris. Tal conceito é adotado para minimizar eventuais compras e estocagem em mais de um almoxarifado de materiais de uso comum entre as unidades fabris, reduzindo, desta forma, o custo de capital de giro da Companhia.

Os itens de estoques são apresentados pelo seu custo ou pelo seu valor realizável líquido, dos dois, o menor. Em 31 de março de 2025 o valor de R\$ 9.570 (R\$ 7.698 em 31 de dezembro de 2024), foi reconhecido como uma redução de estoques em contrapartida do resultado do exercício, em custo dos produtos vendidos.

A movimentação da provisão para perdas a valor realizável líquido de estoques está a seguir demonstrada:

	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(9.090)
Adições e reversões	366
Baixas por perda efetiva	1.252
Ajustes de conversão – subsidiárias no exterior	(226)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(7.698)
Adições e reversões	(1.344)
Baixas por perda efetiva	(528)
Saldo em 31 de março de 2025	(9.570)

Em 31 de março de 2025 o Grupo possui o valor de R\$ 106.000 (R\$ 222.245 em 31 de dezembro de 2024) dos estoques dados em garantia para empréstimos e parcelamentos de fornecedores.

7. PARTES RELACIONADAS

7.1. SALDOS PATRIMONIAIS

	Controladora				
	31/03/2025				
	Ativo	Passivo			
	Não circulante	Circulante			Não circulante
	Conta Corrente	Dividendos	Fornecedores	Conta Corrente	Conta Corrente
Unigel Netherlands Holdings Co.	-	-	-	-	(602.400)
Unigel Químicos S.A.	1.499	-	-	-	-
Cigel Participações S.A.	1.628	(64.963)	-	-	-
Unigel Comercializadora de Energia S.A.	-	-	-	-	(1.583)
Companhia Brasileira de Estireno	-	-	-	-	(1.089.212)
Proquigel Química S.A.	-	-	-	-	(87.721)
Unigel Distribuidora S.A.	-	-	-	-	(33.372)
Metacril Holdings S.A. de C.V.	-	-	(1.254)	-	-
Ecohydrogen Energia S.A	1.338	-	-	-	-
Unigel Luxemburgo	-	-	-	-	(123.779)
Outras	-	-	-	(53)	-
Total	4.465	(64.693)	(1.254)	(53)	(1.938.067)

	Controladora				
	31/12/2024				
	Ativo	Passivo			
	Não circulante	Circulante			Não circulante
	Conta Corrente	Dividendos	Fornecedores	Conta Corrente	Conta Corrente
Unigel Netherlands Holdings Co.	-	-	-	-	(200)
Unigel Químicos S.A.	1.355	-	-	-	-
Cigel Participações S.A.	1.559	(64.963)	-	-	-
Unigel Comercializadora de Energia S.A.	-	-	-	-	(2.083)
Companhia Brasileira de Estireno	-	-	-	-	(1.117.592)
Proquigel Química S.A.	-	-	-	-	(89.142)
Unigel Distribuidora S.A.	-	-	-	-	(33.372)
Metacril Holdings S.A. de C.V.	-	-	(1.352)	-	-
Ecohydrogen Energia S.A	1.106	-	-	-	-
Outras	-	-	-	(53)	-
Total	4.020	(64.963)	(1.352)	(53)	(1.242.389)

	Consolidado					
	31/03/2025					
	Ativo			Passivo		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Contas a receber	Adto. a fornecedores	Conta Corrente	Dividendos	Fornecedores	Conta Corrente
Unigel Netherlands Holdings Co.	-	-	-	-	-	(2.932.783)
Quimivita Fertilizantes Ltda.	278	-	-	-	-	-
Cigel Participações S.A.	-	-	1.628	(64.963)	-	-
CPE Plásticos Ltda.	2.929	-	-	-	-	-
Grupo Ergotrans	33	5.960	-	-	(11.277)	-
Total	3.240	5.960	1.628	(64.963)	(11.277)	(2.932.783)

	Consolidado					
	31/12/2024					
	Ativo			Passivo		
	Circulante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Contas a receber	Adto. a fornecedores	Conta Corrente	Dividendos	Fornecedores	Conta Corrente
Unigel Netherlands Holdings Co.	-	-	-	-	-	(200)
Quimivita Fertilizantes Ltda.	159	-	-	-	-	-
Cigel Participações S.A.	-	-	1.650	(64.963)	-	(22)
CPE Plásticos Ltda.	-	-	-	-	-	-
Grupo Ergotrans	33	5.951	-	-	(6.594)	-
Total	192	5.951	1.650	(64.963)	(6.594)	(222)

DIVIDENDOS

Os valores classificados como dividendos poderão ser pagos de acordo com a disponibilidade de caixa.

CONTA CORRENTE

Os valores classificados como conta corrente são referentes a transações de caixa entre as empresas do Grupo suportados por contratos com prazo de validade indeterminado ou com renovação automática e são denominados como “Contratos de Conta Corrente”. Nestes contratos, as partes estabeleceram que não haverá cobrança de juros nem prazo para devolução dos montantes. Desta forma, por tratar-se de operações entre partes relacionadas, sem previsão de restituição ou quitação, o Grupo classificou estes montantes no longo prazo.

Os valores com a Unigel Netherlands Holdings Co. (HoldCo) se refere ao pagamento da dívida das empresas do Grupo mediante emissão de títulos pela HoldCo. Conforme já divulgado anteriormente, em 30 de janeiro de 2025, foi concluída a reestruturação da dívida do Grupo e devido à complexidade desta operação, a Companhia ainda não concluiu a apuração do valor justo dos empréstimos reestruturados e, em virtude do período para divulgação das informações financeiras intermediárias de 31 de março de 2025, optou por registrar neste trimestre, o valor de custo da operação até a conclusão dos cálculos para, posteriormente, efetuar os devidos ajustes.

Por consequência as operações de conta corrente no valor de R\$ 2.932.783 contra a HoldCo não foram convertidas ainda em capital pois estão aguardando a conclusão desse estudo. Não obstante, em concluindo o estudo, o saldo será convertido em patrimônio líquido, bem como a diferença do valor de face e do valor de mercado das dívidas convertidas, o que deve gerar um impacto relevante no patrimônio líquido do Grupo quando ajustado.

ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Os valores classificados como adiantamento a fornecedores referem-se à antecipação de valores de frete enquanto ocorre a análise documental e emissão da nota para pagamento, o que usualmente ocorre em menos de 30 dias.

CONTAS A RECEBER E FORNECEDORES

Os saldos demonstrados em contas a receber referem-se a vendas de produtos a partes relacionadas e os saldos estão referenciados na nota explicativa nº 5 – Contas a receber de clientes, assim como, os montantes demonstrados em fornecedores são referentes a contratação de serviços, também com partes relacionadas, e estão destacados na nota explicativa nº 17 - Fornecedores.

7.2. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A seguir estão demonstradas as transações entre as empresas do Grupo Unigel. A totalidade destas transações foram eliminadas do resultado do período e do balanço patrimonial consolidado. Estas transações foram realizadas com base em preços e prazos usuais de mercado.

	Controladora			
	Vendas		Compras	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Companhia Brasileira de Estireno	581.048	393.151	(586.537)	(389.659)
Unigel Distribuidora S.A.	581.927	378.650	(580.905)	(392.513)
Unigel Químicos S.A.	4.783	5.989	(8.743)	(5.659)
Unigel Comercializadora de Energia S.A.	-	-	(343)	-
Proquigel Química S.A.	8.770	10.679	-	(638)
Total	1.176.528	788.469	(1.176.528)	(788.469)

A seguir estão demonstradas as transações comerciais com empresas consideradas ligadas ao Grupo Unigel. Estas transações foram realizadas com base em preços e prazos usuais de mercado.

	Consolidado			
	Montante transacionado			
	Vendas		Compras	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
CPE – Compostos Plásticos de Engenharia Ltda.	3.736	10.731	-	-
Quimivita Fertilizantes Ltda.	619	8.202	-	-
Grupo Ergotrans	-	-	(39.465)	(50.576)
Total	4.355	18.933	(39.465)	(50.576)

Adicionalmente, a Companhia reconheceu despesas de juros com empréstimos de partes relacionadas no valor de R\$ 91.906 em 31 de março de 2025 (R\$ 62.652 em 31 de março de 2024). Estes empréstimos de partes relacionadas são originários do repasse de valores para as companhias operacionais do Grupo referente à captação do *Bond* feito pela Unigel Luxemburgo e foram realizados em condições semelhantes às condições pactuadas na referida captação de mercado para juros e prazos. Os juros apropriados foram eliminados no processo de consolidação e foram alocados nas empresas, conforme abaixo:

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Companhia Brasileira de Estireno	60.695	38.343
Proquigel Química S.A.	31.211	24.309
Total	91.906	62.652

7.3. TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O valor agregado das transações com o pessoal-chave da administração está descrito abaixo:

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Proventos e encargos sociais	2.292	1.998
Benefícios de curto prazo	53	91
Benefícios de curto prazo	2.345	2.089
Benefícios pós emprego	32	51
Total	2.377	2.140

O Grupo considerou como pessoal-chave da administração: (i) Diretores Estatutários e (ii) Membros do Conselho de Administração.

8. ATIVO FISCAL CORRENTE

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
PIS/COFINS – exclusão do ICMS da base de cálculo	112.261	132.955
ICMS[131.500	106.813
ICMS sobre ativo imobilizado	13.817	15.368
PIS	34.248	32.048
COFINS	132.078	123.560
Programa REINTEGRA	9.217	9.183
INSS	2.039	1.987
IPI	2.636	2.503
Imposto de renda (IRPJ)	30.186	39.759
Contribuição social (CSLL)	1.222	1.411
Outros	10.079	6.792
	479.283	472.379
Circulante	291.891	263.537
Não circulante	187.392	208.842

8.1. EXCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS

Com base na decisão do STF, a Companhia confirmou o entendimento adotado na exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS referente aos valores destacados nas notas fiscais, e ficou assegurado o direito à devolução dos valores referentes aos 5 anos anteriores ao protocolo da ação judicial, ou seja, créditos de abril de 2012 a março de 2017, que estão contabilizados na referida rubrica. Os processos tiveram o trânsito em julgado em 5 de julho de 2022. Com base no citado trânsito em julgado, a Companhia entrou com processo administrativo de habilitação destes créditos junto à Secretaria de Receita Federal com o objetivo de efetuar as respectivas solicitações de Restituição e/ou compensação com outros débitos tributários federais. Os créditos vêm sendo atualizados pela SELIC desde o momento do seu fato gerador até o momento da sua realização. Para as parcelas originadas em meses nos quais a Companhia apurou pagamento a maior indevido ou saldo credor, é feita a atualização monetária normalmente. No entanto, para a atualização monetária dos meses em que a Companhia apurou saldo credor é feita uma provisão de *impairment* pois o tema ainda é controverso.

As datas de homologação do crédito e montantes já compensados pela companhia estão apresentados no quadro abaixo:

	Consolidado					
	Homologado principal	Homologado juros	Selic	Compensação	Impairment	31/03/2025
Unigel Químicos S.A. homologação do crédito 07/Dez/2023	5.248	4.306	572	(2.373)	(4.878)	2.875
Companhia Brasileira de Estireno homologação do crédito 17/Out/2023	221.845	157.459	27.960	(115.501)	(184.146)	107.617
Proquigel Química S.A. homologação do crédito 15/Set/2023	13.705	10.726	11.434	(22.485)	(11.611)	1.769
Total	240.798	172.491	39.966	(140.359)	(200.635)	112.261

8.2. IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS – ICMS

Os saldos credores de ICMS são decorrentes de aquisições de produtos ou serviços utilizados em seus processos produtivos que não foram absorvidos pelos débitos gerados em suas saídas tributadas nos períodos subsequentes, basicamente, em decorrência de vendas destinadas a Zona Franca de Manaus e exportações. O Grupo espera utilizar esses créditos considerando várias possibilidades, tais como: transações *intercompany* com base em diferentes alíquotas de ICMS (entre diferentes Estados da União), compra de matérias-primas com isenção por meio de drawback e monetização dos créditos através da negociação com terceiros quando autorizados pelos respectivos governos estaduais da localidade dos estabelecimentos que apuram tais saldos credores. A controlada CBE, detentora de parte substancial do saldo credor de ICMS no estado de São Paulo, está em processo de habilitação e homologação dos seus créditos via e-Credac visando obter a autorização da fazenda estadual para utilizar esses saldos credores na aquisição de insumos ou negociação deles com terceiros localizados dentro do estado. Em 15 de outubro de 2024, a Companhia obteve liberação de parte destes créditos, no montante de R\$ 5.989, para aquisição de insumos para o seu processo produtivo.

8.3. ICMS, PIS E COFINS SOBRE IMOBILIZADO

Os créditos de impostos provenientes das aquisições de imobilizados são apropriados nas respectivas apurações mensais dos tributos, na razão de 1/48 por mês, no caso de ICMS, e conforme a depreciação do referido bem que deu direito ao citado crédito, no caso do PIS e da COFINS, ou seja, conforme a vida útil de cada bem. A classificação entre curto e longo prazo desses créditos é realizada considerando esses prazos de realização.

8.4. PIS E COFINS

Os saldos credores de PIS e COFINS das empresas do Grupo são constituídos, basicamente, em virtude do elevado montante de operações isentas ou não tributadas, tais como exportações ou vendas para a Zona Franca de Manaus, ou seja, a empresa adquire produtos e serviços utilizados em seus processos produtivos que geram créditos de impostos e, em contrapartida, tem uma parcela relevante de suas vendas sem tributação gerando, desta forma, um acúmulo de créditos que não tiveram débitos suficientes para serem compensados.

Apesar do Grupo estar executando compensações integrais de impostos federais, a administração vem implementando ações judiciais e administrativas que permitem a monetização desses créditos, inclusive com a contratação de consultorias e assessores jurídicos que tem por objetivo implementar diversas estratégias para a realização desses montantes com maior celeridade.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil e, também, os saldos acumulados de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da contribuição social.

9.1. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Consolidado			
	31/12/2024	DRE	ORA	31/03/2025
Ativos				
Valores reconhecidos em ORA				
Benefício pós-emprego	4.926	-	-	4.926
Hedge de fluxo de caixa	134.920	-	(16.861)	118.059
Valores reconhecidos no resultado		-	-	-
Perda de crédito esperada	7.822	-	-	7.822
Provisão para contingências	23.725	1.554	-	25.279
Variação cambial não realizada	307.837	(100.353)	-	207.484
Prejuízos fiscais acumulados	1.420.973	99.769	-	1.520.742
PIS/COFINS exclusão do ICMS	(59.505)	2.089	-	(57.416)
Ganhos não realizados nos estoques	7.672	2.174	-	9.846
Frete	7.387	(954)	-	6.433
Derivativos	(10.860)	-	-	(10.860)
Ativo Permanente (Impairment)	269.606	342	-	269.948
Outras provisões	40.400	836	-	41.236
Impostos diferidos (Impairment)	(1.278.235)	13.088	-	(1.265.147)
	876.668	18.545	(16.861)	878.352
Passivos				
Valores reconhecidos em ORA				
Custo atribuído	(38.075)	553	-	(37.522)
Valores reconhecidos em DRE				
Variação cambial não realizada	(8.850)	2.346	-	(6.504)
Ganho em transações societárias	(117.137)	-	-	(117.137)
	(164.062)	2.899	-	(161.163)
Ativo diferido líquido	712.606	21.444	(16.861)	717.189
Ativo fiscal diferido	839.245			841.419
Passivo fiscal diferido	(126.639)			(124.230)
Ativo diferido líquido	712.606			717.189

	31/03/2024	Consolidado				31/12/2024
		DRE	ORA	Transferência	Compensação	
Ativos						
Valores reconhecidos em ORA						
Benefício pós-emprego	7.392	(2.466)	-	-	-	4.926
Hedge de fluxo de caixa	123.874	108.317	(97.271)	-	-	134.920
Valores reconhecidos no resultado						
Perda de crédito esperada	7.629	193	-	-	-	7.822
Provisão para contingências	10.068	13.657	-	-	-	23.725
Variação cambial não realizada	48.987	258.850	-	-	-	307.837
Prejuízos fiscais acumulados	1.225.437	210.297	-	-	(14.761)	1.420.973
PIS/COFINS exclusão do ICMS	(66.781)	7.276	-	-	-	(59.505)
Ganhos não realizados nos estoques	-	7.672	-	-	-	7.672
Frete	5.216	2.171	-	-	-	7.387
Derivativos	(6.336)	(4.524)	-	-	-	(10.860)
Ativo Permanente (Impairment)	246.706	22.900	-	-	-	269.606
Outras provisões	43.132	(3.007)	275	-	-	40.400
Impostos diferidos (Impairment)	(752.518)	(525.717)	-	-	-	(1.278.235)
	892.806	95.619	(96.996)	-	(14.761)	876.668
Passivos						
Valores reconhecidos em ORA						
Custo atribuído	(38.883)	808	-	-	-	(38.075)
Valores reconhecidos em DRE						
Operações no exterior	-	10.080	-	(10.080)	-	-
Variação cambial não realizada	-	(8.850)	-	-	-	(8.850)
Ganho em transações societárias	(117.137)	-	-	-	-	(117.137)
	(156.020)	2.038	-	(10.080)	-	(164.062)
Ativo diferido líquido	736.786	97.657	(96.996)	(10.080)	(14.761)	712.606
Ativo fiscal diferido	855.528					839.245
Passivo fiscal diferido	(118.742)					(126.639)
Ativo diferido líquido	736.786					712.606

	Consolidado				
	01/01/2024	DRE	ORA	Compensação	31/03/2024
Ativos					
Valores reconhecidos em ORA					
Benefício pós-emprego	7.392	-	-	-	7.392
Hedge de fluxo de caixa	115.661	(176)	8.389	-	123.874
Valores reconhecidos no resultado					
Perda de crédito esperada	7.629	-	-	-	7.629
Provisão para contingências	8.859	1.209	-	-	10.068
Variação cambial não realizada	20.700	28.287	-	-	48.987
Prejuízos fiscais acumulados	1.129.620	95.817	-	-	1.225.437
PIS/COFINS exclusão do ICMS	(72.488)	5.707	-	-	(66.781)
Fretes	3.612	1.604	-	-	5.216
Derivativos	(8.678)	2.342	-	-	(6.336)
Operações no exterior	68	(68)	-	-	-
Ativo Permanente (Impairment)	248.325	(1.619)	-	-	246.706
Outras provisões	57.885	(13.618)	(1.135)	-	43.132
Impostos diferidos (Impairment)	(612.419)	(140.099)	-	-	(752.518)
	906.166	(20.614)	7.254	-	892.806
Passivos					
Valores reconhecidos em ORA					
Custo atribuído	(39.538)	655	-	-	(38.883)
Valores reconhecidos em DRE					
Operações no exterior	(10.080)	-	-	10.080	-
Ganho em transações societárias	(117.137)	-	-	-	(117.137)
	(166.755)	655	-	10.080	(156.020)
Ativo diferido líquido	739.411	(19.959)	7.254	10.080	736.786
Ativo fiscal diferido	858.520				855.528
Passivo fiscal diferido	(119.109)				(118.742)
Ativo diferido líquido	739.411				736.786

COMPENSAÇÃO

Os valores de compensação se referem a adesão ao programa de redução de litigiosidade fiscal (Litígio Zero - PRLF), conforme portaria conjunta da PGFN/RFB nº 1, de 12 de janeiro de 2023, o qual permite a utilização de Prejuízo Fiscal e Base Negativa das empresas para fins de redução parcial de seus débitos fiscais.

9.2. RECONCILIAÇÃO DA ALÍQUOTA EFETIVA

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(232.408)	(338.413)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Expectativa de créditos de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	79.019	115.060
Adições:		
Juros não dedutível – subcapitalização	(10.612)	(3.936)
Tributação em bases universais	1.613	2.344
Outras (exclusões) adições permanentes	(1.363)	2.000
Exclusões:		
Benefícios fiscais – Reintegra (Nota 27)	12	27
Total	68.669	115.495
Alíquota efetiva	30%	34%
Outros ajustes:		
AVJ – Ajuste a valor presente - Reversão	(73.048)	-
Impairment impostos diferidos	27.512	(128.117)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do ano	23.133	(12.622)
Corrente	1.688	(1.052)
Diferido	21.445	(11.570)

TRIBUTAÇÃO EM BASES UNIVERSAIS

A alíquota para controlada no México é cerca de 30% e na controlada em Luxemburgo pode chegar a 25%.

Na reconciliação da alíquota efetiva demonstramos o valor líquido desses ajustes em linha única.

PREJUÍZOS FISCAIS, BASES NEGATIVAS E DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS NÃO RECONHECIDOS

Correspondem a valores de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social sobre o lucro e diferenças temporárias de algumas empresas do Grupo que, pelos históricos e pelas projeções atuais, não indicam, no momento, geração de lucros tributáveis suficientes para compensar esses montantes em um prazo razoável de tempo. O saldo total não reconhecido está apresentado abaixo:

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
Unigel Participações S.A.	131.461	110.761
Unigel Químicos S.A.	81.783	80.427
Unigel Comercializadora de Energia S.A.	20.519	20.472
Companhia Brasileira de Estireno	319.976	343.416
Proquigel Química S.A.	709.928	721.778
Unigel Distribuidora S.A.	1.616	1.382
	1.265.283	1.278.236

TESTE DE RECUPERABILIDADE DOS IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos foram submetidos em 31 de dezembro de 2024 a teste de recuperabilidade utilizando o CPC 01 (R1). O teste de recuperabilidade consistiu na apuração do valor recuperável pelo uso das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas.

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para obtenção da base tributável basearam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios aprovados pelos credores que fez parte da homologação do plano de recuperação extrajudicial do Grupo. O orçamento e os planos de negócio, por sua vez, foram elaborados considerando dados de mercado de fornecedores usualmente utilizados como parâmetros de preços na indústria química.

As principais premissas adotadas foram:

- (I) Projeção de EBITDA para os próximos 13 anos (2025 a 2037);
- (II) Preços de compra de matéria-prima de acordo com publicações usualmente utilizadas como parâmetro de preço para a indústria química;
- (III) Preços de venda de acordo com publicações usualmente utilizadas como parâmetro de preço para a indústria química;
- (IV) Taxas de juros, câmbio e taxas de inflação conforme expectativa dos principais bancos publicadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN);
- (V) Com base no EBITDA projetado acima, a Companhia projetou as despesas de juros, depreciação e outras diferenças temporárias para chegar na projeção de lucro tributável.

Além das premissas acima também consideramos o sucesso da reestruturação financeira pela qual o Grupo está passando, conforme divulgado na nota 1 – Contexto operacional. Também consideramos as alterações legais relevantes relacionadas ao imposto de renda e aos benefícios fiscais iniciadas em 2024. Conforme lei 14.789/23, a partir de janeiro de 2024 benefícios fiscais como o Desenvolve e o PSDI, benefícios que as empresas do Grupo têm direito conforme divulgado na nota explicativa 27 – Subvenções e assistências governamentais, passam a ser tributados pelo IRPJ, pela CSLL e pelo PIS e pela COFINS. Essa alteração afeta de forma significativa a expectativa de realização dos prejuízos fiscais das empresas do Grupo uma vez que o Desenvolve apresentou um resultado de R\$38.470 (R\$31.361 no período findo em 31 de março de 2024).

A administração efetuou a análise por empresa e verificou, no consolidado, a possibilidade de utilização do saldo total de impostos diferidos no prazo projetado.

RECONHECIMENTO DE PREJUÍZOS FISCAIS E BASES DE CÁLCULO NEGATIVAS

Abaixo demonstramos a expectativa de realização dos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, ano a ano, realizável em um período razoável:

Ano	Prejuízo fiscal, base de cálculo negativa e diferenças temporárias
2025	-
2026	54.537
2027	57.790
2028	35.496
2029	64.173
2030	62.410
2031	65.686
2032	73.320
2033	76.692
2034	82.319
2035	90.915
2036	102.289
2037	75.792
Total	841.419

10. INVESTIMENTOS

10.1. MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	Companhia Brasileira de Estireno	Proquigel Química S.A.	Unigel Luxemburgo S.A.	Unigel Distribuidora S.A.	Unigel Químicos S.A.	Unigel Com. de Energia S.A.	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.459.419	(889.636)	3.064	77.990	47.729	(10.311)	688.255
Resultado de equivalência patrimonial	(138.179)	(161.971)	2.530	(1.456)	(3.815)	(6.528)	(309.419)
Hedge de fluxo de caixa	(9.119)	(6.825)	-	-	-	-	(15.944)
Ajuste acumulado de conversão	17.898	-	(2.062)	-	-	-	15.836
Dividendos/ Juros sobre capital próprio (JSCP)	-	-	-	(607)	-	-	(607)
Saldo em 31 de março de 2024	1.330.019	(1.058.432)	3.532	75.927	43.914	(16.839)	378.121
Resultado de equivalência patrimonial	(552.311)	(765.383)	(2.391)	(6.165)	(12.803)	(42.368)	(1.381.421)
Hedge de fluxo de caixa	(9.933)	(16.240)	-	-	(194)	-	(26.367)
Benefício pós-emprego	10.800	-	-	-	-	-	10.800
Ajuste acumulado de conversão	4.079	-	2.950	-	-	-	7.029
Dividendos/ Juros sobre capital próprio (JSCP)	-	-	-	2	-	-	2
Saldo em 31 de dezembro de 2024	782.654	(1.840.055)	4.091	69.764	30.917	(59.207)	(1.011.836)
Resultado de equivalência patrimonial	(20.032)	(121.942)	186	(687)	(3.547)	(137)	(146.159)
Hedge de fluxo de caixa	123.910	120.706	-	-	-	-	244.616
Ajuste acumulado de conversão	(32.178)	-	(333)	-	-	-	(32.511)
Benefícios pós emprego	(6.014)	-	-	-	-	-	(6.014)
Dividendos/ Juros sobre capital próprio (JSCP)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2025	848.340	(1.841.291)	3.944	69.077	27.370	(59.344)	(951.904)
Ativo							
Saldo em 31 de dezembro de 2024							887.426
Saldo em 31 de março de 2025							948.731
Passivo							
Saldo em 31 de dezembro de 2024							(1.899.262)
Saldo em 31 de março de 2025							(1.900.635)

10.2. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Empresa	Data	Capital social	Patrimônio líquido	Participação - %	Lucros (prejuízo) nos estoques e no imobilizado	Patrimônio líquido ajustado
Companhia Brasileira de Estireno	31/03/2025	629.291	871.908	99,99%	(23.568)	848.340
	31/12/2024	629.291	801.987	99,99%	(19.333)	782.654
Proquigel Química S.A.	31/03/2025	459.636	(1.841.291)	99,99%	-	(1.841.291)
	31/12/2024	459.636	(1.840.055)	99,99%	-	(1.840.055)
Unigel Luxemburgo S.A.	31/03/2025	127	3.944	99,99%	-	3.944
	31/12/2024	127	4.091	99,99%	-	4.091
Unigel Distribuidora S.A.	31/03/2025	62.372	69.077	99,99%	-	69.077
	31/12/2024	62.372	69.764	99,99%	-	69.764
Unigel Químicos S.A.	31/03/2025	59.551	27.456	99,99%	(86)	27.370
	31/12/2024	59.551	31.016	99,99%	(99)	30.917
Unigel Com. de Energia S.A.	31/03/2025	1.000	(59.344)	99,99%	-	(59.344)
	31/12/2024	1.000	(59.207)	99,99%	-	(59.207)
Total	31/03/2025					(951.904)
	31/12/2024					(1.011.836)

10.3. RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Empresa	Data	Resultado do período	Lucros (prejuízos) nos estoques e no imobilizado	Participação - %	Resultado de equivalência patrimonial
Companhia Brasileira de Estireno	31/03/2025	(15.798)	(4.234)	99,99%	(20.032)
	31/03/2024	(143.688)	5.509	99,99%	(138.179)
Proquigel Química S.A.	31/03/2025	(121.942)	-	99,99%	(121.942)
	31/03/2024	(161.971)	-	99,99%	(161.971)
Unigel Luxemburgo S.A.	31/03/2025	186	-	99,99%	186
	31/03/2024	2.530	-	99,99%	2.530
Unigel Distribuidora S.A.	31/03/2025	(687)	-	99,99%	(687)
	31/03/2024	(1.456)	-	99,99%	(1.456)
Unigel Químicos S.A.	31/03/2025	(3.559)	12	99,99%	(3.547)
	31/03/2024	(3.853)	38	99,99%	(3.815)
Unigel Com. de Energia S.A.	31/03/2025	(137)	-	99,99%	(137)
	31/03/2024	(6.528)	-	99,99%	(6.528)
Total	31/03/2025	(141.937)	(4.222)		(146.159)
	31/03/2024	(314.966)	5.547		(309.419)

11. IMOBILIZADO

11.1. MOVIMENTAÇÃO DOS VALORES DE CUSTO DO IMOBILIZADO CONSOLIDADO

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Ajustes de Conversão	Saldo em 31/03/2025
Edifícios	155.842	-	-	-	-	155.842
Máquinas e equipamentos	1.404.861	-	(1.217)	-	(2.884)	1.400.760
Instalações e instrumentos	1.698.289	-	(80)	-	(143)	1.698.066
Terrenos	105.932	-	-	-	(164)	105.768
Equipamentos de informática	31.607	-	-	-	-	31.607
Veículos	42.055	-	-	-	-	42.055
Móveis e utensílios	11.564	-	-	-	(9)	11.555
Benfeitorias	64.728	-	(17)	-	-	64.711
Materiais de reposição	2.275	-	-	-	-	2.275
Adiantamento a fornecedores	166.607	-	-	(1.472)	(3.840)	161.295
Imobilizado em andamento	1.086.602	18.435	(997)	1.472	(1.696)	1.103.816
Provisão para impairment	(655.313)	-	-	-	-	(655.313)
Total	4.115.049	18.435	(2.311)	-	(8.736)	4.122.437

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Ajustes de Conversão	Saldo em 31/12/2024
Edifícios	155.911	-	(85)	-	16	155.842
Máquinas e equipamentos	1.319.517	1.718	(14.550)	95.832	2.344	1.404.861
Instalações e instrumentos	1.647.576	226	(400)	50.100	787	1.698.289
Terrenos	105.440	-	-	-	492	105.932
Equipamentos de informática	32.806	-	(1.759)	197	363	31.607
Veículos	52.245	-	(10.194)	-	4	42.055
Móveis e utensílios	11.907	140	-	(604)	121	11.564
Benfeitorias	64.698	30	(23)	23	-	64.728
Materiais de reposição	2.275	-	-	-	-	2.275
Adiantamento a fornecedores	169.843	34	(32.847)	-	29.577	166.607
Imobilizado em andamento	906.821	341.612	(14.354)	(147.478)	1	1.086.602
Provisão para impairment	(593.611)	-	(61.702)	-	-	(655.313)
Total	3.875.428	343.760	(135.914)	(1.930)	33.705	4.115.049

O saldo remanescente de transferências está substancialmente relacionado a transferência para operações mantidas para venda. Além disso também existem transferências para intangíveis, reconhecimento de créditos de PIS e COFINS e a compensação de adiantamentos de fornecedores.

11.2. MOVIMENTAÇÃO DOS VALORES DE DEPRECIAÇÃO DO IMOBILIZADO CONSOLIDADO

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de Conversão	Saldo em 31/03/2025
Edifícios	(125.927)	(1.472)	-	-	-	(127.399)
Máquinas e equipamentos	(889.998)	(12.570)	-	-	12	(902.556)
Instalações e instrumentos	(812.299)	(11.134)	21	-	143	(823.269)
Equipamentos de TI	(21.297)	(1.074)	-	-	-	(22.371)
Veículos	(11.508)	(2.055)	-	-	-	(13.563)
Móveis e utensílios	(9.566)	(520)	-	-	9	(10.077)
Benfeitorias	(14.335)	(396)	-	-	-	(14.731)
Materiais de reposição	(2.275)	-	-	-	-	(2.275)
Total	(1.887.205)	(29.221)	21	-	164	(1.916.241)

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Ajuste de Conversão	Saldo em 31/12/2024
Edifícios	(123.324)	(6.340)	85	4.622	(970)	(125.927)
Máquinas e equipamentos	(839.259)	(51.065)	6.329	(5.129)	(873)	(889.998)
Instalações e instrumentos	(766.065)	(46.160)	293	63	(430)	(812.299)
Equipamentos de TI	(17.954)	(4.557)	811	-	403	(21.297)
Veículos	(3.898)	(9.006)	1.354	42	-	(11.508)
Móveis e utensílios	(7.423)	(2.115)	-	402	(430)	(9.566)
Benfeitorias	(12.702)	(1.633)	-	-	-	(14.335)
Materiais de reposição	(2.275)	-	-	-	-	(2.275)
Total	(1.772.901)	(120.876)	8.872	-	(2.300)	(1.887.205)

11.3. PROJETOS EM ANDAMENTO

O principal projeto em andamento do Grupo é a nova planta de ácido sulfúrico com investimentos de R\$ 643.769 (R\$ 641.769 em 31 de dezembro de 2024), considerando os valores empregados entre imobilizado em andamento e adiantamento de fornecedores. A expectativa de conclusão dessa planta foi revista para final do 2º semestre de 2025.

11.4. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Adiantamentos a fornecedores de imobilizado, substancialmente constituídos para dar início da construção da planta de ácido sulfúrico.

11.5. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS

Não foram capitalizados juros dos empréstimos e financiamentos no período findo em 31 de março de 2025 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 pois os projetos do Grupo, financiados por essas dívidas, estavam suspensos em virtude da estratégia de preservação de caixa.

11.6. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (IMPAIRMENT)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2024 em linha com o exposto na nota explicativa 1 – Contexto Operacional, o Grupo identificou indicativos de *impairment* em algumas de suas unidades produtivas e realizou análise dos ativos destas unidades pelo seu valor em uso. De acordo com as projeções de resultado do Grupo para estas unidades, dado que tais operações não apresentam perspectiva de geração de resultados positivos em um horizonte de curto e longo prazo, foi identificado a necessidade de reconhecimento de provisão para *impairment* em tais ativos, os quais estão relacionados ao negócio Agro e a unidades desativadas do segmento de químicos no México e no Brasil. Especificamente, em relação às unidades de Agro, que são arrendadas e, de acordo com o contrato de arrendamento, sem possibilidade de realizar sublocação, a administração reconheceu provisão para *impairment* referente a totalidade dos ativos líquidos investidos pela Companhia nestas plantas, no montante de R\$ 640.708.

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento basearam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios utilizado no contexto do plano de recuperação extrajudicial. O orçamento e os planos de negócio, por sua vez, foram elaborados considerando dados de mercado de fornecedores usualmente utilizados como parâmetros de preços na indústria química.

As principais premissas adotadas foram:

- (I) Projeção de fluxo de caixa para os próximos 13 anos;
- (II) Preços de compra de matéria-prima de acordo com publicações usualmente utilizadas como parâmetro de preço para a indústria química;
- (III) Preços de venda de acordo com publicações usualmente utilizadas como parâmetro de preço para a indústria química;
- (IV) Taxas de juros, câmbio e taxas de inflação conforme expectativa dos principais bancos publicadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN);
- (V) Taxa de desconto dos fluxos de caixa (WACC) de 21,91% ao ano, que reflete o custo médio ponderado de capital.

Em 31 de março de 2025 tal situação se mantém. A provisão para *impairment* se mantém atualizada sem alterações em relação a 31 de dezembro de 2024.

12. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

12.1. DIREITO DE USO

	Consolidado			
	Plantas industriais	Tanques e armazéns	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro 2023	148.149	59.620	33.742	241.511
Reajustes	(14.661)	4.973	6.957	(2.731)
Reversão de impairment	6.430	-	-	6.430
Transferências	-	-	(12.746)	(12.746)
Amortização	(4.073)	(4.665)	(3.636)	(12.374)
Saldo em 31 de março de 2024	135.845	59.928	24.317	220.090
Adições e baixas	3.607	(17.346)	49	(13.690)
Reajustes contratuais e cambiais	10.810	(989)	1.396	11.217
Impairment	(7.319)	-	-	(7.319)
Amortização	(8.354)	(20.834)	(12.155)	(41.343)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	134.589	20.759	13.607	168.955
Reajustes contratuais e cambiais	7.265	1.083	(1.271)	7.077
Transferências	-	(8.944)	8.944	-
Impairment	(1.068)	-	64	(1.004)
Amortização	(7.470)	(4.139)	(3.033)	(14.642)
Saldo em 31 de março de 2025	133.316	8.759	18.311	160.386

IMPAIRMENT DE CONTRATOS DE ARRENDAMENTO

A controlada Proquigel possui contratos para arrendar ativos relacionados ao segmento Agro como o arrendamento das plantas de fertilizantes nitrogenados, além dos terminais marítimos e uma termelétrica. Devido a atual situação dos negócios do Grupo, no segmento Agro, tais ativos foram testados para *impairment* em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Neste contexto, dado que as projeções de resultado para as plantas de Agro arrendadas não apresentam perspectiva de geração de resultados positivos, como demonstrado no estudo de recuperação pelo seu valor em uso e, visto que, a Companhia não pode subarrendar os ativos para terceiros, foi contabilizada uma provisão para *impairment* da totalidade destes ativos líquidos, referentes a direito de uso, no montante de R\$ 136.961. Em 31 de março de 2025 o valor das parcelas foi atualizado conforme indexador contratual e a provisão de *impairment* foi ajustada de acordo com essa premissa.

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento basearam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios utilizado no contexto do plano de recuperação extrajudicial do Grupo. O orçamento e os planos de negócio, por sua vez, foram elaborados considerando dados de mercado de fornecedores usualmente utilizados como parâmetros de preços na indústria química.

As principais premissas adotadas foram:

- (I) Projeção de fluxo de caixa para os próximos 13 anos;
- (II) Preços de compra de matéria-prima de acordo com publicações usualmente utilizadas como parâmetro de preço para a indústria química;
- (III) Preços de venda de acordo com publicações usualmente utilizadas como parâmetro de preço para a indústria química;
- (IV) Taxas de juros, câmbio e taxas de inflação conforme expectativa dos principais bancos publicadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).
- (V) Taxa de desconto dos fluxos de caixa (WACC) de 21,91% ao ano, que reflete o custo médio ponderado de capital

12.2. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Consolidado			
	Plantas industriais	Tanques e armazéns	Outros	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	(322.698)	(64.117)	(33.282)	(420.097)
Reajustes	14.661	(4.973)	(6.967)	2.721
Juros	(8.007)	(1.477)	(698)	(10.182)
Transferências			12.746	12.746
Pagamentos	13.488	8.998	2.382	24.868
Saldo em 31 de março de 2024	(302.556)	(61.569)	(25.819)	(389.944)
Adições e baixas	(3.607)	17.346	(49)	13.690
Reajustes contratuais e cambiais	(10.810)	989	(1.386)	(11.207)
Juros	(22.591)	(3.199)	(469)	(26.259)
Pagamentos	41.569	19.656	8.832	70.057
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(297.995)	(26.777)	(18.891)	(343.663)
Circulante				(86.963)
Não circulante				(256.700)
				(343.663)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(297.995)	(26.777)	(18.891)	(343.663)
Reajustes contratuais e cambiais	(7.265)	(1.083)	1.271	(7.077)
Juros	(4.894)	(503)	(375)	(5.772)
Pagamentos	10.879	4.801	868	16.548
Saldo em 31 de março de 2025	(299.275)	(23.562)	(17.127)	(339.964)
Circulante				(69.757)
Não circulante				(270.207)
				(339.964)

12.3. CONTRAPRESTAÇÕES FUTURAS

A abertura das parcelas em seu valor futuro por faixa de vencimento está disposta a seguir:

		31/03/2025						
		2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
Plantas industriais	Parcela atual	43.168	54.995	52.936	52.888	52.888	168.313	425.188
	IPCA médio	6,46%	7,98%	6,36%	6,12%	5,43%	6,76%	6,59%
	Parcela atualizada	44.807	60.752	61.049	64.436	66.425	278.137	575.606
	Taxa de juros média	11,52%	10,46%	9,83%	9,79%	9,79%	9,51%	10,15%
	Parcela à valor presente	42.949	53.886	49.435	47.620	44.910	139.445	378.245
Tanques e armazéns	Parcela atual	17.963	5.059	1.532	511	-	-	25.065
	IPCA médio	6,27%	8,30%	6,38%	6,23%	-	-	6,66%
	Parcela atualizada	18.591	5.492	1.764	610	-	-	26.457
	Taxa de juros média	9,47%	9,47%	9,47%	9,47%	-	-	9,47%
	Parcela à valor presente	17.906	5.009	1.434	468	-	-	24.817
Outros	Parcela atual	12.206	5.890	318	39	-	-	18.453
	IPCA médio	5,69%	7,92%	6,32%	6,22%	-	-	6,18%
	Parcela atualizada	12.704	6.584	367	34	-	-	19.689
	Taxa de juros média	12,10%	9,47%	9,47%	9,47%	-	-	11,37%
	Parcela à valor presente	12.134	5.738	297	27	-	-	18.196

		31/12/2024						
		2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
Plantas industriais	Parcela atual	57.048	54.175	52.256	52.197	52.197	165.698	433.571
	IPCA médio	3,66%	7,40%	8,84%	9,21%	9,20%	9,46%	8,77%
	Parcela atualizada	59.140	62.695	67.457	74.302	81.083	354.408	699.085
	Taxa de juros média	11,69%	10,46%	9,83%	9,79%	9,79%	9,51%	10,08%
	Parcela à valor presente	56.015	54.336	53.398	53.676	53.606	172.248	443.279
Tanques e armazéns	Parcela atual	21.867	4.888	1.532	511	-	-	28.798
	IPCA médio	3,48%	6,42%	8,75%	8,22%	-	-	6,72%
	Parcela atualizada	22.635	5.460	1.971	701	-	-	30.767
	Taxa de juros média	9,47%	9,47%	9,47%	9,47%	-	-	9,47%
	Parcela à valor presente	21.532	4.867	1.567	524	-	-	28.490
Outros	Parcela atual	13.404	6.961	321	29	-	-	20.715
	IPCA médio	3,44%	7,24%	8,75%	7,92%	-	-	6,88%
	Parcela atualizada	14.008	8.201	414	40	-	-	22.663
	Taxa de juros média	12,02%	9,75%	9,47%	9,47%	-	-	10,84%
	Parcela à valor presente	13.150	7.020	328	30	-	-	20.528

Para a projeção de inflação, foram considerados os contratos futuros de DI x IPCA publicados no site da B3, interpolados exponencialmente para formar as curvas de atualização. Cada parcela foi então atualizada utilizando a taxa daquela curva. As taxas médias corresponderam às médias das taxas aplicadas a cada parcela original para a obtenção da parcela atualizada. Cada parcela foi então descontada a valor presente pela taxa de juros de cada contrato para obter o valor presente da parcela.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

13.1. SALDOS PATRIMONIAIS

		Controladora				
		31/03/2025			31/12/2024	
Moeda	Tipo	Taxa	Valor	Taxa média ao ano	Valor	Taxa média ao ano
BRL	Debêntures	CDI	-	-	713.096	25,11%
	Empréstimos	Pré-fixado	45.459	0,25%	-	-
Total			45.459		713.096	
Circulante			2.153		713.096	
Não circulante			43.306		-	

Consolidado						
Moeda	Tipo	Taxa	31/03/2025		31/12/2024	
			Valor	Taxa média ao ano	Valor	Taxa média ao ano
BRL	Debêntures	CDI	-	-	713.096	25,11%
	NCE	CDI	-	-	201.686	15,09%
	Empréstimos	Pré-fixado	47.670	0,25%	106.878	5,09%
	Financiamento	IPCA	200.543	6,88%	200.579	6,88%
		IGPM	-	-	358.893	17,41%
		CDI	228.849	15,61%	145.469	15,76%
	Capital de giro	Pré-fixado	105.236	21,00%	104.473	20,85%
Total BRL			582.298		1.831.074	
USD	Bond	Pré-fixado	2.336.118	12,14%	3.773.320	8,86%
	Capital de giro	Pré-fixado	407.547	8,99%	461.716	9,02%
Total USD			2.743.665		4.235.036	
Total			3.325.963		6.066.110	
Circulante			180.813		6.066.110	
Não circulante			3.145.150		-	

13.2. MOVIMENTAÇÃO

	Controladora
Saldo em 01 de janeiro de 2024	565.936
Despesas de juros	34.304
Pagamento de principal	(56)
Juros pagos	(4)
Custos de transação	311
Saldo em 31 de março de 2024	600.491
Despesas de juros	111.647
Pagamento de principal	(118)
Juros pagos	(24)
Custos de transação	1.100
Saldo em 31 de dezembro de 2024	713.096
Resultado na reestruturação da dívida (nota explicativa 21)	50.000
Despesas de juros	13.458
Pagamento de principal	(2.340)
Valores liquidados por partes relacionadas	(729.106)
Juros pagos	(10)
Custos de transação	361
Saldo em 31 de março de 2025	45.459

	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2024	4.490.836
Captação de empréstimos e financiamentos	27.649
Despesas de juros	151.793
Perda (ganho) por variação cambial no DRE	77.248
Perda (ganho) por variação cambial no ORA	24.158
Pagamento de principal	(22.606)
Juros pagos	(33.297)
Custos de transação	6.089
Ajustes de conversão - subsidiárias no exterior	1.113
Transferências para disponível para venda	(3.703)
Saldo em 31 de março de 2024	4.719.280
Captação de empréstimos e financiamentos	531.477
Despesas de juros	553.421
Perda (ganho) por variação cambial no DRE	854.706
Perda (ganho) por variação cambial no ORA	(69.375)
Pagamento de principal	(437.161)
Juros pagos	(111.588)
Custos de transação	19.720
Ajustes de conversão - subsidiárias no exterior	1.927
Transferências para disponível para venda	3.703
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.066.110
Captação de empréstimos e financiamentos	457.276
Custos de transação pagos em anos anteriores	(106.400)
Resultado na reestruturação da dívida (nota explicativa 21)	101.484
Despesas de juros	135.604
Perda (ganho) por variação cambial no DRE	(259.692)
Perda (ganho) por variação cambial no ORA	(45.105)
Pagamento de principal	(90.389)
Valores liquidados por partes relacionadas (item 13.5)	(2.932.583)
Juros pagos	(18.999)
Custos de transação	21.758
Ajustes de conversão - subsidiárias no exterior	(3.101)
Saldo em 31 de março de 2025	3.325.963

13.3. NOVOS RECURSOS (1L NOTES)

Em 30 de janeiro de 2025, o Grupo Unigel concluiu a reestruturação da sua dívida mediante, dentre outros, a emissão de novas notas denominadas Novos Recursos. A captação totalizou US\$ 100 milhões com bônus de emissão de US\$ 20 milhões, totalizando US\$120 milhões com uma taxa de 13,5%/15% PIK, juros trimestrais e vencimento final em 2027.

Além dos fluxos de caixa, de pagamento de principal e juros semestrais sobre o valor do principal em aberto. A amortização do principal ocorre de uma só vez no vencimento final do título.

Existe uma cláusula de *cash sweep* que obriga a Companhia a recomprar a dívida em caso de excesso de caixa superior a US\$ 100 milhões.

13.4. 2L NOTES

Em 30 de janeiro de 2025, o Grupo Unigel concluiu a reestruturação da sua dívida mediante, dentre outros, a emissão de notes reestruturadas denominadas 2L Notes. O valor de face da dívida reestruturada foi de US\$ 352 milhões com juros de 11%/12% PIK e vencimento em 2028 conforme detalhado na nota explicativa 1.

Além dos fluxos de caixa, de pagamento de principal e juros semestrais sobre o valor do principal em aberto. A amortização do principal ocorre de uma só vez no vencimento final do título.

Existe uma cláusula de *cash sweep* que obriga a Companhia a recomprar a dívida em caso de excesso de caixa superior a US\$ 100 milhões, subordinado ao *cash sweep* do New Money.

13.5. VALORES LIQUIDADOS POR PARTES RELACIONADAS

Como descrito na nota explicativa 1 – contexto operacional, em 30 de janeiro de 2025 parte da dívida anterior à reestruturação foi liquidada mediante emissão de *Participating Titles* e ações na recém-criada HoldCo. As dívidas do Grupo Unigel que foram liquidadas dessa maneira estão apresentadas na referida rubrica acima na movimentação da dívida no valor de R\$ 2.932.561 e não representam um desembolso de caixa.

13.6. VALOR JUSTO DA DÍVIDA REESTRUTURADA

Conforme já divulgado anteriormente, em 30 de janeiro de 2025, foi concluída a reestruturação da dívida do Grupo. Devido à complexidade desta operação, a Companhia ainda não concluiu a apuração do valor justo dos empréstimos reestruturados e, em virtude do prazo para divulgação das informações financeiras intermediárias de 31 de março de 2025, optou por registrar neste período, o valor de custo da operação até a conclusão dos cálculos para, posteriormente, efetuar os devidos ajustes.

Por consequência as operações de conta corrente no valor de R\$ 2.932.783 contra a Unigel Netherlands não foram convertidas ainda em capital pois estão aguardando a conclusão desse estudo. Não obstante, em concluindo o estudo, o saldo será convertido em patrimônio líquido, bem como a diferença do valor de face e do valor de mercado das dívidas convertidas, o que deve gerar um impacto relevante no patrimônio líquido do Grupo quando ajustado.

13.7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSOS

	Consolidado 31/03/2025
2026	57.228
2027	895.029
2028	2.043.617
Após 2028	149.276
	3.145.150

13.8. GARANTIAS

Como forma de garantia para os empréstimos e financiamentos o Grupo disponibilizou parte do seu contas a receber (nota explicativa 5), imobilizado (nota explicativa 11) e estoque (nota explicativa 6), conforme divulgado nesta demonstração financeira.

13.9. COVENANTS

Após a reestruturação financeiras com a emissão das novas dívidas, os empréstimos e financiamentos não possuem *covenants* controlados por indicadores financeiros.

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Matérias primas e serviços	8.148	18.423	482.950	524.442
Imobilizado	-	-	39.055	43.475
Mercado interno	8.148	18.423	522.005	567.917
Matérias primas e serviços	665	5.147	52.666	115.726
Imobilizado	-	-	221.707	224.107
Mercado externo	665	5.147	274.373	339.833
Partes relacionadas (Nota explicativa 7)	1.254	1.352	11.277	6.594
Fornecedores	10.067	24.922	807.655	914.344
Circulante	10.067	24.922	723.827	791.870
Não circulante	-	-	83.828	122.474

14.1. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Conforme exposto na nota explicativa 1, em novembro de 2019, a Unigel, através de sua controlada Proquigel, firmou Contrato de Arrendamento de unidades de fertilizantes nitrogenados da Petrobras (anteriormente conhecidas como FAFENS), localizadas em Sergipe e na Bahia. Em agosto de 2020, a transferência de posse foi oficializada dado que foram superadas as condições precedentes impostas pelo contrato, tais como a aprovação do arrendamento pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a obtenção de licenças para operação das plantas. Em 27 de dezembro de 2021, a controlada Proquigel celebrou Contrato de Fornecimento de Gás Natural também com a Petrobras, pelo prazo de 13 anos. Esse contrato possui cláusula que obriga o pagamento do volume contratado, independentemente do volume utilizado (“take or pay”).

A Companhia, por meio de controlada Proquigel, ingressou com Ação Cautelar Pré-Arbitral contra a Petrobras perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e obteve medida liminar em dezembro de 2023, garantindo a suspensão das obrigações do Contrato de Fornecimento de Gás Natural e dos Contratos de Arrendamento. Em seguida, a Companhia, instaurou a arbitragem conforme cláusula compromissória prevista nos contratos, onde será discutido o mérito da disputa em relação à revisão das bases contratuais. Na vigência dessa liminar e durante o processo de arbitragem, ficam suspensos todos os termos do contrato incluindo a obrigação futura de compra de gás natural num volume total de 5 bilhões de metros cúbicos até 2034. A multa por eventual rescisão antecipada do contrato é de R\$ 1.591.269 e não foi reconhecida nestas demonstrações financeiras dado a existência de decisão judicial e o processo de arbitragem que suspende os termos dos contratos e a exigibilidade da obrigação de pagamento e de todas as incertezas operacionais envolvendo o segmento Agro.

Em 17 de abril de 2025, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou os termos de acordo de fornecimento sem ônus ou custos para as partes conforme exposto na nota explicativa 1.

14.2. FORNECEDORES CONVÊNIO

Não havia saldos de operações de risco sacado em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

15. PASSIVO FISCAL CORRENTE

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
ICMS	9.323	9.683
IPI	53	4.425
PIS e COFINS	34.588	32.331
REFIS - Lei nº. 11.941/09	3.202	3.377
Parcelamentos tributários - PRT e PERT	18.575	20.381
Parcelamentos estaduais PEP	1.089	1.707
Litígio Zero	6.884	7.301
Parcelamentos federais	6.047	5.911
Impostos em subsidiárias no exterior	517	2.855
Imposto de renda (IRPJ)	11.701	11.786
Outros	3.214	3.463
	95.193	103.220
Circulante	73.559	79.516
Não circulante	21.634	23.704

15.1. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA – LEI Nº 11.941/09

Em novembro de 2009, a Administração aprovou a adesão ao Programa de Regularização Tributária em conformidade com a Lei nº 11.941/09.

REFIS DA COPA – LEI Nº 13.043/14

Em novembro de 2014, o Grupo aderiu ao programa de redução e parcelamento de débitos federais de acordo com a Lei nº 13.043/14 (Refis da Copa).

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA – PRT E PERT

Em 2017, o Grupo aderiu ao Programa de Regularização Tributária - PRT e ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT. Estes programas foram criados conforme Medidas Provisórias 766, 780 e 783 de 2017, respectivamente, que possibilitaram a liquidação parcial de determinados débitos tributários federais, tanto no âmbito administrativo quanto judicial, através da utilização de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social.

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - PEP

Em abril de 2017, o Grupo aderiu ao Programa de Regularização Tributária Estadual do Estado de São Paulo ("PEP"). O PEP foi um programa criado por lei que permitiu o parcelamento dos impostos (ICMS) em discussão ou atrasados com redução de multa e juros.

LITÍGIO ZERO

Desde 2023 a companhia tem feito novos parcelamentos tributários exclusivamente no âmbito da Receita Federal, aderindo especificamente ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal (Litígio Zero - PRLF), conforme a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 12 de janeiro de 2023.

Os vencimentos dos impostos a pagar de longo prazo estão distribuídos da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
2025	-	8.282
2026	8.077	8.243
2027	7.979	4.893
Após 2027	5.578	2.286
	21.634	23.704

15.2. REIQ – REGIME ESPECIAL DA INDÚSTRIA QUÍMICA

O Grupo adquire matérias-primas diversas como eteno, benzeno, propeno e butadieno, incentivadas por meio do benefício denominado REIQ, no entanto, ao final do exercício de 2024, a Companhia foi notificada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) quanto ao cancelamento deste benefício a partir de março 2024 devido ao não cumprimento de um dos requisitos exigidos para fluidez do mesmo, qual seja, a manutenção mínima dos números de postos de trabalho nas empresas do Grupo participantes do referido programa de incentivo. Dessa forma, em dezembro de 2024, a Companhia registrou os passivos referentes aos impostos que deixaram de ser recolhidos em virtude do REIQ, com as devidas incidências de multas e juros. A Companhia está questionando a referida notificação e, caso não logre êxito em suas argumentações, fará o devido recolhimento dos valores através de compensação com créditos fiscais.

16. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais, decorrentes do curso normal dos seus negócios. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária, ambiental e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências no montante estimado do valor da obrigação e refletem a saída de recursos provável esperada.

16.1. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O Grupo registrou um valor de R\$ 14.581 (R\$ 14.250 em 31 de dezembro de 2024) em depósitos judiciais, substancialmente, vinculados a processos tributários.

16.2. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

	Consolidado				
	Processos trabalhistas	Processos tributários	Processos cíveis	Processos ambientais	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	2.668	27.658	5.417	36.263	72.006
Adições e reversões	918	8.352	-	-	9.270
Baixa por pagamentos	(683)	(7.821)	-	-	(8.504)
Saldo em 31 de março de 2024	2.903	28.189	5.417	36.263	72.772
Adições e Reversões	2.523	29.544	-	(6.206)	25.861
Baixa por pagamentos	(638)	(18.781)	(2.178)	-	(21.597)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.788	38.952	3.239	30.057	77.036
Adições e Reversões	(241)	13.528	4.115	-	17.402
Baixa por pagamentos	(395)	(12.850)	-	-	(13.245)
Saldo em 31 de março de 2025	4.152	39.630	7.354	30.057	81.193

PROCESSOS TRABALHISTAS

Os processos trabalhistas representam reclamações trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras, insalubridade, periculosidade e verbas rescisórias) e que se encontram em fases processuais distintas.

PROCESSOS TRIBUTÁRIOS

As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas à ICMS, IPI, contribuições previdenciárias, compensação de créditos de PIS e COFINS e incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas.

As principais adições referentes ao período findo em 31 de março de 2025 estão assim descritas:

- (a) Processo administrativo de autos de infrações lavrados exigindo contribuição adicional do GILRAT, incidentes sobre as remunerações dos trabalhadores expostos aos riscos ocupacionais, Processo 10271.105621/2023-47, no montante expresso em R\$ 7.135;

A Companhia registrou como provisão de contingências os valores de créditos de PIS e COFINS utilizados para compensação de impostos a recolher originados em atualizações monetárias de saldos credores.

PROCESSOS CÍVEIS

A Companhia é parte de um grupo de ações judiciais, arbitrais e/ou administrativas, de natureza cível, que envolvem pedidos diversos. As provisões decorrem de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro.

PROCESSOS AMBIENTAIS

A Companhia é parte em alguns Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) referentes a determinados sites produtivos os quais detalhamos abaixo:

- (i) CBE Cubatão:

O Grupo adquiriu a planta de estireno de terceiros e após a aquisição foi identificada uma área degradada com algumas borras de estireno. O TAC foi firmado em 2015 entre Unigel, CETESB e ministério público com duração de 10 anos incluindo a implementação de um plano de recuperação de área contaminada e compensação financeira através de doação de equipamentos ao setor público. O Grupo prevê uma dilação de prazo para mais 10 anos para conclusão do projeto de recuperação de acordo com a evolução do projeto ao longo dos anos. Os fluxos futuros de despesas estimados com a execução do TAC montam R\$ 38.315 até 2030. Esses fluxos foram trazidos a valor presente pelo custo médio ponderado de capital do Grupo de 21,91% a.a., o que resultou em uma provisão de R\$ 25.574.

O Grupo possui um contrato de rateio de despesas com o antigo operador do site no qual as despesas com o TAC são apropriadas em 50% por cada parte. Dessa forma também foi reconhecido um ativo de reembolso por cobrar de contingências no valor de R\$ 12.787.

- (ii) CBE Camaçari:

O Grupo firmou um acordo com o INEMA para remediação de áreas com concentração de benzeno em 2021, com duração de 5 anos. O custo estimado total para remediação a valor futuro é de R\$ 3.386 até 2029. Esses fluxos foram trazidos a valor presente pelo custo médio ponderado de capital do Grupo de 21,91% a.a., o que resultou em uma provisão de R\$ 2.120.

A contaminação antecede a atuação do Grupo Unigel no site e a totalidade dos custos são repassados para o antigo proprietário. Dessa forma também foi reconhecido um ativo de reembolso por cobrar de contingências no valor de R\$ 2.120.

- (iii) Proquigel Candeias:

O Grupo firmou cronograma junto ao INEMA para avaliação de atenuação natural monitorada com custo estimado de R\$ 4.772 até 2030. Os fluxos foram trazidos a valor presente pelo custo médio ponderado de capital do Grupo, o que resultou em uma provisão de R\$ 2.363.

16.3. SALDOS AVALIADOS COM O RISCO DE PERDA POSSÍVEL

As empresas do Grupo são partes em diversos processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, avaliou os riscos de perdas como possíveis. As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos econômicos seja exigida para liquidar a obrigação. A natureza dos principais passivos contingentes são:

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
Processos trabalhistas	46.727	40.495
Processos tributários	608.825	590.869
Processos ambientais	84.639	84.064
Processos cíveis	45.317	39.944
	785.508	755.372

PROCESSOS TRABALHISTAS

Em 31 de março de 2025, o Grupo era réu em aproximadamente 202 (217 em 31 de dezembro de 2024) processos trabalhistas. O Grupo não registrou provisão para casos nos quais o risco de perda foi classificado como possível envolvendo um valor estimado de R\$ 46.727 (R\$ 40.495 em 31 de dezembro de 2024). Em termos gerais, as reclamações trabalhistas referem-se a discussões de horas extras, verbas rescisórias, passivos envolvendo prestadores de serviços terceirizados e determinadas disputas sindicais quanto à implementação das regras coletivas no local de trabalho, promovida pelo SINDIQUIMICA contra outras Petroquímicas da Bahia, conjuntamente, pleiteando direitos decorrentes de índices de reajustes salariais.

PROCESSOS TRIBUTÁRIOS

O Grupo faz parte de determinados processos tributários classificados como possíveis pelos seus assessores jurídicos de acordo com julgamentos anteriores de Tribunais de Justiça no montante de R\$ 608.825 (R\$ 590.869 em 31 de dezembro de 2024) e entendem que os resultados serão favoráveis em decorrência da jurisprudência vigente, sendo que as ações mais relevantes envolvem,

- Auto de Infração nº 10314.720422/2024-09 no valor de R\$ 215.428 (R\$208.962 em 31 de dezembro de 2024) lavrado contra as empresas Cargill e Proquigel (responsável solidária), onde é exigido o pagamento de Multa Aduaneira no montante originário de R\$ 208.962, cujo fatos geradores são de março e abril de 2020, por entender a fiscalização que a Cargill, foi a responsável pelas exportações formalmente promovidas em nome da Proquigel, estando oculta nas operações.
- Auto de infração AIIM nº. 4.001.617-1 no valor de R\$ 75.711 (R\$ 74.872 em 31 de dezembro de 2024) pela SEFAZ/SP em face da empresa POLO INDUSTRIA E COMERCIO S.A. - CNPJ nº 29.510.765/0008-20 (sucrida pela controlada Companhia Brasileira de Estireno), em 22 de março de 2012, com as supostas infrações: Creditamento indevido de ICMS em operações de recebimento de mercadorias para exportação (guerra fiscal). Creditamento indevido de ICMS em operações de retorno de mercadorias não comprovadas e emissão de notas fiscais sem saída de mercadorias. Não pagamento de ICMS em operações de remessa para empresa não cadastrada como armazém geral e em vendas para não contribuinte de outro estado. Creditamento indevido de ICMS em serviços de transporte de contribuinte optante pelo Simples Nacional. Creditamento indevido de ICMS em devolução simbólica de mercadoria em consignação industrial. Creditamento indevido de ICMS em operações com filial que determinou preço superior ao real dos produtos. Escrituração irregular de documentos fiscais no livro Registro de Entradas de Mercadorias.
- Auto de Infração nº 10314.720423/2024-45 no valor de R\$ 21.502 (R\$ 20.896 em 31 de dezembro de 2024) lavrado contra a empresa Proquigel Química S.A, onde é exigido o pagamento de Multa Regulamentar no montante originário de R\$ 20.689, por entender a fiscalização que houve cessão de nome para a realização de operações de comércio exterior de terceiros com vistas ao acobertamento dos reais beneficiários.

- Execução Fiscal nº 0500850-74.2014.8.05.0039 no valor de R\$14.897 (R\$ 14.755 em 31 de dezembro de 2024), consubstanciada na Certidão de Dívida Ativa nº 98046-17-0000-14, oriunda do Auto de Infração nº 206857.0104/12-2, através da qual se objetiva a cobrança de suposto débito de ICMS, entre os períodos de 2008 e 2009, no qual se consubstancia na suposta não comprovação da saída das mercadorias sob o regime de Drawback.
- Execução Fiscal nº 0500987-22.2015.8.05.0039 no valor de R\$ 11.632 (R\$ 11.510 em 31 de dezembro de 2024), que visa a cobrança de ICMS em razão de registro de operação tributada como não tributada, nas saídas de mercadorias acobertadas por notas fiscais com fim específico de exportação (exportação indireta), sem a comprovação da saída efetiva do país.
- Execução Fiscal nº 0009617-23.2008.8.26.0157 no valor de R\$ 9.557 (R\$ 9.523 em 31 de dezembro de 2024) ajuizada para cobrança do crédito originário de ICMS de R\$ 5.051, conforme a CDA nº 1.001.079.359, derivada do Auto de Infração nº 246.733. Originalmente, o Auto de Infração incluía 11 infrações, mas após retificações e cancelamentos parciais por decisão administrativa, restaram três débitos: (i) ausência de recolhimento de ICMS na importação de mercadorias; (ii) remessa para industrialização sem comprovação de retorno; e (iii) multa por irregularidade na escrituração do livro Registro de Controle da Produção e do Estoque.
- Auto de infração nº 10580.730325/2017-47 no valor de R\$ 7.940 (R\$ 7.832 em 31 de dezembro de 2024) exigindo contribuição adicional do GILRAT, incidentes sobre as remunerações dos trabalhadores expostos aos riscos ocupacionais, das unidades de Camaçari e Candeias (agentes nocivos - Benzeno, Cádmio, Cromo, Mercúrio, N-Hexano e Ruído) referente ao período de apuração de 2013 a 2015.
- Outras contingências possíveis tributárias que versam sobre diversos temas tributários, como ICMS, PIS/COFINS, IPI e IRPJ/CSLL pulverizadas no valor de R\$ 252.158 (R\$ 242.519 em 31 de dezembro de 2024).

PROCESSOS AMBIENTAIS

Em 31 de março de 2025, o Grupo era réu em 92 (95 em 31 de dezembro de 2024) processos ambientais. O Grupo não constituiu provisões para os casos nos quais o risco de perda foi classificado como possível envolvendo R\$ 84.639 (R\$ 84.064 em 31 de dezembro de 2024). Os casos mais representativos são apresentados abaixo:

- Juntamente com aproximadamente 200 outras empresas, o Grupo é corréu em uma ação coletiva movida pela Associação dos Moradores dos bairros Jardim Cristal e Jardim Marambaia. Os autores alegam que uma empresa chamada Recobem foi contratada para reciclar coprodutos da indústria de tintas e, em vez disso, descartou os materiais ilegalmente no Estado do Paraná. O Grupo foi nomeado corréu porque um dos barris que supostamente foram descartados ilegalmente tinha um dos seus logotipos. A Companhia vem contestando essa alegação, uma vez que o barril não tinha nenhum material que o Grupo utiliza ou produz. O processo foi julgado improcedente em primeira instância, decidindo-se na sentença pelo reconhecimento da ilegitimidade passiva da Proquigel Química S/A, pela ausência da responsabilidade objetiva frente aos danos materiais e morais ocorridos com os representados da autora, motivo pelo qual, foi interposto recurso de apelação pela parte autora. O valor envolvido para a Proquigel é de R\$ 1.331 (R\$ 1.290 em 31 de dezembro de 2024).
- Além disso, o Grupo é réu em ações coletivas movidas pela Federação dos Pescadores da Bahia que reivindicam indenização devido à suposta liberação de produtos químicos nas águas do Estuário Rio São Paulo e na Baía de Todos os Santos, ocorrida em 2009, acima dos parâmetros permitidos pela legislação ambiental (Resolução Conama nº 357/2005) que resultou na interrupção das atividades pesqueiras daquela localidade. A ação foi julgada improcedente em primeira instância, razão pela qual os Pescadores apelaram, encontrando-se o caso em grau recursal. O processo é considerado como possível de perda, no montante de R\$ 57.553 (R\$ 57.180 em 31 de dezembro de 2024).
- Outras contingências de natureza ambiental diversas e valores pulverizados totalizando o montante de R\$ 25.755 (R\$25.594 em 31 de dezembro de 2024).

PROCESSOS CÍVEIS

Em 31 de março de 2025, o Grupo era réu em aproximadamente 23 (20 em 31 de dezembro de 2024) processos cíveis, representando um total em discussão de R\$ 45.317 (R\$ 39.944 em 31 de dezembro de 2024).

No processo mais representativo, o Grupo é réu em ação movida pela N.C. S/C Ltda., um ex-acionista minoritário da Polo Ind. e Com. S/A ("Polo – que tem como atual sucessora a empresa Companhia Brasileira de Estireno "CBE""), no valor de R\$ 25.500. O autor pretende que, por retirar-se da Polo, deveria receber uma indenização devido ao fato de que os acionistas majoritários da empresa - incluindo a Unigel - alegadamente tentaram impor a mudança do seu tipo societário para se tornar uma corporação com capital autorizado e o destituíram da administração da Companhia, fatos estes que, de acordo com a N.C. S/C Ltda., incitou sua intenção de descontinuar seu investimento na empresa. A ação foi julgada parcialmente procedente e encontra-se em grau de apelação no TJSP.

16.4. REEMBOLSOS POR COBRAR DE CONTINGÊNCIAS

Conforme informado na nota explicativa 16.2, referente a provisões para contingências ambientais, em 31 de março de 2025, a Companhia tem registrado um ativo de contingências a cobrar dos antigos proprietários das plantas de Cubatão/SP e Camaçari/BA, no montante de R\$ 14.907 (R\$ 14.907 em 31 de dezembro de 2024), decorrente de parte das provisões para contingências ambientais registradas correspondentes aos custos previstos para saneamento, regularizações e monitoramentos ambientais já pactuados junto aos órgãos ambientais responsáveis pelas localidades das citadas plantas..

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1. CAPITAL SOCIAL

O capital social da Companhia em 31 de março de 2025 é de R\$ 920.963 (R\$ 920.963 em 31 de dezembro de 2024), composto por 920.962.726 (920.962.726 em 31 de dezembro de 2024), ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

17.2. AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

(i) Hedge de fluxo de caixa

Abrange a parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de hedge utilizados no hedge de fluxo de caixa líquido de impostos cujo reconhecimento no resultado está pendente até que os fluxos de caixa ou itens protegidos afetem o resultado do período. No período de março de 2025 ocorreu o desreconhecimento do hedge de fluxo de caixa cujo instrumento eram *cross currency swaps* e o objeto de hedge era o antigo Bond do Grupo devido a reestruturação e consequente fim do objeto de hedge. O valor acumulado reclassificado para o resultado do período foi de R\$ 214.847 conforme demonstrado na nota explicativa 23.5;

(ii) Ajustes de avaliação atuarial

Compreendem os efeitos de ganhos e perdas atuariais líquido de impostos;

(iii) Ajustes acumulados dos efeitos de conversão de operações no exterior

Inclui todas as diferenças resultantes da conversão das demonstrações financeiras de operações estrangeiras para a moeda funcional;

(iv) Custo atribuído aos ativos imobilizados líquido de efeitos tributários

No contexto da adoção das IFRS pela primeira vez no Brasil, a partir de 1º de janeiro de 2010, o Grupo realizou a reavaliação de seus ativos imobilizados pelo valor justo (custo atribuído) na data de transição. A parcela apurada desta reavaliação foi contabilizada líquido de impostos como ajuste de avaliação patrimonial e vem sendo realizado contra lucros ou prejuízos acumulados na proporção da depreciação, lançada no resultado do exercício, dos itens do imobilizado que deram base à citada reavaliação (realização do custo atribuído).

17.3. DIVIDENDOS

O estatuto social do Grupo determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Não ocorreu alteração na política de dividendos em virtude da adoção do custo atribuído.

Em 31 de março de 2025, assim como em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não apurou dividendos a distribuir.

18. RECEITA LÍQUIDA

18.1. RECONCILIAÇÃO ENTRE RECEITA BRUTA E RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Receita bruta		
Venda de produtos	862.953	791.064
Partes relacionadas (Nota explicativa 7.2)	4.355	18.933
Venda de produtos no mercado interno total	867.308	809.997
Venda de produtos	23.762	128.623
Venda de produtos no mercado externo total	23.762	128.623
Receita bruta total	891.070	938.620
Impostos	(165.732)	(149.824)
Incentivos fiscais	38.470	31.360
Devoluções	(3.288)	(10.164)
Abatimentos comerciais	(566)	(1.106)
Receita líquida total	759.954	808.886

O Grupo não possui faturamento à clientes individualmente, que seja maior que 10% das vendas líquidas do ano.

18.2. DESAGREGAÇÃO DE RECEITA DE CONTRATOS COM CLIENTES

O Grupo gera receitas, primariamente, por vendas de produtos, nos segmentos de Químico e Agro.

Na tabela a seguir, as receitas de contratos com clientes são desagregadas por mercado geográfico e por segmento de mercado (Nota explicativa nº 22).

	Químicos		Agro		Eliminação entre segmentos		Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
Regiões principais								
Brasil	704.465	1.366.838	31.287	59.974	-	(788.468)	735.752	638.344
Américas (menos Brasil)	18.772	156.851	-	-	-	-	18.772	156.851
Ásia	-	1.846	-	-	-	-	-	1.846
Europa	-	4.632	-	-	-	-	-	4.632
Oriente-médio	239	199	-	-	-	-	239	199
África	5.191	7.014	-	-	-	-	5.191	7.014
Receita Líquida	728.667	1.537.380	31.287	59.974	-	(788.468)	759.954	808.886

19. DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Classificados por função:		
Custo dos produtos vendidos	(762.822)	(832.847)
De vendas	(4.401)	(13.068)
Administrativas	(38.263)	(40.869)
	(805.486)	(886.784)
Classificados por natureza:		
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(609.490)	(573.381)
Despesa com pessoal	(46.223)	(79.824)
Serviços de terceiros	(15.402)	(59.782)
Seguros	(8.158)	(8.606)
Despesas de Reestruturação (Nota explicativa 19.1)	(6.617)	(7.588)
Provisões para contingências	(7.444)	(9.270)
Amortização ativo de direito de uso	(14.642)	(12.374)
Depreciação e amortização	(29.021)	(37.557)
Logística, fretes e <i>demurrage</i>	(68.328)	(90.713)
Outras despesas	(161)	(7.689)
	(805.486)	(886.784)

19.1. DESPESAS DE REESTRUTURAÇÃO

Em linha com o contexto operacional da Companhia foram realizadas diversas ações para preservação do caixa, incluindo a hibernação de plantas e redução de despesas de forma geral. Estas ações, por vezes, ensejaram despesas adicionais não-recorrentes na operação do Grupo como aquelas relacionadas ao desligamento de pessoal, totalizando R\$ 6.617 em 31 de março de 2025 (R\$ 7.588 em 31 de março de 2024) que foram registradas na rubrica de reestruturação.

20. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Sucata	26	46
Ganho na venda de ativos	-	1.752
Reversão de impairment de ativos	-	6.430
Bônus de adimplência – Fornecedores	8.958	-
Reembolsos a cobrar – Fornecedores	8.408	-
Outras receitas	1.147	-
Total outras receitas operacionais	18.539	8.228
<i>Impairment de ativos</i>	(1.004)	(1.668)
Outras despesas operacionais	(798)	(2.416)
Total outras despesas operacionais	(1.802)	(4.084)
	16.737	4.144

BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA – FORNECEDORES

No primeiro trimestre de 2025 o Grupo efetuou o pagamento no prazo de uma confissão de dívida de fornecedores que previa um bônus de adimplência de R\$ 8.958. A totalidade do bônus de adimplência foi reconhecida no resultado do período no momento que os seus requisitos foram atingidos.

REEMBOLSOS A COBRAR – FORNECEDORES

Durante o primeiro trimestre de 2025 o Grupo apurou despesas passíveis de ressarcimento decorrente de discussões contratuais com fornecedores. O valor de R\$ 8.408 foi reconhecido em contrapartida de outros ativos de curto prazo e aguarda a conclusão das negociações para liquidação.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Juros sobre aplicações financeiras	1.735	2.164
Receita de juros sobre recebíveis	1.938	227
Descontos obtidos de fornecedores	7	236
Atualização sobre crédito de PIS/COFINS	(384)	5.386
Outras receitas financeiras	33	63
Total das receitas financeiras	3.329	8.076
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(135.604)	(151.793)
Custos de transação	(21.758)	(4.884)
Resultado na reestruturação da dívida (nota explicativa 21.1)	(101.484)	-
Juros de fornecedores	(4.255)	(5.420)
Custo do hedge	-	(7.258)
Juros de passivos de arrendamento	(5.772)	(10.182)
Despesas bancárias, com impostos e comissões	(5.219)	(3.993)
Ajuste a valor justo de derivativos (nota explicativa 21.2)	(214.847)	371
Multas	(6.453)	(1.205)
Juros de tributos	(2.726)	(3.175)
Outras despesas financeiras	(91)	-
Total das despesas financeiras	(498.209)	(187.539)
Variações cambiais, líquidas	291.267	(79.299)
Resultado financeiro	(203.613)	(258.762)

21.1. RESULTADO NA REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA

Quando da reestruturação da dívida do Grupo, conforme demonstrado na nota 1 – Contexto operacional, algumas dívidas, a depender das opções selecionadas pelos credores, foram baixadas no momento da reestruturação e novamente reconhecidas após a conclusão do processo. A diferença entre a baixa da dívida original e o reconhecimento posterior foi de R\$ 101.430.

21.2. AJUSTE A VALOR JUSTO DE DERIVATIVOS

O Grupo havia contratado instrumentos financeiros derivativos para a proteção de juros pré-fixados e variação cambial sobre sua emissão de *Bonds* no exterior. Ambos os instrumentos possuíam vencimento em 2026. O instrumento de hedge foi liquidado de forma antecipada em 07 de junho de 2023.

Como o instrumento de hedge foi encerrado de forma antecipada, de acordo com o CPC 48 – Item 6.5.11(d), o valor acumulado na reserva de hedge de fluxo de caixa deve ser reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos afetam o resultado.

Com a renegociação da dívida a totalidade do valor de R\$ 214.847 foi reclassificada para o resultado no período de 31 de março de 2025.

22. INFORMAÇÃO SOBRE SEGMENTOS

22.1. BASE DE SEGMENTAÇÃO

O Grupo é, preponderantemente, um produtor de químicos intermediários atuando na 2ª geração da cadeia da indústria petroquímica. Em termos gerais, o Grupo adquire produtos petroquímicos básicos, processa-os e transforma-os em produtos químicos intermediários e finais os quais são fornecidos para produtores ou distribuidores. Esse segmento de negócios é determinado como “Químicos”.

O Grupo também é um representativo produtor de fertilizantes nitrogenados no Brasil. Em resumo, o Grupo adquire determinadas matérias primas básicas, em especial, gás natural, e converte-o em sulfato de amônio, amônia, ureia e ARLA. Esse segmento é denominado como “Agro”.

A Diretoria Executiva (principal gestor das operações) avalia o desempenho dos negócios separadamente por suas divisões estratégicas. Estes segmentos são gerenciados separadamente, pois requerem diferentes tecnologias e diferentes estratégias mercadológicas.

O seguinte resumo descreve as operações de cada segmento:

QUÍMICOS

O segmento de Químicos abrange, substancialmente, a produção e venda de estireno, poliestireno, látex, tolueno, acrilonitrila, metacrilatos (MMA, EMA e GMAA), chapas e resinas acrílicas, cianeto de sódio e sulfato de amônio (vide nota abaixo de Agro). Estes produtos são vendidos a diversos setores da economia, com destaque para construção civil, automotivo, mineração, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, têxtil, materiais de construção, embalagens e descartáveis plásticos. Estes produtos também são vendidos a fabricantes e conversores de produtos químicos.

AGRO

Esse segmento compreende, essencialmente, a produção e venda de sulfato de amônio, amônia, ureia e ARLA, que são direcionados, preponderantemente ao mercado de agronegócios, e, em menor escala, para fabricantes e conversores de produtos químicos. No segmento Agro, os resultados apresentados referem-se exclusivamente às plantas arrendadas da Petrobras, uma vez que os resultados da operação de sulfato de amônio foram realocados para o segmento de Químicos, pois com a paralisação das plantas arrendadas da Petrobras, o sulfato de amônio, que é subproduto do segmento de químicos passou a ser analisado dentro do contexto desse segmento para a tomada de decisões.

Dessa forma, reapresentamos os resultados do período comparativo com o sulfato de amônio reclassificado para o segmento Químicos para preservar a comparabilidade.

A Administração do Grupo revisa mensalmente os relatórios gerenciais de cada segmento. A matriz corporativa exerce funções de tesouraria, jurídico, controladoria, tecnologia da informação e recursos humanos. A atividade da matriz não é considerada um segmento por não ser um negócio gerador de receitas para o Grupo, porém, ele é incluso apenas para fins de reconciliação com a demonstração do resultado.

A informação sobre segregação geográfica foi apresentada na nota explicativa 18.

22.2. INFORMAÇÕES SOBRE SEGMENTOS REPORTADOS

As informações relacionadas a cada segmento reportado são apresentadas abaixo. O lucro (prejuízo) do segmento antes de impostos é usado para medir o desempenho do negócio, uma vez que a administração acredita que essa informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos em relação a outras entidades que operam na mesma cadeia produtiva.

	31/03/2025				
	Químicos	Agro	Unidade corporativa	Eliminações	Total
Receita líquida	741.573	29.354	-	(10.973)	759.954
Custo dos produtos vendidos	(745.623)	(28.172)	-	10.973	(762.822)
Lucro (Prejuízo) bruto	(4.050)	1.182	-	-	(2.868)
Despesas administrativas e com vendas	(28.739)	(500)	(13.425)	-	(42.664)
Outras receitas (despesas) operacionais	6.059	9.700	978	-	16.737
Resultado operacional	(26.730)	10.382	(12.447)	-	(28.795)
Resultado financeiro	-	-	(203.613)	-	(203.613)
Resultado antes dos impostos	(26.730)	10.382	(216.060)	-	(232.408)

	31/03/2024				
	Químicos	Agro	Unidade corporativa	Eliminações	Total
Receita líquida	781.413	38.289	-	(10.816)	808.886
Custo dos produtos vendidos	(768.540)	(75.123)	-	10.816	(832.847)
Lucro (Prejuízo) bruto	12.873	(36.834)	-	-	(23.961)
Despesas administrativas e com vendas	(48.276)	(2.745)	(8.813)	-	(59.834)
Outras receitas (despesas) operacionais	5.734	-	(1.590)	-	4.144
Resultado operacional	(29.669)	(39.579)	(10.403)	-	(79.651)
Resultado financeiro	-	-	(258.762)	-	(258.762)
Resultado antes dos impostos	(29.669)	(39.579)	(269.165)	-	(338.413)

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia detém alguns instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que tiveram como objetivo manter a capacidade de investimentos e a estratégia de crescimento.

Os valores apresentados dos principais ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

23.1. ATIVOS FINANCEIROS

	Nota	Controladora	
		31/03/2025	31/12/2024
Ativos			
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	4	66	65
Partes relacionadas	7	4.465	4.020
		4.531	4.085

	Nota	Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024
Ativos			
Valor justo por meio do resultado (VJR)			
Investimentos de curto prazo	4	235.513	79.218
		235.513	79.218
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	4	78.989	102.942
Contas a receber de clientes	5	121.487	129.720
Créditos contratuais	-	8.861	18.458
Partes Relacionadas	7	1.628	1.650
		210.965	252.770
		446.478	331.988

23.2. PASSIVOS FINANCEIROS

	Nota	Controladora	
		31/03/2025	31/12/2024
Passivos			
Custo amortizado			
Fornecedores	14	(10.067)	(24.922)
Empréstimos ⁽¹⁾	13	(45.459)	(713.096)
Dividendos a pagar	7	(64.963)	(64.963)
Partes relacionadas	7	(1.938.120)	(1.242.442)
Outros passivos		-	(533)
		(2.058.609)	(2.045.956)

(1) O valor justo de empréstimos em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 109.500 e devido à complexidade da dívida reestruturada e ao timing de divulgação a Companhia ainda não concluiu a apuração do valor justo de empréstimos para 31 de março de 2025.

	Nota	Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024
Passivos			
Valor justo por meio do resultado (VJR)			
Outros passivos		(45.479)	(45.479)
		(45.479)	(45.479)
Custo amortizado			
Fornecedores	14	(807.655)	(914.344)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (vide nota 23.3)	13	(3.325.963)	(6.066.110)
Dividendos a pagar	7	(64.963)	(64.963)
Partes relacionadas (vide nota 23.3)	7	(2.932.783)	(222)
		(7.131.364)	(7.045.639)
		(7.176.843)	(7.091.118)

23.3. CÁLCULO DO VALOR JUSTO

Não houve alterações na metodologia de cálculo do valor justo dos ativos e passivos financeiros em relação àqueles apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

O valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.368.645. Já, para 31 de março de 2025, conforme informado na nota explicativa 13.6, devido à complexidade da operação de reestruturação da dívida, a Companhia ainda não concluiu a apuração do valor justo dos empréstimos e, em virtude do timing para divulgação destas informações financeiras intermediárias, optou por registrar o valor de custo da operação até a conclusão dos cálculos para, posteriormente, efetuar os ajustes necessários. Por consequência as operações de conta corrente no valor de R\$ 2.932.783 contra a Unigel Netherlands não foram convertidas ainda em capital pois estão aguardando a conclusão desse estudo. Não obstante, em concluindo o estudo, o saldo será convertido em patrimônio líquido, bem como a diferença do valor de face e do valor de mercado das dívidas convertidas, o que deve gerar um impacto relevante no patrimônio líquido do Grupo quando ajustado.

23.4. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é o risco de perda financeira para o Grupo se um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais. Decorre principalmente dos recebíveis do Grupo e equivalentes de caixa.

	Nota	Consolidado	
		31/03/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes (i)	5	121.487	129.720
Créditos contratuais	-	8.861	18.458
		130.348	148.178

O valor registrado dos ativos financeiros representa o máximo da exposição de crédito.

(i) Contas a receber

A exposição do Grupo ao risco de crédito de contas a receber é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. No entanto, a Administração também considera outros fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes, tais como, o risco padrão associado à indústria e ao país em que os clientes operam.

Ao monitorar o risco de crédito de clientes, eles são agrupados de acordo com suas características de crédito, inclusive se eles são um indivíduo ou uma entidade jurídica, fabricante ou cliente individual, sua localização geográfica, histórico comercial com o Grupo e existência de antecedentes de dificuldades financeiras.

Existem vendas sujeitas a garantias, de modo que, em caso de não pagamento, o Grupo pode ter um crédito garantido.

Exposição ao risco de crédito do contas a receber por segmento e mercado (vide nota explicativa 5):

	Consolidado					
	Químicos		Agro		Total	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
Mercado interno	123.273	121.508	2.142	2.976	125.415	124.484
Mercado externo	2.155	14.703	-	-	2.155	14.703
Partes relacionadas (Nota 10)	2.962	33	278	159	3.240	192
	128.390	136.244	2.420	3.135	130.810	139.379

Abaixo está demonstrado o *aging* por segmento:

	Consolidado					
	Químicos		Agro		Total	
	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024	31/03/2025	31/12/2024
A vencer	124.323	127.847	924	1.917	125.247	129.764
Vencidos						
Entre 1 e 30 dias	2.176	6.677	278	-	2.454	6.677
Entre 31 e 60 dias	275	557	-	-	275	557
Entre 61 e 90 dias	359	-	-	-	359	-
Acima de 91 dias	1.257	1.163	1.218	1.218	2.475	2.381
	128.390	136.244	2.420	3.135	130.810	139.379

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é o risco de o Grupo ter dificuldade em cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados mediante entrega de caixa ou outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo é garantir, na medida do possível, que terá liquidez suficiente para atender às suas responsabilidades quando devidas, em condições normais e estressadas, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou arriscar danos à reputação do Grupo.

O Grupo também monitora o nível de entradas de caixa esperadas nas contas a receber de clientes, juntamente com as saídas de caixa esperadas de contas a pagar e outros.

Abaixo, estão apresentados os fluxos contratuais incluindo pagamento de juros.

Passivos financeiros não derivativos	Nota	Consolidado				
		31/03/2025				
		01 a 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	Acima de 36 meses	Total valor futuro
Empréstimos	13	180.813	35.965	862.536	2.246.649	3.325.963
Fornecedores	14	723.827	83.828	-	-	807.655
Outras contas a pagar	-	25.479	16.765	-	-	42.244
		930.119	136.558	862.536	2.246.649	4.175.862

Passivos financeiros não derivativos	Nota	Consolidado				
		31/12/2024				
		01 a 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	Acima de 36 meses	Total valor futuro
Empréstimos	13	6.066.110	-	-	-	6.066.110
Fornecedores	14	791.870	122.474	-	-	914.344
Outras contas a pagar	-	9.772	16.561	-	-	26.333
		6.867.752	139.035	-	-	7.006.787

Os pagamentos de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures incluídos no quadro acima, refletem as taxas de juros de mercado, que estavam em vigor naquela data. E esses valores podem mudar à medida que as taxas de juros de mercado mudem.

Com a implementação da reestruturação o Grupo alongou e reduziu as dívidas existentes, conforme demonstrado nos quadros acima, mitigando de forma significativa o risco de liquidez do Grupo. A estrutura de capital do Grupo será ainda mais aprimorada após a conclusão das análises de valor justo, descritas na nota explicativa 23.3, e capitalizar os contas correntes com a HoldCo, no valor de R\$ 2.932.783.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado tais como, taxas de câmbio, taxas de juros e preços, afetarão o lucro do Grupo ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis ao mesmo tempo em que otimiza os retornos.

RISCO CAMBIAL

O Grupo está exposto ao risco cambial na medida em que existe uma incompatibilidade entre as moedas nas quais as vendas, compras, empréstimos e financiamentos são denominadas em contrapartida às respectivas moedas funcionais das empresas do Grupo. A moeda funcional do Grupo é o Real.

Geralmente, os empréstimos e financiamentos são denominados em moedas que correspondam aos fluxos de caixa gerados pelas operações subjacentes do Grupo, principalmente dólares americanos e/ou reais. Isso fornece uma cobertura econômica sem derivativos e contabilização de hedge (Nota explicativa nº 23.5).

Para a operação de Bond, denominada em dólares americanos, o Grupo utilizava swaps de fluxo de caixa com barreiras para a proteção de parte do risco cambial. A dívida reestruturada, Notas 1L e Notas 2L, também é denominada em dólares americanos.

Em relação a outros ativos e passivos monetários, denominados em moedas estrangeiras, a política do Grupo é assegurar que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas pontuais, quando necessário, para solucionar desequilíbrios de curto prazo.

Os dados quantitativos resumidos sobre a exposição do Grupo ao risco cambial, reportados à administração, estão convertidos pela última taxa de conversão do exercício reportada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), como segue:

	Nota	Consolidado			
		31/03/2025		31/12/2024	
		BRL	USD	BRL	USD
Taxa de conversão		1,0000	5,7416	1,0000	5,4481
Caixa em bancos em dólares	4	47.523	8.277	70.172	12.880
Contas a receber	5	2.155	375	14.703	2.699
Empréstimos e financiamentos	13	(2.743.665)	(477.857)	(4.235.036)	(777.342)
Contas correntes com partes relacionadas	7	(2.932.783)	(510.795)	-	-
Fornecedores	14	(274.373)	(47.787)	(339.833)	(62.376)
Exposição líquida		(5.901.143)	(1.027.787)	(4.489.994)	(824.139)

(i) Análise de sensibilidade

Uma apreciação (depreciação) razoável do dólar norte-americano frente ao real em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 teria afetado a mensuração de instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e, consequentemente, afetado o patrimônio e resultado do Grupo pelos valores abaixo. Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto das vendas e compras previstas.

	Consolidado	
	31/03/2025	
	Cenários em USD	
	BRL	USD
Taxa de conversão	1,0000	5,7416
Exposição líquida	(5.901.143)	(1.027.787)
Sensibilidade	BRL	BRL
	Possível +25%	Remoto +50%
Taxa de conversão	7,1770	8,6124
Exposição líquida (cenários)	(7.376.427)	(8.851.713)
Efeitos em R\$ mil	(1.475.284)	(2.950.570)

	Consolidado	
	31/12/2024	
	Cenários em USD	
	BRL	USD
Taxa de conversão	1,0000	5,4481
Exposição líquida	(4.489.994)	(824.139)
Sensibilidade	BRL	BRL
	Possível +25%	Remoto +50%
Taxa de conversão	6,8101	8,1722
Exposição líquida (cenários)	(5.612.469)	(6.735.029)
Efeitos em R\$ mil	(1.122.475)	(2.245.035)

RISCO DE TAXA DE JUROS

O Grupo adota uma política de garantir que parte de sua exposição ao risco de taxa de juros esteja em uma taxa fixa.

O perfil das taxas de juros dos instrumentos financeiros do Grupo, conforme relatado pela administração, é o seguinte:

	Consolidado	
	31/03/2025	31/12/2024
Instrumentos a taxa fixa		
Passivos financeiros (Nota explicativa 13)	(3.097.114)	(5.005.859)
	(3.097.114)	(5.005.859)
Instrumentos a taxa variável		
Ativos financeiros (Nota explicativa 4)	235.513	79.218
Passivos financeiros (Nota explicativa 13)	(228.849)	(1.060.251)
	6.664	(981.033)

(i) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros, inclusive não derivativos, estão expostos a mudanças no valor justo como resultado da flutuação das taxas de juros. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros às suas variáveis são apresentadas a seguir:

O Grupo selecionou os riscos de mercado que podem afetar mais fortemente os valores dos instrumentos financeiros detidos, que seriam as mudanças na taxa CDI.

Os possíveis cenários consideram mudanças de 25% e 50%, respectivamente, relacionadas à variável de risco relevante em relação à taxa base.

Análise de sensibilidade das variações de taxa:

	Consolidado		Consolidado	
	31/03/2025		31/12/2024	
	Cenários em		Cenários em	
	CDI		CDI	
Taxa	14,15%		12,15%	
Instrumentos financeiros	6.664		(981.033)	
Efeitos na demonstração do resultado	943		(119.196)	
	Possível (25%)	Remoto (50%)	Possível +25%	Remoto +50%
Taxa	10,6125%	7,0750%	15.1875%	18,2250%
Instrumentos financeiros (efeitos no balanço patrimonial)	7.371	7.135	(1.130.027)	(1.159.826)
Efeitos na demonstração do resultado	707	471	(148.994)	(178.793)

23.5. ATIVOS E PASSIVOS DESIGNADOS A HEDGE DE FLUXO DE CAIXA

O Grupo optou pelo modelo de *hedge accounting* do CPC 48/ IFRS 9.

- (i) Hedge de fluxo de caixa - Variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira

A tabela seguinte indica os períodos nos quais o fluxo de caixa associado ao hedge de fluxo de caixa deve ocorrer e os respectivos saldos dos instrumentos de hedge.

	Consolidado			
	31/03/2025		31/03/2024	
	Ativos – faturamento projetado em dólar	Passivos - empréstimos e financiamentos em dólar	Ativos - faturamento projetado em dólar	Passivos - empréstimos e financiamentos em dólar
Saldo contábil	329.409	329.409	269.572	(269.572)
1-12 meses	5.146	5.146	9.286	(9.286)
13-24 meses	-	-	-	-
25-35 meses	-	-	-	-
Acima de 35 meses	324.263	324.263	260.286	(260.286)
	329.409	329.409	269.572	(269.572)

- (ii) Hedge de fluxo de caixa - Bond e Swaps

O Grupo havia contratado instrumentos financeiros derivativos para a proteção de juros pré-fixados e variação cambial sobre sua emissão de *Bonds* no exterior. Ambos os instrumentos possuíam vencimento em 2026. O instrumento de hedge foi liquidado de forma antecipada em 07 de junho de 2023.

Como o instrumento de hedge foi encerrado de forma antecipada, de acordo com o CPC 48 – Item 6.5.11(d), o valor acumulado na reserva de hedge de fluxo de caixa deve ser reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos afetam o resultado.

Com a renegociação da dívida a totalidade do valor de R\$ 214.847 foi reclassificada para o resultado no período de 31 de março de 2025.

- (iii) Hedge de fluxo de caixa – Efeitos no resultado e em outros resultados abrangentes

(i) Empréstimos e financiamentos – Variação cambial

	Consolidado			
	31/03/2025		31/03/2024	
	DRA	DRE	DRA	DRE
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	(45.105)	(6.367)	24.158	9.938
Impostos diferidos sobre variação cambial	15.336	2.165	(8.214)	(3.379)
	(29.769)	(4.202)	15.944	6.559

23.6. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A Companhia mantém uma política de gestão de capital visando o equilíbrio entre o capital próprio (transferências de capital e retenção de lucros) e o capital de terceiros que o Grupo capta para financiar suas operações. Para mitigar eventuais riscos de liquidez e manter o custo médio ponderado do capital em níveis adequados, o Grupo monitora, permanentemente, os resultados gerados por essa escolha através do seu grau de endividamento com base no cálculo de dívida líquida / EBITDA (Lucro antes dos impostos ajustado pelo resultado financeiro e pela depreciação). No entanto, devido ao atual contexto operacional do Grupo, apresentado na nota explicativa 1, o Grupo vem adotando medidas extraordinárias de gerenciamento de capital incluindo a captação de recursos a taxas menos atrativas e a postergações de compromissos com foco na gestão do risco de liquidez. Tais ações geram um aumento da relação de capital de terceiros e capital próprio até que os efeitos do plano de reestruturação do Grupo comecem a surtir efeito.

24. SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

24.1. INCENTIVO FISCAL ESTADUAL – DESENVOLVE/BAHIA

O Grupo recebe diversos benefícios fiscais no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, onde o incentivo mais longínquo permanecerá em vigor até abril de 2032. Estes incentivos fiscais estão associados à cadeia de produção de estirênicos, acrílicos e fertilizantes (segmento Agro). O Grupo se beneficia de um período de carência de até 72 (setenta e dois) meses para pagamento do ICMS. No caso de pagamentos antecipados, o Grupo é elegível a um desconto de até 81% (oitenta e um por cento) do saldo devedor mensal do ICMS. Sobre este montante de desconto, a Companhia tem que recolher o equivalente a 10% para o Fundo da Pobreza, instituído pelo Governo da Bahia.

No período findo em 31 de março de 2025, o Grupo obteve um benefício de R\$ 38.470 (R\$ 31.361 no período findo em 31 de março de 2024), que foi lançado como redutor de impostos na rubrica “impostos sobre vendas” nas “demonstrações dos resultados”.

24.2. INCENTIVO FISCAL ESTADUAL PSDI – PROGRAMA SERGIPANO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

A Proquigel tem direito ao benefício fiscal no âmbito do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI até abril de 2030, associado à cadeia de produção de fertilizantes (Agro). A Companhia se beneficia de diferimento nas importações de matérias-primas e bens para o ativo imobilizado, assim como, a isenção no recolhimento de diferencial de alíquota de ICMS em aquisições interestaduais de bens de capital novos. Além disso, o benefício possibilita que a Companhia recolha o percentual equivalente a 6,2% do ICMS devido no mês. Nos períodos findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024, o Grupo não apurou nenhum benefício.

24.3. INCENTIVO FISCAL FEDERAL - LUCRO DA EXPLORAÇÃO

Conforme Laudos Constitutivos expedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Grupo goza do direito de redução de 75% do imposto de renda sobre os resultados das operações da Companhia Brasileira de Estireno localizadas em Camaçari/BA e da Proquigel até o exercício fiscal de 2028. Nos períodos findos em 31 de março de 2025 e 31 de março de 2024, o Grupo não apurou nenhum benefício por estarem apurando prejuízos fiscais.

24.4. REINTEGRA - REINTEGRAÇÃO DE VALORES TRIBUTÁRIOS PARA EMPRESAS EXPORTADORAS

O Grupo está contemplado pela Lei 13.043/14 - Reintegra - a qual concede créditos tributários quando a Companhia realiza exportações de produtos fabricados internamente, que podem ser compensados com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos federais.

No período findo em 31 de março de 2025 o Grupo obteve um benefício de R\$ 34 (R\$ 79 no período findo em 31 de março de 2024) através das empresas Proquigel, Companhia Brasileira de Estireno e Unigel Químicos, que foi lançado como redutor de custos na rubrica “custo dos produtos vendidos” nas “demonstrações dos resultados”.

24.5. REIQ – REGIME ESPECIAL DA INDÚSTRIA QUÍMICA

O Regime Especial da Indústria Química (“REIQ”) foi instituído a partir de 2013 pelo Governo Federal do Brasil e tem como objetivo a recuperação e a manutenção da competitividade das indústrias petroquímicas nacionais de 1ª e 2ª geração. Neste contexto, o Grupo estava beneficiado, até dezembro de 2024, pela desoneração tributária de parte das alíquotas de PIS e COFINS na compra de determinadas matérias primas importadas ou fornecidas pela 1ª geração da indústria petroquímica brasileira. No dia 31 de dezembro de 2021, o Governo Federal editou a Medida Provisória 1.095 extinguindo o Regime Especial da Indústria Química (REIQ) a partir de 1º de abril de 2022. As empresas químicas impetraram, através da Associação Brasileira das Indústrias Químicas – ABIQUIM, ação contra os efeitos desta Medida Provisória, conseguindo restabelecer o benefício até o julgamento final do pleito. No entanto, o Congresso Nacional, no momento da conversão da Medida Provisória na Lei 14.374/2022, modificou a redação original e, ao invés da extinção do benefício, determinou apenas a sua suspensão até dezembro de 2022, voltando a vigor, a partir de janeiro/2023, as reduções e prazos de vigência do REIQ, previstas na Lei 14.183/2021, desde que as empresas beneficiadas firmem alguns termos de compromisso com determinadas exigências adicionais. Em agosto de 2023, o Governo Federal regulamentou, através do Decreto nº 11.668/2023, as condições necessárias para o aproveitamento do “REIQ” pelas empresas enquadradas no benefício. Desta forma, a Companhia iniciou o atendimento a todos os requisitos necessários para a sua adesão ao citado benefício, com aplicação desde 01 de janeiro de 2023, conforme previsto na Lei nº 13.374/2022.

Como divulgado anteriormente, ao final do exercício de 2024, a Companhia foi notificada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) quanto ao cancelamento deste benefício a partir de março 2024 devido ao não cumprimento de um dos requisitos exigidos para fluidez do mesmo, qual seja, a manutenção mínima dos números de postos de trabalho na empresa do Grupo participante do referido programa de incentivo. A Companhia está questionando a referida notificação e, conservadoramente, suspendeu a fruição do citado benefício até a conclusão final da discussão.

Sendo assim, no período findo em 31 de março de 2025, o Grupo não apurou benefício (R\$ 2.581 no período findo em 31 de março de 2024 que foi lançado como redutor de custos na rubrica “custos dos produtos vendidos” nas “Demonstrações de Resultados”). A administração entende que, caso a Companhia logre sucesso em seu recurso, poderá voltar a usufruir do REIQ.

25. GARANTIAS

O Grupo possui bens dados em garantia de operações de crédito com terceiros no valor de R\$ 1.475.226 em 31 de março de 2025 (R\$567.032 em 31 de dezembro de 2024).

26. PREJUÍZO POR AÇÃO

26.1. BÁSICO

O prejuízo por ação básico foi calculado com base no resultado acumulado dos exercícios e na respectiva quantidade média de ações em circulação nestes mesmos períodos, conforme o quadro a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2025	31/03/2024
Prejuízo líquido do período	(209.275)	(351.035)
Quantidade ponderada média de ações ao longo do período	920.962.726	920.962.726
Prejuízo por ação - R\$	(0,2272)	(0,3812)

26.2. DILUÍDO

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações supondo a conversão de todas as ações potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhum fator diluidor do seu lucro básico.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 9 de maio de 2025, a Controlada Companhia Brasileira de Estireno foi notificada sobre o despacho decisório nº 1.027/2025, emitido pela Superintendência Da Receita Federal do Brasil, autorizando a fruição de créditos originados do Regime Especial da Indústria Química (REIQ) de forma prospectiva, a partir de 30/04/2025, que havia sido cancelado anteriormente, conforme descrito nas notas 15.1 e 24.5. Desta forma, a Companhia irá efetuar as compensações dos valores utilizados anteriores que já estavam devidamente provisionados com multa e juros, conforme informado na nota 15.1. e, a partir de 30/04/2025, voltará a se beneficiar do citado regime.

* * *

Dario Costa Gaeta

Diretor Presidente

André Luis da Costa Gaia

Vice-Presidente Financeiro e Diretor de RI

Marcio Scatigno

Gerente Executivo de Controladoria - CRC 1SP 218.247/O-7





Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE VEREADORES NOMEADA PELA RESOLUÇÃO Nº 3074/2025

Ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, às 10 horas, nas dependências da sala de reuniões deste Legislativo, reuniu-se a Comissão de Especial de Vereadores, nomeada através da Resolução nº 3074/2025, a qual tem por objetivo "TRATAR COM A FIESP, UNIGEL, CETESB, SEMED, SEMAM, CENTRO DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – CIDE/CIESP DE CUBATÃO E DEMAIS ENTIDADES PERTINENTES, PARA CONHECIMENTO DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DO GRUPO, EM PARTICULAR REFERENTE A UNIDADE UNIGEL CUBATÃO - ANTIGA CIA. BRASILEIRA DE ESTIRENO, PRINCIPALMENTE NO QUE TANGE AS QUESTÕES ECONÔMICAS, DE INVESTIMENTOS, ADEQUAÇÕES, FUNCIONALIDADES, EMPREGABILIDADE E EVENTUAIS PASSIVOS AMBIENTAIS E COMPENSAÇÕES". Presentes os vereadores Sr. Washington Luiz Lessa de Souza – presidente da comissão, e o vereador Marcos Roberto Silva – membro, o Senhor Jader Ferreira de Liro - Secretário Adjunto de Indústria, porto, emprego e empreendedorismo, o senhor Marco Antônio França da Silva – diretor do departamento de indústria e o senhor Marcos da Silva Cipriano – gerente da CETESB - Agência Ambiental de Cubatão. Auxilia na condução dos trabalhos o servidor Valber Silva do Nascimento, Assistente de Comissão Parlamentar Temporária. O senhor presidente da Comissão iniciou cumprimentando e agradecendo os presentes, e registrando que a UNIGEL que era a parte mais importante da comissão não está presente e citando que a comissão irá tomar outra posição enquanto parlamento, inclusive podendo partir para uma comissão de inquérito. Solicitou que seja enviada correspondência registrada pelos Correios. Relatou aos presentes que esteve estudando a situação da UNIGEL, classificando-a como uma situação financeira complicada que abre a possibilidade de fechamento em unidades, podendo ainda a unidade de Cubatão não ficar de fora, apesar da empresa negar. Deixou claro a preocupação com os trabalhadores, com o passivo ambiental enterrado na área próxima a ponte do aquífero, argumentando ainda sobre a necessidade de acompanhar de perto para que a empresa não feche as portas e vá embora deixando o passivo ambiental da mesma forma como já aconteceu na história da cidade, culminando na contaminação de pessoas. Relembrou o caso Rhodia. Destacou que precisamos saber da UNIGEL, para nos tranquilizarmos, sobre a garantia de não fechamento, quais as perspectivas, de modo a não sermos pegos de surpresa, e nem os trabalhadores. Deu ênfase ao fato de a empresa estar localizada nas proximidades do centro da cidade. Defendeu que não adianta querermos analisar ou resolver o problema depois que ele já está como uma batata quente na nossa mão, mas sim que precisamos ter estratégia antes do problema acontecer. Repetiu que a preocupação da comissão é com aquilo que será deixado na cidade, lembrando que a função principal do parlamento é fiscalizar. Relatou que conversou com alguns trabalhadores da empresa que querem participar.



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

Evidenciou sua preocupação em razão da matéria que viu nas redes sociais e na imprensa escrita de que haveria a possibilidade de fechar algumas unidades. Citou que a UNIGEL não bateu o martelo na unidade de Cubatão, mas existia a possibilidade de fechar, e que a o corpo que comanda a Unigel já tinha declarado que algumas unidades iriam fechar. Disse que a comissão quer esclarecimento sobre a unidade de Cubatão, se fechará ou não. Pediu a este servidor da área de finanças do legislativo que também redige a presente ATA para apresentar as análises que foram feitas em conjunto com a comissão. Este servidor então detalhou que no decorrer dessa comissão, foram feitas algumas avaliações das demonstrações contábeis publicadas pela empresa, sendo verificado que a empresa trabalha com prejuízo bruto que está sendo causado pelo custo do produto vendido, ou seja, o custo de produção é superior à receita. Detalhou que eles vendem, mas a operação em si traz custos maiores do que eles conseguem auferir de receitas, e com isso, quando apura-se e apropria-se a despesa há um prejuízo líquido bastante considerável. Detalhou que foi verificado nas demonstrações financeiras que a empresa está com um patrimônio líquido negativo em 3 bilhões, o que significa que bens e direitos que a empresa tem são inferiores ao passivo. Citou que nas demonstrações contábeis há informações de que algumas unidades não são lucrativas para a UNIGEL e que a empresa menciona paralização das operações no segmento agro em Camaçari, lá na Bahia, e em Laranjeiras, em Sergipe, e no segmento de químicos em Camaçari e Candeias, também na Bahia. Finalizou pontuando que a proposta dessa CEV seria trazer os representantes da UNIGEL para obtermos informações, se no seguimento de químicos em Cubatão é lucrativo ou não. Pontuou que isso seria uma garantia de que ela pode reduzir seu tamanho em outras unidades, mas garantir que aqui em Cubatão as operações continuem, sem que haja demissão de funcionários. Fala que foi complementada pelo presidente da comissão ao ser otimista quanto a uma resposta de que a empresa está dando resultado, e se há uma perspectiva de crescimento da produção, o que poderia, na visão do presidente, de repente até haver um direcionamento da produção para unidades que são lucrativas, e nós teríamos então ao invés de uma informação desesperadora de fechamento, um aumento de produção. Ao fim da sua fala o presidente da comissão então ressaltou que as informações de patrimônio líquido negativo são de 31 de março, demonstrando a preocupação em não sabermos dos números atualizados, o que seria preocupante pois prejuízo pode atrair mais prejuízo, podendo este até maior no próximo balanço que eles publicarem. Embora não citem o fechamento da unidade de Cubatão, o que é um ponto positivo, o cenário financeiro é preocupante, pontuou o presidente. O presidente então esclareceu que o objetivo da CEV não é trazer a UNIGEL e para colocá-la contra a parede, mas sim de atuar enquanto Poder Público, Legislativo, para que não se crie mais desemprego. Aproveitou para lembrar o levantamento feito no passado pelo, na época, vereador Messias Gomes sobre os materiais contaminados que estão enterrados naquela área. Citou que esteve na casa do também ex vereador Romeu Magalhães, e há a expectativa de que eles participem da próxima reunião da



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

CEV como representantes da municipalidade já que eles têm documentos do material que está enterrado lá na área. Afirmou que precisamos estar atentos e que não irá pagar por omissão caso no futuro tenhamos problemas com essa questão do passivo ambiental. O presidente indagou o senhor Marcos Cipriano - gerente da CETESB- se ele gostaria de falar alguma coisa, e ele respondeu que sobre a esfera econômica obviamente não falaria nada, em razão dos dados que foram levantados, mas ponderou que há bastante interferência do mercado internacional. Citou empresas que no trimestre apuram prejuízos, mas que depois reverterem em lucro devido às oscilações do mercado. Citou os produtos chineses que de repente chegam mais baratos e quando isso acontece nosso mercado acaba sofrendo um pouco. Esclareceu que em relação a preocupação com o passivo ambiental a CETESB acompanha desde 1998, o que a seu ver não traz preocupação alguma, esclarecendo a todos que a própria Lei de áreas contaminadas já define que a empresa tem que ter um seguro para que, se ela tiver algum problema financeiro, haja continuidade nas ações de remediação. Esclareceu também que não tem nada escondido, e que toda a contaminação da Companhia Brasileira de Estireno (UNIGEL) é transparente, podendo qualquer um ter acesso aos processos. Pontuou que a CETESB vem conduzindo o processo desde 98, quando tudo foi descoberto, citando que na década de 90 solo contaminado e resíduos enterrados era uma prática de quase todas as empresas em razão da tecnologia e da própria legislação que não se tinha. Citou que a partir da cobrança da CETESB isso mudou. Informou que há um TAC assinado entre CETESB, UNIGEL e Promotoria com prazo até 2031 para remediações, que poderá ter pedido de prorrogação por parte da UNIGEL devido às paralisações no período da COVID, mas que ainda que prorrogado, já está bem próximo de resolver o problema. Citou ainda que existe um cronograma de acompanhamento, e que o MP também acompanha de perto, e é parte integrante do TAC. Foi categórico ao afirmar que não há preocupação, pois mesmo que o lado operacional deixe de existir, chegaremos no ponto de reabilitação. Continuou sua fala lembrando que ao longo dos anos a CBE acabou tendo alguns percalços econômicos, tanto que, pararam a produção de etilbenzeno, já estando a unidade em desmobilização. Pontuou que se o estireno tiver novamente alguma intervenção internacional com a entrada de produtos com preços lá embaixo, como é o caso dos produtos chineses, poderá ter problemas. Citou ainda reunião, após a notícia, e que a CBE afirmou não saber de onde saíram essas informações, não confirmando, portanto, e explicando que estavam em recuperação por conta de uma outra unidade lá em Camaçari, um outro mercado que acabou afetando os números gerais da empresa, e finalizou esse tema dizendo que eles não acenaram com a possibilidade de fechamento, embora seja possível reduzir carga, diminuir produção, esperar o mercado se assentar, mas, no entanto, eles continuam operando. O que também dá conforto na questão da remediação é que toda a contaminação não é só a UNIGEL que banca, até porque é da época da Monsanto, que arca com metade do custo, além disso, há o seguro que se tem previsto já na legislação de áreas contaminadas, lembrou. Explicou ainda

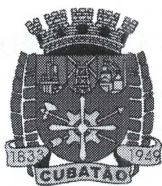


Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

sobre as tecnologias que estão evoluindo a cada tempo, e sobre a remoção da fase livre, que já foi efetivada no site da CBE, e que na época era bastante acentuada, o que fez serem colocados dois oxidadores para queimar essa fase livre. Continuou explicando que se injeta ar quente, gás quente para volatilizar e queima no oxidador e que quando eliminou a fase livre num determinado ponto, ficou só a lâmina, então entra com um outro sistema de sucção para remoção em terra. Isso foi feito, continua sendo feito, e agora há uma fase livre bastante pequena em toda a área. Esclareceu que o que é um pouco mais complicado é contaminação de estireno nas lagoas, que hoje já está tudo recapeado, não se tendo fonte ativa disso. Lembrou, também, de quando foi feita a dragagem no leito do rio e deu um problema em relação a cheiro, o que motivou a suspensão. E hoje já há uma camada de sedimento limpo que já protege. E ao fim de sua fala reafirmou que não há nenhum tipo de preocupação. O senhor presidente da comissão disse estar mais tranquilizado com a fala do senhor Marcos Cipriano, que foi esclarecedora, e destacou que a maior função da CEV é justamente esclarecer. Elogiou a credibilidade, capacidade e importância da CETESB. Pontuou que fechamento é grave e gera desemprego, mas contaminação é muito maior pois estamos falando de vidas, de pessoas que podem se recolocar no mercado de trabalho, o que não aconteceria em caso de problemas de saúde. Criticou a falta de respeito da empresa em não estar presente, de não ter mandado nenhum representante, argumentando que não é possível que não tenha um funcionário que pudesse comparecer. Pediu ao senhor secretário de meio ambiente e bem-estar animal Cleiton Jordão que marque uma visita na empresa para que a comissão possa ir até lá. Em sua fala o secretário Cleiton Jordão disse que acompanha essa área há bastante tempo, citou a época que não tinha legislação e em razão disso houve inúmeros passivos, mas que hoje são diagnosticados e identificados pelos órgãos de controle. Destacou o avanço da cidade em diversos segmentos, a legitimidade da preocupação ambiental face aos problemas ambientais da década da industrialização, o que é tranquilizado em razão dos instrumentos estabelecidos, do acompanhamento da CETESB e do MP através do TAC. Citou a preocupação que vê por parte da CETESB em pedir laudos, caracterização, pois sabe-se que na cidade desde sua construção tinha muito disso, de resíduo que não tinha tratamento e nem legislação regulamentando. Afirmou que essas preocupações são discutidas também dentro do Conselho Municipal de Meio ambiente, embora o papel não seja direto como no caso da CETESB, e que enquanto secretaria há o dever de acompanhar, de verificar. Citou que todos que tenham dúvidas podem procurar a secretaria e assim é feita uma interlocução com a CETESB. Lembrou da atuação do senhor Romeu Magalhães que está sempre preocupado e que sempre fala sobre as preocupações ambientais. Sobre a situação da visita disse que conversará com o secretário Fabrício para que haja a interlocução junto ao CIDE/CIESP viabilizando isso. O senhor presidente da comissão passou então a palavra ao senhor Jader Ferreira de Liro, Secretário Adjunto de Indústria, Porto, emprego e empreendedorismo, que falou sobre a questão da empregabilidade pontuando que a UNIGEL é uma das empresas



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

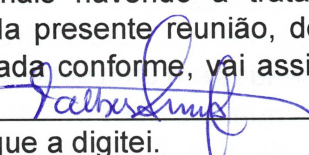
que a SEMIC tem certa dificuldade de aproximação junto ao PAT referente à gestão de vagas. Citou que é uma empresa que não faz essa colheita de vagas junto ao órgão da prefeitura. Que falar dados de empregabilidade, quantos funcionários tem e não tem, o que faz e o que não faz, não é possível por estarem negativo de dados devido à falta dessa interlocução. Argumentou que se houvesse um representante nesse momento poderia haver uma cobrança nesse quesito. Citou que essa interlocução é o sofrimento que se tem na SEMIC, não só com a UNIGEL, mas também com algumas outras empresas. Finalizou sua fala defendendo que precisa ter mais seriedade das empresas com os órgãos municipais. O senhor Marco Antônio França da Silva, diretor do departamento de indústria disse ser bem preocupante ver uma situação dessa, de um possível fechamento. Lembrou da empresa Yara que garantiu que não fecharia e fechou as portas do nada. Defendeu que temos que bater nessa questão, buscar esclarecimento. Citou que a UNIGEL não tem transparência nenhuma com a SEMIC, que em razão disso não sabe quantos funcionários trabalham lá, nem dos empregos diretos e nem dos indiretos. Abordou a questão do movimento de caminhões tanque que fazem a conversão na frente das pessoas que estão no ponto de ônibus e a preocupação com acidentes ali naquela área. O vereador Marcos Roberto Silva detalhou que a fábrica é pequena e tem um quadro de funcionários reduzidos, que é mais operador. Observou que não lembra de ter havido parada para manutenção nos últimos anos, pelo menos. O presidente da comissão fez questão de deixar registrado que a Secretaria de indústria e Comércio não tem dados, não por sua culpa, mas sim pela falta de transparência da empresa que não repassa as informações, o que considerou como falta de respeito. Enfatizou que é preocupante também a questão da possível falta de manutenção. Sugeriu que na visita seja convocada também a fiscalização da prefeitura para acompanhar. Sobre a questão de manutenção nas indústrias o vereador Marcos Roberto Silva questionou se também é a CETESB que fiscaliza no caso de manutenção, então o gerente Sr. Marcos Cipriano esclareceu que a operação de uma fábrica necessita estar adequada para que não haja nenhum tipo de problema extra muro, e as licenças emitidas pela CETESB são baseadas em uma série de vistorias e acompanhamentos de todos os equipamentos, mas que questões de saúde ocupacional são fiscalizadas pelo ministério do trabalho. Fala que foi complementada pelo vereador Marcos Roberto Silva concluindo que a CETESB atua naquilo que está operando, e tendo como resposta do senhor gerente que o requisito legal é fiscalizar a fonte industrial, esclarecendo que em caso de desmobilização que não há risco, não há manipulação de produtos químicos, não há risco de queda, ficam para um segundo momento, mas que também nesses casos há a atuação da CETESB. Respondendo à pergunta do vereador Marcos Roberto Silva, citou uma empresa que não estava operando adequadamente, e que trabalhava com ácido sulfúrico, sendo autuada pela CETESB em razão do risco grande de emissão de SO^3 na atmosfera, que solicitou que a empresa parasse tal operação para revisar. Por questão de mercado a empresa resolveu parar a operação. Concluiu que o acompanhamento e o requisito legal é



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

fazer vistoria, identificada alguma irregularidade a empresa é multada. Na sequência este servidor do legislativo complementou sua fala anterior sobre as finanças da empresa citando a matéria-prima como o custo determinante para esse resultado negativo. Esclareceu que o custo, diferentemente da despesa que em muitos casos pode ser cortada ou reduzida, principalmente no caso da matéria-prima, muitas vezes é mais difícil de ser cortado, justamente porque pode influenciar na qualidade do produto final. Continuou sua fala citando que de fato a empresa provavelmente opera um mercado que tem muita influência do mercado externo, mas destacando que o prejuízo bruto apresentado no 1º trimestre desse ano já vem desde o ano passado, e desde que entrou em recuperação extrajudicial. Concluiu citando que o alto custo com a matéria-prima é uma situação muito difícil para a empresa lidar. O secretário Cleiton Jordão citou as discussões do mercado internacional sobre o carbono verde, diesel verde, energias renováveis, fala que foi sendo complementada pelos demais participantes da reunião, sendo destacado pelo membro da SEMIC que Cubatão precisa pensar em aproximar as indústrias de transformação, devido à proximidade dos portos privados da Vale e Usiminas e do próprio porto de Santos, pensando também na questão da construção da terceira via do sistema Anchieta-Imigrantes. Por fim, concluíram que as diversas secretarias da municipalidade precisam se reunir para discutir essas questões, incluindo a SEFIN. O presidente da comissão evidenciou a complexidade da discussão que traz vários temas que podem ser abordados em relação às indústrias de Cubatão. O vereador Marcos Roberto Silva sugeriu a realização de um seminário no Município, e o presidente concordou que tem que haver uma atuação para que seja realizado, com discussão ampla. Por fim, o presidente deliberou sobre realizar nova reunião na data mais breve possível, enviar ofício com carta registrada à UNIGEL para que participe da próxima reunião, sobre convidar o representante do CIDE/CIESP e a Secretaria de Finanças. Agradeceu aos presentes, em especial à CETESB que sempre está presente nos convites feitos pelo poder legislativo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, determinando a lavratura desta Ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos e por mim, Valber Silva do Nascimento, , Assistente de Comissão Parlamentar Temporária, que a digitei.


Washington Luiz Lessa de Souza
Presidente da Comissão


Marcos Roberto Silva
Membro da Comissão



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa


Cleiton Jordão Santos

Secretário Municipal de Meio Ambiente e bem-estar animal


Jader Ferreira de Liro

Secretário Adjunto de Indústria, Porto, Emprego e Empreendedorismo


Marco Antônio França da Silva
Diretor do Departamento de Indústria


Marcos da Silva Cipriano
Gerente da CETESB - Agência Ambiental de Cubatão



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE VEREADORES NOMEADA PELA RESOLUÇÃO Nº 3074/2025

Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, às 10 horas, nas dependências da sala de reuniões deste Legislativo, reuniu-se a Comissão de Especial de Vereadores, nomeada através da Resolução nº 3074/2025, a qual tem por objetivo "TRATAR COM A FIESP, UNIGEL, CETESB, SEMED, SEMAM, CENTRO DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – CIDE/CIESP DE CUBATÃO E DEMAIS ENTIDADES PERTINENTES, PARA CONHECIMENTO DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DO GRUPO, EM PARTICULAR REFERENTE A UNIDADE UNIGEL CUBATÃO - ANTIGA CIA. BRASILEIRA DE ESTIRENO, PRINCIPALMENTE NO QUE TANGE AS QUESTÕES ECONÔMICAS, DE INVESTIMENTOS, ADEQUAÇÕES, FUNCIONALIDADES, EMPREGABILIDADE E EVENTUAIS PASSIVOS AMBIENTAIS E COMPENSAÇÕES". Presentes os vereadores Sr. Washington Luiz Lessa de Souza - presidente, e o vereador Marcos Roberto Silva – membro, o senhor Fabrício Lopes - Secretário de Indústria, porto, emprego e empreendedorismo, o senhor Cleiton Jordão Santos – Secretário de Meio Ambiente e bem-estar animal, o senhor Marcos da Silva Cipriano – gerente da CETESB - Agência Ambiental de Cubatão e o senhor Ricardo Salgado e Silva – representante do CIDE – polo de Cubatão. Auxilia na condução dos trabalhos a servidora Raquel Reis e o servidor Valber Silva do Nascimento, Assistente de Comissão Parlamentar Temporária. O senhor presidente da Comissão iniciou cumprimentando agradecendo os presentes, e recapitulando desde a primeira reunião, que quando a CEV foi criada houve uma preocupação, tanto deste vereador como de alguns outros vereadores da casa, que culminou na iniciativa de abertura da CEV em razão dos comentários nas redes sociais, na imprensa, de que a UNIGEL passava por um problema de recuperação judicial e por um problema financeiro complicado, com a possibilidade de fechamento de unidades. Logo que isso aconteceu foi um pouco depois do fechamento das 2 ou 3 unidades da empresa Yara. Ressaltou que a nossa cidade tem uma localização espetacular que facilita muita coisa, e que tanto o município precisa de que a empresa permaneça quanto a empresa precisa do município para conceder o alvará. Não é a intenção pegar no pé de empresa, mas sim que fiquemos sabendo, juntamente com a população, o que está acontecendo. Os funcionários estão preocupados com o que pode acontecer, declarou. Em sua fala o presidente diz que, como citado na última reunião, temos 2 problemas: o funcionário que em um caso de fechamento ficaria desempregado e a questão ambiental em razão do material que tem ali. Citou a fala do senhor Marcos



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

Cipriano que esteve aqui, e nos explicou que a CETESB está bem atenta a isso, a Secretaria de Meio Ambiente também. Há um controle sobre essa situação, mas que nos preocupa, por vez, por falta de conhecimento. Ressaltou que o que nós queremos é entender o que acontece. A nossa preocupação, na verdade, é com a população de Cubatão, argumentando que é uma empresa que está ali nas proximidades do centro da cidade, com a população crescendo em volta com aquele conjunto habitacional. Agora a Mantiqueira vem aqui para o centro, para o lado do Costa e Silva. Começa a habitar mais o centro da cidade e nós temos uma questão dessas. Por isso, também a preocupação ambiental. Confessou que no começo da CEV não tinha esse foco, tinha o foco do possível fechamento da empresa. De como isso vai ser feito e de como vai ser tratado, lembrando dos funcionários que estão próximos, que podem aposentar. Questionou: a empresa vai ajudar em alguma coisa? Qual será o acompanhamento dessa empresa? Essa era a preocupação, relatou. Contou aos participantes que teve uma reunião na casa do doutor Romeu Magalhães, uma pessoa que afirmou respeitar muito, lembrando o quanto aprendeu com ele quando ingressou na casa há 30 anos, e onde ficou por 15 anos. Lembrou ainda do ex vereador Messias Gomes que também é um cara que se infiltra muito nisso, pontuou. Destacou que após a conversa veio a preocupação da questão ambiental também. E aí por isso nós convidamos a CETESB para a gente ter conhecimento e tenho tranquilidade hoje. É plena sobre essa condição, porque confio muito no que o Cipriano fala e acho que ele foi bem incisivo, declarou o senhor presidente. Continuou sua fala citando que em razão do regimento interno a CEV terá que encerrar nesta data. Repetiu sua fala na sessão de que as empresas estão tratando o parlamento com falta de respeito, não comparecendo quando convidadas, e só mediante Comissão de inquérito que aparecem. Citou ofício recebido da empresa UNIGEL comunicando que não poderia comparecer à reunião, e pedindo remarcação para nova data, o que ficaria em confronto com nosso prazo regimental. Questionou se é possível que não haja nenhum representante que pudesse comparecer. Mencionou a intenção de fechar a presente comissão especial e abrir uma comissão de inquérito para ouvi-los. Relatou que este servidor do legislativo, que também redige a presente ATA, ficou na portaria aguardando para entregar ofício, e após tomar canseira resolveu enviar por e-mail sem que tivesse obtido resposta. Mencionou que funcionários de dentro da empresa comentaram o fato de que o servidor ficou lá fora. Relatou que decidiu-se então mandar por carta registrada. Declarou que não irá encerrar dessa maneira, sem ouvir a empresa, nem que tenha que vir por comissão de inquérito. Repetiu que se tranquilizou em relação à questão ambiental porque confia no órgão CETESB, assim como no CIDE/CIESP. E em sua fala demonstra que quer uma resposta da empresa quanto à possibilidade ou não de fechamento, responsabilidade para com os funcionários, de repente até em abrir uma porta em relação a um novo trabalho, responsabilidade de avisar com antecedência,



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Política Administrativa

de permitir que acompanhem. Lembrou que a UNIGEL não é uma empresa de contratar toda hora, e que seus funcionários são antigos. Alguns, talvez, até em vias ou faltando poucos anos para se aposentar. Disse que a empresa tem o direito e a prerrogativa de fechar as portas, mas que assim sendo, que pelo menos haja responsabilidade social. Lembrou que a população procura o legislativo, que os vereadores são os representantes do povo, e que este vereador representa todos, tenha votado ou não, exerce o mandato para todos. Continuou citando algumas falas em relação a outras empresas convidadas para outras CEV's, incluindo situação com municípios que compareceram a essas reuniões para cobrar providências, com a sala lotada, e a empresa responsável não compareceu. Citou seu papel como vereador que é fiscalizar e cobrar. Continuou sua fala citando uma lei do ex-prefeito Ademário, que trata do incentivo ao desenvolvimento no município de Cubatão, e da proposta de sugestão ao executivo, em razão à sua competência em legislar, e que será apresentado um requerimento ao prefeito com a sugestão de inclusão também das empresas que estão passando por recuperação judicial. Ressaltou que foi uma ideia trazida pela doutora Raquel Reis, reconheceu seu mérito, o que considerou ser uma ideia fantástica. Confessou de que não gostaria de que fosse aberta uma comissão de inquérito, mas que terá que fazer para que haja uma resposta, um resultado. Disse confiar na entidade CIDE/CIESP e acreditar que possam dar uma resposta, mas que seria necessário que a empresa se manifestasse, trouxesse informações para esta comissão. O presidente passou a palavra então ao representante do CIDE, Senhor Ricardo Salgado e Silva, que iniciou esclarecendo que o CIDE/CIESP embora atuem conjuntamente, são organizações distintas, que tem CNPJ distintos e representantes distintos. As representações são distintas. Disse que tomou conhecimento através da própria UNIGEL que o CIDE estava citado no corpo, mas que não houve o convite oficial, apenas ao CIESP. O presidente então pediu desculpas e esclareceu que foi uma deliberação que ocorreu na última reunião. O senhor Ricardo esclareceu que o representante do CIESP, senhor Américo, passa mais tempo em Belo Horizonte, então até que o convite chegasse às suas mãos, como representante do CIDE, chegou no dia anterior. O senhor Ricardo pediu então que nas próximas reuniões possamos fazer convites distintos para o CIDE e CIESP. Disse que sempre participa de todas as reuniões que é convidado, e que solicitou contato prévio para colocar a situação da comunicação com o CIDE. Disse acreditar que esse encaminhamento garante toda a preocupação que a representação parlamentar do município de Cubatão tem com as suas questões ligadas à indústria, o que considera ser nobre, defendendo que tudo que a gente puder fazer preventivamente sempre vai trazer muito mais benefício do que a surpresa. Ressaltou que essa conversa, esse diálogo tem que acontecer permanentemente, assim como o contato com o próprio governo, mas da mesma forma, estendido aí para os representantes da Câmara, esse é um ponto. Segundo, que, obviamente, a representação do



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

CIDE é institucional, a responsabilidade é institucional, não tendo nenhuma autonomia para colocar questões específicas em cada uma das suas associadas. Que normalmente tem que falar de uma forma global. Então, esses recados são recados para serem levados a todas as associadas e todas tem que se comportar da mesma forma, da mesma maneira. Mas trazendo um pouquinho para o caso específico da UNIGEL tem alguns pontos, enfatizando não ser representante da UNIGEL, e tendo que falar de forma genérica, portanto, mas que a UNIGEL procurou o CIDE por estar citado no documento. Disse que não sabia da nossa tentativa de protocolo do documento pessoalmente na UNIGEL, mas que a primeira tentativa foi por e-mail e isso acabou trazendo um conflito de comunicação que prejudicou a participação na presente reunião. Esclareceu que a empresa desenvolveu um programa em uma unidade na Bahia e fez a implantação dessa unidade, só que essa unidade, anteriormente pertencia à Petrobras, mas que esse investimento por vários fatores econômicos, internos e externos, que estão interferindo no negócio, motivaram a devolução dessa unidade da UNIGEL na Bahia para a Petrobras. Esclareceu que por esse motivo a diretoria da UNIGEL está toda na Bahia fazendo a devolução dessa unidade à refinaria, o que impossibilitou de estarem presentes na reunião. Citou que a UNIGEL quer trazer seus representantes legais para a reunião, mas que não pôde ser feito por essa questão. Esclareceu que não pode falar sobre a estratégia de negócios da empresa por Cubatão. E por isso pediu que, se houver a possibilidade de abrirmos nova conversa na sexta-feira se comprometeria a conversar com os representantes, levando todo o peso que a comissão tem. Em sua fala exemplificou várias questões que estão influenciando o mercado brasileiro como a China e as tarifas dos Estados Unidos, e algumas preocupações internas também, citando nosso gás natural que custa 3 vezes mais do que o gás natural da Europa e Estados Unidos. Garantiu que o Brasil tem uma das melhores, senão a melhor, matriz energética que nós conhecemos no mundo. Nós temos aqui a nossa matriz energética em mais de 70% em hidrelétrica, o que não acontece em país nenhum no mundo. Nós temos energia alternativa, somos aí pioneiros aí na introdução de gás natural na nossa matriz. A nossa competição começa desleal, internamente ela já começa desleal e todos esses são fatores que interferem nos negócios, interferem no planejamento, pontuou. Continuou falando um pouco da sua experiência ao longo dos 25 anos em que trabalhou na Usiminas, antes do processo de privatização quando ainda era COSIPA, vindo a exercer cargos na área ambiental, como gerente de meio ambiente em Cubatão, passando a superintendente e depois superintendente corporativo da Usiminas, respondendo por todas as questões ambientais no Brasil inteiro. E aí a gente tem assim essa bagagem para colocar que todo o trabalho que a CETESB faz de licenciar e de acompanhar as operações é uma grande garantia da responsabilidade que as empresas têm com as questões ambientais, pontuou. Falando sobre o ponto de vista ambiental, enquanto



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

entidade, ressaltou que todas as unidades industriais que são associadas do CIDE têm licenciamento ambiental concedido pelo órgão, o que atesta toda a responsabilidade e todo o trabalho. Esclareceu que não afirma que não há aquilo que possa ser melhorado ou que possa ser corrigido, mas sim que tudo isso está atrelado a algum programa ou a algum planejamento, a algum investimento e que tenha acompanhamento através do órgão ambiental. Relatou que hoje nós temos uma condição que se difere e muito de toda aquela história que conhecemos, e que participou ativamente, acompanhando, pelo menos no caso da empresa em que atuava, toda a transformação com a introdução dos equipamentos de controle ambiental, principalmente na década de 90 e início dos anos 2000. Pediu que pudéssemos marcar uma nova reunião, comprometendo-se a trazer os representantes da empresa já na próxima sexta feira. O presidente da comissão, considerando então a exposição feita pelo senhor Ricardo Salgado – representante do CIDE- em relação à impossibilidade de comparecimento dos representantes da UNIGEL nesta data, disse que poderá haver o consenso de um diálogo, mas que temos um problema em relação ao prazo regimental da comissão especial que irá encerrar na próxima segunda feira dia 20. Antes de passar a palavra ao vereador Marcos Roberto Silva, disse que particularmente, tem uma preocupação, mas que observando a imprensa citando Camaçari, Laranjeiras e não vendo citando Cubatão na lista de fábricas que serão fechadas, fica um pouco mais tranquilo pensando na possibilidade da unidade de Cubatão não precisar ser fechada. Mas ressaltou que quer ouvir da UNIGEL. O vereador Marcos Roberto Silva – membro da comissão – iniciou então sua fala relatando que a preocupação maior, que a gente tem percebido, claro que sabendo que hoje as grandes indústrias dependem da economia do país, mundial; que tem as dificuldades, mas por outro lado a indústria está na cidade, e então nós temos aí a preocupação de arrecadação do município, nós temos a preocupação da questão ambiental. Citou a atual situação da empresa e onde ela está instalada, nas proximidades do centro da cidade, ressaltando que além do risco ambiental temos também a preocupação com o risco eminente da indústria no centro da cidade, dos produtos químicos, do perigo, e outras situações. Lembrou que antes tinha a caldeira, que é extremamente perigoso, e hoje não tem mais. Citou a questão do funcionário diante de todas essas questões, sinalizando que lhe parece que a empresa não tem passado por uma manutenção, podendo estar sucateada. Lembrou da época em que trabalhou na empresa e que sempre tinha parada para manutenções preventivas dos equipamentos das linhas, o que não tem observado, que pelo menos não tem esse conhecimento sobre estarem ocorrendo. Disse que há a preocupação também quanto a acidente, explosão, ressaltando que a presença da empresa é importante para esses esclarecimentos. Como está se encerrando o prazo da CEV, não há como conversar com a empresa em estar formalizado, pontuou. O senhor Ricardo Salgado disse que é um compromisso de que a empresa venha



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

e de que possa haver um diálogo sem que haja a necessidade de que seja por comissão de inquérito. Disse estar trabalhando desde segunda-feira para que possa ocorrer. O presidente e o vereador membro deliberaram sobre realizar uma reunião na sexta-feira, praticamente às vésperas do encerramento da comissão especial, no entanto dando a oportunidade da empresa comparecer e nos trazer esclarecimentos. Em sua fala o vereador Marcos Roberto Silva disse que mais para frente precisamos abrir uma discussão também para falar das outras indústrias. O Secretário de indústria, porto, emprego e empreendedorismo senhor Fabrício Lopes iniciou sua fala parabenizando os membros por essa preocupação. Disse acreditar que a preocupação é pertinente, porque se a gente também não aguça o olhar sobre o que está acontecendo, ficamos refém das notícias, sendo pegos de surpresa. Relatou que houve uma discussão essa semana aqui com relação às terceirizadas, não é diferente para as empresas mães, pontuando que quando se tem o anúncio do fechamento de uma empresa, no outro dia o parlamento, que é o para-choque da sociedade, depois disso o executivo, acabam recebendo as reclamações. Ressaltou que nós temos a preocupação de manter esses empregos aqui na nossa cidade, não queremos o fechamento de empresa alguma. Continuou sua fala também parabenizando sobre a saída de fazer o ajuste da PRODESCUB para deixá-la uma lei mais ampla. Disse acreditar que com uma indicação da comissão, mais o trabalho que já está sendo feito pela nossa Secretaria e pela SEFIN de revisitar a lei, onde começamos esse trabalho, reforça, traz para além do que nós já estávamos olhando. É uma indicação que acredita que o prefeito com certeza vai ter bons olhos para isso e que o trabalho em cima dessa revisão da lei também vai se reboçar sobre esse assunto de empresas em situação de recuperação judicial. Citou que foi aprovado essa semana o processo de recuperação judicial da UNIGEL e teceu críticas ao patamar de industrialização que o Brasil se encontra, classificando-o como precário. Complementou sua fala dizendo que no estado de São Paulo isso é mais difícil ainda. Continuou sua fala dizendo que foi citado muito bem que a área de fertilizantes com a guerra russa e Ucrânia, mais o preço alto do gás natural impacta diretamente aqui na nossa cidade, e que acredita que é um assunto para a gente tratar numa audiência pública porque o gás natural é extraído aqui, na bacia de Santos, nos poços de Merluza e chega aqui para as empresas operarem a um preço altíssimo, então a gente não consegue muitas vezes reduzir pegada de carbono, citou a dificuldade de trazer a planta de hidrogênio verde para Cubatão, porque a produção de hidrogênio verde basicamente você precisa do gás natural que aqui está mais caro. Então o Brasil não está sendo um país atrativo hoje para a questão da reindustrialização, não é só para Cubatão, é geral, um dos principais, porque a exigência hoje, se eu pegar uma Usiminas, por exemplo, colocar ela para funcionar no modo antigo, não cumpriria os pré-requisitos ambientais com alto forno da maneira que funcionava antes. Hoje, então, a produção do aço verde



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

é a tendência do mercado. Então, o mercado existe para isso. Então, o que nós vemos nesse sentido? Questionou. Que essa união de esforços, Câmara, Executivo, empresas do polo industrial, é de suma importância para a gente também demonstrar para os nossos governantes que precisamos ter políticas nacionais de incentivo a descarbonização, mas que também isso não pode matar os empregos na ponta. Nós precisamos garantir a empregabilidade das pessoas, porque a gente força às vezes determinada situação, pede uma determinada celeridade na transição energética, mas não dá as condições adequadas para isso. Não adianta a gente ficar criando legislação, botando as empresas, porque quem sofre no final são as cidades, já que as empresas, se elas se sentirem sufocadas, elas vão fechar, e elas fechando, quem perde somos nós. Não temos o poder hoje, nem Câmara, nem Prefeitura, de manter a empresa aberta, o que nós temos é condições de tentar criar um ambiente de negócio, que essas empresas não se sintam acudadas dentro do território e permaneçam aqui, pontuou. Disse achar que na empresa faltou trato institucional em saber lidar com esse assunto. Elogiou o trabalho de excelência desempenhado pelo senhor Ricardo do CIDE a quem definiu como elo de ligação hoje com as empresas do Polo. Inclusive, antes de chegar aqui, nós estávamos numa outra reunião, que é um programa Cubatão mais Sustentável. Viemos para cá juntos e vamos voltar lá para a reunião do Cubatão mais Sustentável, que é esse elo que vocês já criaram desde o governo passado e que temos buscado manter esse diálogo aberto, que é um espaço onde a gente consegue quinzenalmente compartilhar as dores da cidade, mas as dores do polo industrial, pontuou. Então, ali a gente já conseguiu avançar em muitas questões, inclusive o próprio Ministério Público mantém os olhos atentos a essa questão nossa do Cubatão mais sustentável, então é uma coisa feita, aprovada aqui por essa casa, inclusive, o programa. Agradeceu ao vereador Carioca por ter atendido, que nosso papel também é esse, de mediar, mas dizendo acreditar também que é uma maneira da UNIGEL entender que precisa estar mais próxima do CIDE, da cidade, não só do ponto de vista territorial, mas participar mais também conosco, entender mais as demandas e as necessidades, até porque ela vem de uma de uma transmutação da Estireno, que é uma empresa que teve em um certo período uma intimidade muito grande com o contexto da cidade, que está na memória afetiva de muitas pessoas, inclusive. Enfatizou que acha que vale a pena nesse caso de recapitular essa história do passado. Então, que nesse momento a gente está de portas abertas para acolher aí e fazer não só no caso da UNIGEL, mas a gente manter aberta essa porta de diálogo para que a gente consiga entender quais as políticas públicas que a gente precisa fazer para ativar o Governo Federal, para ativar o BNDES, para ativar a Assembleia Legislativa, para ativar o Governador. Disse que tem conhecimento de que algumas empresas têm uma dificuldade muito grande de operar aqui, porque o custo do Estado de São Paulo é muito maior do que o custo dos outros Estados. Que tem empresa que



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

para abrir suas portas aqui, o custo dela já começa 8%, 10% mais caro do que nos outros Estados. E com a reforma tributária agora, se nós não tomarmos cuidado, como a reforma tributária vai vir de cima para baixo as empresas vão abrir mão de estar no nosso território e vão se afugentar para outros estados, como a Bahia, por exemplo, como Pernambuco, como a ZPE de Pecém, argumentou. Continuou pontuando que tem no Ceará hoje, uma ZPE instalada, onde a empresa consegue produzir para fazer exportação semi-isenta de uma série de tributos e está muito mais perto da Europa e dos Estados Unidos, o que faria com que ela não queira mais ficar aqui a quatro mil quilômetros a mais de distância de navio, sem a infraestrutura adequada que ela precisa. Enfatizou que precisamos agir, embora tenhamos feito esse trabalho que não é uma coisa que acontece do dia para a noite, tendo o governo do estado de São Paulo também que se movimentar no ponto de vista de entender que São Paulo não é mais aquela locomotiva, que estamos perdendo, que há uma fuga de capitais do estado de São Paulo. Argumentou que o estado de São Paulo continua sendo forte, mas temos muitas empresas abandonando hoje o estado de São Paulo, por não dar as condições adequadas para que essas empresas se mantenham aqui. Argumentou ainda que Cubatão sozinha não vai com as suas recusas de tributação ser suficiente para manter essas empresas aqui. São Paulo precisa fazer esse movimento. Ressaltou que a Assembleia Legislativa, o governador Tarcísio precisa entender isso. Disse esperar que como homem da infraestrutura o governador tenha esse olhar. A gente precisa efetivamente fazer com que essa indústria de São Paulo volte a se recuperar, isso vai impactar em São José dos Campos, em Taubaté, em Mauá, Cubatão, Paulínia, a indústria de São Paulo estando viva, obviamente o portuário, o setor logístico também é impactado, e aí a gente tem uma melhor qualidade de vida. Questionou: de que adianta termos 20 bilhões de investimentos aí no próximo período no Túnel Santos-Guarujá, Bioquive da Petrobras, abertura do aeroporto, terceira pista da Imigrantes? Se a gente não consegue manter as empresas aqui no nosso território, então era um pouco disso, a gente está nesse trabalho aí, finalizou. O vereador Marcos Roberto Silva complementou argumentando que é tudo isso que o secretário Fabrício falou e mais um pouco. Disse ter costumado falar muito no mandato passado, e continua falando que precisamos aproximar as indústrias, CIDE, CIESP, poder executivo, poder legislativo, para que a gente consiga ver enquanto poder público, conseguirmos ter o entendimento para poder ajudar através de incentivo. Ressaltou que já tivemos na cidade 34 indústrias, e hoje temos 20 e poucas. Defendeu que já perdemos um monte, e se essa aproximação não acontecer, a cada época vamos perdendo mais, podendo daqui a pouco deixarmos de ser um polo industrial, comprometendo não só Cubatão, mas também toda a região. Enfatizou que essa é também nossa preocupação, que é justamente isso, de entender qual é a dificuldade, o que o poder público precisa fazer dentro dessa parceria, se é cobrar o Governo do Estado, buscar



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Política Administrativa

apoio dos deputados nossos, estadual, federal, qual que seja, para que a gente consiga evitar que isso aconteça. E por outro lado, é claro, aí tem os órgãos competentes que precisam continuar fiscalizando. O senhor Ricardo Salgado teceu sua fala fazendo uma ilustração do setor siderúrgico que lá em 2005 foi um período em que a situação do mundo era exatamente essa. Tínhamos uma produção de aço no mundo e como líder a China que produzia mais ou menos uns 500 milhões de toneladas de aço livre ao ano. Como segundo colocado o Japão, que fazia alguma coisa perto de 100, 110 milhões de toneladas. O Brasil sempre ficou ali, entre oitavo, nono, oitavo, nono, às vezes sete, mas o oitavo lugar era um lugar de honra do Brasil, fazendo 40 milhões de toneladas de aço líquido por ano. Ou seja, a China produzia o equivalente a 12 Brasil. Tínhamos os Estados Unidos com 90, vinha Alemanha nessa média, tudo de 100 milhões para baixo. Os Estados Unidos passaram por um processo de desindustrialização, principalmente na siderurgia no qual empurraram a parte suja para o restante do mundo, principalmente para a China. Empurraram, vai a área da Aciaria, tudo para fora, resolvendo apenas laminar, mais ou menos como aqui em Cubatão. Passou 20 anos e o Brasil inaugurou 2 siderúrgicas neste período: a Companhia Siderúrgica do Atlântico, que é lá no Rio de Janeiro, a CSA, que começou com investimento em capital estrangeiro, hoje pertence ao Grupo Tekint, ao Grupo Ternum, o mesmo grupo que controla a Usiminas. E abriu Pecém, lá em Fortaleza, abriu duas siderúrgicas, cada uma da ordem de 4,5 milhões de toneladas. Só que ela abriu duas siderúrgica novas e continua produzindo os mesmos 40 milhões que ela produzia há 20 anos atrás. O mundo se estagnou e se fechou naquela sua produção igual como fazia. A China pulou de 500 milhões para 1,3 bi de tonelada de ácido líquido. Então se a China resolver que não vai colocar aço no mercado americano, ela mata a siderurgia do mundo inteiro. É uma ameaça. Ressaltou que está falando apenas de um setor de siderurgia, mas existem riscos também no setor químico. Levantou o seguinte questionamento: por que a China bota aço no mercado brasileiro mais barato do que a Usiminas produz? Citou o insumo básico que é o gás natural argumentando que se tivéssemos hoje a possibilidade de ter o gás natural na mesma faixa de preços que se paga na Europa, que se paga nos Estados Unidos, a gente teria investimento garantido para cá, só que a gente paga três vezes mais. A nossa matriz de custo já sai comprometida pelo insumo mais básico que é o combustível. Finalizou dizendo que não adianta a gente ficar sentado no problema sem buscar solução. Citou a sugestão que fez de constituir uma comissão de representação de vereadores, com a presença também dos membros do executivo e ir conhecer outros polos industriais em São Paulo, argumentando que não adiantaria ir para Minas em razão da tributação que seria diferente, o que não descompensaria toda análise que possa ser feita. Questionou: o que as prefeituras estão fazendo, o que Sorocaba fez para atrair tantas empresas em volta dela? A gente poder buscar alternativa, e aí sim a gente partir daqui com



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

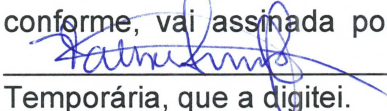
propostas concretas atrás do deputado estadual, do deputado federal, para que a gente possa interferir nessas questões tributárias do Estado, para que a gente possa interferir também nessas políticas públicas nacionais, poder falar que o polo industrial de Cubatão está precisando muito aqui da atenção. Então, por que não a gente fazer uma movimentação também nesse sentido para poder demonstrar até para as empresas a atenção que o poder público está dando também para que elas possam ganhar fôlego aqui para fazer novos investimentos e até atrair outros investimentos? Sim. Essa questão da guerra tributária, a própria Usiminas, ela tem uma empresa coligada, que é a Soluções Usiminas, que tem unidades espalhadas no Brasil inteiro. Em São Paulo tem também em Taubaté, mas por que não traz para Cubatão? Não tem incentivo. A gente pode caminhar também para o outro lado juntos e se colocou à disposição, finalizando sua fala. O senhor presidente passou então a palavra ao senhor Marcos Cipriano que de forma resumida, reiterou o que falou anteriormente a respeito da questão ambiental que há todo o acompanhamento, estando a remediação sendo conduzida nos prazos previstos. Ao responder questionamento do senhor vereador Marcos Roberto Silva sobre a interferência da CETESB nas manutenções, afirmou positivamente detalhando que o lado preventivo são as emissões das licenças de operação, e que se a gente for lá hoje, tem uma unidade que está desativada. Essa unidade, claro que ela está numa condição precária, mas não tem nenhum tipo de operação, ponderou. E a empresa também tem as normas da ABNT que precisam atender, sobre segurança, saúde ocupacional e ambiental. E isso a CETESB avalia para emissão das licenças. Essa ação é feita por uma rotina frequente. Sobre a questão da contaminação, lembrou que temos um TAC também assinado pelo Ministério Público com a empresa, que também tem prazos definidos que correm junto com os nossos acompanhamentos. Então, o prazo está definido para a reabilitação da área. Então, com relação a essa preocupação, a gente não tem nenhuma preocupação em vista, até porque a força do MP é muito mais potente do que o procedimento administrativo da CETESB, que é a autuação. O MP tem o lado criminal também e as próprias multas do TAC, elas são exorbitantes. Então, lembrando, a empresa não vai querer descumprir de forma nenhuma as cláusulas estabelecidas. O Secretário de Meio Ambiente, senhor Cleiton Jordão, complementou a fala do senhor Marcos Cipriano ao dizer que o TAC tem a homologação do poder judiciário, é um instrumento que se não cumprir, é um acordo, para que esse inquérito não vire um processo judicial que fique se arrastando. E para além disso há o seguro, que o senhor Marcos Cipriano complementou ao lembrar que está previsto na legislação de áreas contaminadas. O presidente da comissão citou que a comissão fará o fechamento do relatório final e vamos apresentar um requerimento para a Câmara aprovar e esse requerimento irá para o prefeito para que possa, junto com o secretário Fabrício fazer algumas mudanças na lei. Nada mais havendo




Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, determinando a lavratura desta Ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos e por mim, Valber Silva do Nascimento, , Assistente de Comissão Parlamentar Temporária, que a digitei.


Vereador Washington Luiz Lessa de Souza
Presidente da Comissão Especial


Vereador Marcos Roberto Silva
Membro


Fabrício Lopes
Secretário de Indústria, porto, emprego e empreendedorismo


Cleiton Jordão Santos
Secretário de Meio ambiente e bem-estar animal


Ricardo Salgado e Silva
Representante do CIDE - polo de Cubatão

Marcos da Silva Cipriano
Gerente da CETESB – Agência Ambiental de Cubatão



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE VEREADORES NOMEADA PELA RESOLUÇÃO Nº 3074/2025

Aos dezessete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, às 10 horas, nas dependências da sala de reuniões deste Legislativo, reuniu-se a Comissão de Especial de Vereadores, nomeada através da Resolução nº 3074/2025, a qual tem por objetivo "TRATAR COM A FIESP, UNIGEL, CETESB, SEMED, SEMAM, CENTRO DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – CIDE/CIESP DE CUBATÃO E DEMAIS ENTIDADES PERTINENTES, PARA CONHECIMENTO DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DO GRUPO, EM PARTICULAR REFERENTE A UNIDADE UNIGEL CUBATÃO - ANTIGA CIA. BRASILEIRA DE ESTIRENO, PRINCIPALMENTE NO QUE TANGE AS QUESTÕES ECONÔMICAS, DE INVESTIMENTOS, ADEQUAÇÕES, FUNCIONALIDADES, EMPREGABILIDADE E EVENTUAIS PASSIVOS AMBIENTAIS E COMPENSAÇÕES". Presentes os vereadores Sr. Washington Luiz Lessa de Souza - presidente, o vereador Marcio Silva Nascimento - convidado, o senhor Fabrício Lopes - Secretário de Indústria, Porto, emprego e empreendedorismo -, o senhor Rodrigo Lemes de Freitas – diretor de saneamento e gestão ambiental representando o senhor Secretário de Meio Ambiente e bem-estar animal, Senhor Marcos da Silva Cipriano – Gerente da CETESB - Agência Ambiental de Cubatão, Senhor Ricardo Salgado e Silva – Representante do CIDE – Polo de Cubatão, Senhor Paulo Roberto Santos da Costa Fonseca e Gustavo de Carvalho Amazonas Cotta – representantes da empresa UNIGEL. Participaram também a Dra. Raquel Reis – servidora do legislativo e o servidor Valber Nascimento – Assistente de Comissão Parlamentar Temporária. O presidente da comissão iniciou sua fala agradecendo mais uma vez a presença da Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Indústria e Comércio e CETESB que se fazem sempre presente todas as vezes que são convidados, a presença do CIDE/CIESP e agora, também, da UNIGEL que vem aqui prestar alguns esclarecimentos. Citou seu aborrecimento em razão dos convites que foram feitos, do fato de este servidor do poder legislativo ter ficado um bom tempo na porta da empresa aguardando para entregar ofício, que face à demora no atendimento pediu e-mail dos responsáveis para encaminhá-lo, sem efeito já que os representantes não compareceram, sendo depois enviado também com carta registrada (AR) pelos Correios. Explicou os motivos pelo qual a comissão especial de vereadores foi criada. Citou as matérias que leu a respeito da possibilidade de fechamento de algumas unidades da UNIGEL, o que descreveu como sendo uma situação parecida com a que vivemos na cidade em relação à empresa Yara que fechou unidades da noite para o dia, com os trabalhadores chegando para trabalhar de manhã e descobrindo que a unidade estava fechada. Que embora a empresa tenha cumprido com seus deveres de pagar, indenizar, pegou todos de surpresa, já que nem os funcionários e nem o poder público sabiam do fechamento. Disse entender que trata-se de uma empresa privada, mas que também entende que ela está instalada no município, que é o responsável por expedir o alvará de funcionamento, então deve haver uma



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

gratidão à empresa por estar aqui gerando empregos, e defendeu que deve haver uma interlocução dos poderes executivo e legislativo com a empresa. Lembrou da sua fala na última reunião em que mencionou que o maior relacionamento com a população em uma cidade está no legislativo. Relembrou que fizemos uma primeira reunião, nessa primeira reunião a Unigel não atendeu o nosso chamado, fizemos a segunda também sem sucesso, o que naquele momento aborreceu já que entendeu como falta de respeito ao parlamento. Mencionou que na reunião anterior o senhor Ricardo Salgadi - representante do CIDE-, compareceu e explicou que os representantes da UNIGEL estavam na Bahia resolvendo uma situação que não tínhamos conhecimento e isso causou o conflito de agendas. Explicou que nunca se ventilou a possibilidade de transformar em comissão de inquérito, sendo o desejo, na verdade, de que houvesse um esclarecimento, que obtivéssemos uma resposta para os problemas que víamos sobre o possível fechamento em Camaçari e Laranjeiras, e a nossa dúvida em relação ao que poderia e o que vai acontecer com a unidade de Cubatão, com os funcionários, com o passivo ambiental. Sobre o passivo ambiental destacou que a comissão foi tranquilizada com a fala esclarecedora do senhor Marcos Cipriano – gerente da CETESB – Agência Ambiental de Cubatão -. Disse que tranquilizou algumas pessoas que pediram que abrisse essa comissão e os ex-vereadores Romeu Magalhães e Messias Gomes, com quem tem contato a toda hora, afirmando que as preocupações com as questões ambientais existirão sempre, até por estarmos em um pólo industrial, mas que estão sob controle, fiscalização, que não há descaso por parte dos envolvidos. Continuou sua fala argumentando que um possível fechamento envolve muita coisa, envolve o mercado chinês, coisas que estão complicando para todo mundo e que o Brasil precisa dar um jeito caso contrário iremos parar. Citou que foram analisadas algumas situações contábeis da empresa, levantamento feito junto com este servidor do legislativo que redige a presente ATA, sobre a questão do passivo financeiro, do que a empresa tem obtido de receita. Fomos buscar informações, pois entendemos que não se pede recuperação judicial por nada. Existe no meio do caminho uma dificuldade que a UNIGEL está passando, mas que a unidade de Cubatão pode não ser afetada em nada, que possa continuar seu trabalho, é o que torcemos para que todos fiquem felizes, finalizou. Sobre o prazo regimental ressaltou que na última reunião resolvemos dar a oportunidade de realizarmos nova reunião com a presença da UNIGEL, mas que o prazo se encerra no próximo dia 20. Essa última reunião seria uma forma de termos os esclarecimentos do que está de fato acontecendo sem que seja preciso abrir uma comissão de inquérito. Citou que houve a interlocução do senhor Ricardo do CIDE que garantiu a presença de representantes da UNIGEL nessa nova reunião. Detalhou as discussões feitas na reunião anterior, declarando como vencida a questão do passivo ambiental já que após esclarecimentos da CETESB temos segurança que tudo está sendo feito de acordo com a legislação, de que há fiscalização. Ressaltou a questão da saúde financeira da empresa que nós analisamos e sabemos que não é a melhor possível, mas hoje não é melhor possível em quase todo o mercado, lembrando a Usiminas que é uma potência do aço, mas teve dificuldades na disputa com a China. Contou aos presentes da possibilidade de fazermos um seminário, envolvendo outras



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

Secretarias municipais e o próprio CIDE/CIESP para discutir a situação das indústrias. Citou a lei municipal que dá um incentivo para as empresas que queiram se instalar na cidade, lembrando a ideia dada pela Dra. Raquel Reis, e que levou ao prefeito que sinalizou positivamente em buscarmos uma alternativa, dentro daquilo que possamos fazer enquanto poder público para dar um incentivo para empresas que estejam passando por recuperação judicial, sugerindo conversar com o secretário Fabrício primeiramente. Sinalizou a intenção de que seja apresentado requerimento sugerindo o tema ao poder executivo que detém a prerrogativa da iniciativa, com a discussão das questões técnicas. Citou a questão da visita à empresa, lembrando ainda da iniciativa da empresa UNIPAR que possui a fábrica aberta mediante agendamento. Deixou claro que a CEV não é caça às bruxas, e em nenhum momento teve como objetivo expor a UNIGEL, até pelo fato de que a empresa faz parte da história e a cidade precisa que esteja conosco operando. Lembrou da tristeza que foi ver a Companhia Santista de Papel fechada. Declarou que a UNIGEL seria uma grande perda para a cidade, e que a empresa faz parte do nosso cartão postal ao lado da ponte do arco-íris. Declarou ainda que quer ouvi-los, saber qual a definição para podermos acompanhar de perto. Se a empresa for fechar, não podemos também fazer muita coisa a não ser pedir para que fiquem. Abriu a palavra ao secretário de indústria, porto, emprego e empreendedorismo, senhor Fabrício Lopes que agradeceu a decisão de realizarmos essa conversa no dia de hoje, e que foi importante também para a prefeitura obter uma resposta do que está acontecendo. Ressaltou que é uma grande empresa, e que para que possamos ajudar precisamos entender o que está acontecendo. Disse saber que as atividades institucionais internas são muitas, e lembrou da intermediação feita pelo senhor Ricardo, elogiando o trabalho desenvolvido no CIDE, que trouxe na reunião passada os pontos que impediam os representantes da UNIGEL de estarem presentes naquela data, e nos fez entender a necessidade de uma nova reunião para possibilitar isso, havendo também a sensibilidade do presidente da comissão de realizar nova reunião antes de encerrar a comissão especial. Citou que conhecemos via mercado, mas gostaríamos de entender por parte de quem está na ponta do processo e como está vivenciando hoje. Argumentou sobre conseguirmos, de alguma maneira criar mecanismos, inclusive de interlocução às vezes a nossa própria interlocução, os agentes institucionais, sejam parceiros nacionais ou internacionais. Exemplificou que o prefeito recentemente se reuniu com o próprio ministro da Indústria e Comércio, que é o vice-presidente da República e que em uma situação dessas, às vezes, é possível levar uma demanda da UNIGEL para uma mesa de discussão dessa, que às vezes é um assunto que a empresa levaria meses, às vezes até ano para conseguir se reunir com o Ministro do Desenvolvimento Econômico. E o prefeito tem muito mais facilidade de fazer isso. Citou que depois esteve pessoalmente em outro encontro mais informal, também com o Vice-Presidente da República, mas por desconhecimento de causa, levou apenas os assuntos que estavam no radar da sua pasta. Observou que todas as vezes que nos movimentamos, o Ministério de Indústria e Comércio se movimentou junto, solicitando informação, oferecendo apoio. Então assim, essa relação seja via CIDE/CIESP, que é o órgão representante das



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Política Administrativa

empresas, em segundo lugar, Câmara de Vereadores, que chamamos de para-choque da sociedade já que a população acaba procurando antes de procurar o poder executivo, exceto em relação à Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação que a população tem mais afinidade em procurar, e assim a SEMIC acaba tendo mais interlocução com o setor produtivo por ser uma pasta meio. Então também estamos de portas abertas, declarou. Parabenizou a comissão pela iniciativa de abrir essa perspectiva de estudo para empresas que tenham a questão da recuperação judicial na nossa cidade, de modo que possamos, também dar a nossa cota de contribuição, ainda que pequena em cima de alguma taxaço, alguma tributação ainda que pequena, mas como uma maneira de tentar salvaguardar a vaga de emprego de vocês e de outros trabalhadores que aqui estão, que sabemos que isso gera uma insegurança também para quem está lá operando a UNIGEL nesse caso, pontuou. Continuando sua fala disse que a comissão já apontou alguns pontos de extrema importância, que o relatório será fechado, e então queremos ouvir a UNIGEL nesse sentido. Lembrou da reunião anterior em que o senhor Ricardo – representante do CIDE- trouxe várias contribuições, nos tranquilizando muito, o que foi essencial porque contextualizou não só o caso da UNIGEL em si, mas toda a crise da indústria química que a gente tem enfrentado no Brasil. Ao citar a fala do vereador Carioca sobre a questão da empresa Yara, recordou de quando recebeu a notícia no segundo mês de mandato do prefeito César, com ligação dos sindicatos, classe trabalhadora, e da própria empresa dizendo que não tinha mais o que se fazer em relação ao fechamento das unidades, lembrando ainda nos impactos relacionados a perda de arrecadação, empregos, preocupação de reinserir esses trabalhadores no mercado de trabalho, e também os impactos nas atividades acessórias, como alimentação, transporte, hospedagem, que estão vinculadas às operações. Uma situação dessa afeta outros ramos, e tudo isso está desde a indústria até o empreendedorismo relacionado à pasta em que atua. Finalizou deixando claro que da parte do executivo municipal queremos corroborar com aquilo que estiver ao nosso alcance. O presidente então passou a fala ao gerente da CETESB, senhor Marcos Cipriano, que iniciou comentando que representa a instituição e enquanto Cetesb sempre vai ter um responsável, independentemente de ser o Marcos ou não, pontuando também que Cubatão é pioneiro na questão ambiental. Continuou, lembrando que tivemos toda a recuperação desde a década de 80, e que a CETESB evidenciou as ações que foram executadas em Cubatão com bastante ênfase, e isso ficou muito determinado no papel e missão da Cetesb. Citou que temos também, pensando em desenvolvimento sustentável, o tripé importante que é o socioeconômico-ambiental, então não se pode fechar os olhos para os demais segmentos, e em razão disso procura-se associar isso em um bom termo. Ressaltou que quando se fala em manter a adequação ambiental, passamos por outros fatores também que não só a operação industrial de uma determinada empresa. Há outras preocupações que a Cetesb mantém. A preocupação e as informações são preponderantes e por conta disso precisamos ver o que está acontecendo para que o município não perca, e a Cetesb mantém esse olhar. No geral, disse achar que é isso a questão ambiental, que já falamos bastante e que a CBE deve fazer algum comentário corroborando o que foi



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

comentado, porque a gente tem todo o acompanhamento, finalizou. O presidente agradeceu e passou a palavra ao senhor Ricardo Salgado, representante do CIDE, que iniciou sua fala agradecendo a oportunidade. Lembrou da última quarta-feira em que foi feita a exposição dos motivos, e que a solicitação de marcar nova reunião foi prontamente atendida pela comissão, em especial pelos vereadores Carioca e Tinho. Enfatizou que enquanto entidade que representa os associados que compõem a indústria Polo de Cubatão, há sempre a preocupação em fazer essa representação da forma coletiva, mas obviamente que quando tem algum assunto específico, temos que procurar esses nossos associados para poder auxiliá-los e foi isso que foi feito. Disse estar contente com a presença da UNIGEL, porque a empresa é responsável por fazer o posicionamento daquilo que é pertinente às suas atividades. Agradeceu aos senhores Paulo Fonseca e Gustavo Cotta, pelo atendimento. Comentou que apesar de não ter nada a ver com o contexto da reunião, mas pegando a palavra do senhor Marcos Cipriano, disse ser sim, simbólica a recuperação ambiental de Cubatão, o que nos deixa triste ver, novamente, representante do poder público federal, criticar nossa cidade, e a constituição da comissão, a preocupação dos vereadores, fica mais nobre porque a gente não tem a sensibilidade externa para essa questão, e Cubatão continua sendo tratado pejorativamente frente a todo o esforço que foi realizado para essa recuperação. Relatou que nos entristece, mas de uma outra maneira, fortalece as iniciativas como essa para que a gente possa ter uma exposição melhor. Disse costumar dizer que Cubatão começou a ser constituído enquanto polo no final da década de 50, em 60, houve propriamente a instalação das principais Indústrias que aqui estão, Petrobras, na época, Cosipa, e as químicas, vieram ali no começo da década de 70. O tempo assim do problema instalado, ele é de uma década, porque a recuperação começou em 80, como o Marcos Cipriano colocou aqui em 92 a gente já foi reconhecido como cidade símbolo da recuperação ambiental. Então, de 92 para cá, são 33 anos. E somos massacrados 33 anos por uma questão que não levou uma década entre o problema e o início da recuperação, classificando como absurdo, e finalizando sua fala dizendo estar feliz por estarem aqui, passando a palavra aos representantes da empresa UNIGEL, mas antes respondendo ao comentário do presidente da comissão - que disse que a UNIGEL também faz parte da conquista ambiental de Cubatão-, ao concordar dizendo que a UNIGEL e outras empresas fizeram todas as adequações operacionais para instalação de equipamentos de controle ambiental. O presidente passou a palavra, então, ao senhor Paulo Roberto Fonseca, representante da empresa UNIGEL, que iniciou sua fala também agradecendo a casa pela oportunidade, de ter uma nova reunião para que pudessem trazer e esclarecer dúvidas que a comissão eventualmente tenha, trazendo também o conforto necessário para endereçar essas questões. Esclareceu o desencontro de comunicação dizendo estar feliz que isso tenha sido superado, por poderem estar presentes aqui, esclarecendo ainda que em hipótese alguma foi desrespeito aos convites. Iniciou pedindo permissão para contar um pouco da Unigel para que os presentes tenham a visão do contexto. Detalhou que é um grupo químico-petroquímico de segunda geração, estando na cadeia petroquímica. Que fornece seus produtos para outras indústrias que vão transformar



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

para no final do dia chegar no abastecimento à população em geral, não tendo, portanto, o contato direto com o consumidor final. Que a Unigel é uma empresa que tem quase 60 anos e atua basicamente em três segmentos: acrílicos, estirenicos, que conversa com o estireno aqui, e também a parte de fertilizantes. Relatou que a operação da UNIGEL estava em três estados. Que agora estão focando em dois estados, mas que no começo também teve operação no Rio Grande do Sul e operação no México. Que atualmente estão convergindo para operação em dois estados, São Paulo e Bahia. Voltando um pouco e contando esse contexto, a atuação da Unigel para a parte de estirenicos, então que vai produzir o estireno, depois vai produzir na sua cadeia integrada o poliestileno, o látex e sintético. Ela está laseada em quatro plantas aqui em São Paulo, no estado de São Paulo, uma em Cubatão, duas no Guarujá e uma em São José dos Campos. E nós temos uma outra fábrica de estireno que fica em Camaçari, na Bahia, explicou. Para a parte de acrílicos, 100% fica na Bahia. Então a gente tem uma fábrica em Camaçari e outra em Candeias. E a de fertilizantes, a gente tem uma cogeração que fica em Candeias e tínhamos as operações de fertilizantes em Camaçari e também em Laranjeiras, em Sergipe. Essas duas fábricas de fertilizantes eram arrendadas junto à Petrobras. Então, a gente está passando por um processo de devolução dessas fábricas. Foi o que conflitou com a nossa agenda na última quarta-feira. Estávamos com a diretoria, inclusive nesse processo de devolução. Primeiro na de Sergipe, depois na da Bahia. Então, a Unigel está convergindo para esses segmentos, agora mais forte em estirenicos, alguma parte ainda em acrílicos. Dentro dos acrílicos a gente tem uma produção de cianeto, que atende o mercado de mineradoras de ouro, por exemplo. Então, estamos convergindo para mais fortes estirenicos, acrílicos e fertilizantes, este último fica na cogeração de candeias. As demais fábricas a gente acabou fazendo, saindo do negócio efetivamente. O ponto importante, para trazer o nivelamento, quando a gente olha para o contexto da química hoje, da indústria química, nacional, no âmbito nacional infelizmente há problemas em várias regiões, por conta desse mercado de produtos importados, que quando a gente concorre com o produto nacionalizado, o produto nacional, a gente por vezes se depara com o nosso preço do produto final, comparado ao período importado, é discrepante a diferença, por vezes o o custo que a gente teria em comprar na matéria-prima já é o custo do produto final que chega nos nossos portos, sendo então uma dificuldade que não é específica da UNIGEL. Alertou que as empresas brasileiras estão passando por essa dificuldade, que quando a gente fala de importado são diversos países, mas principalmente China e um pouco Estados Unidos, que temos esses desafios. Citou que além das devoluções das fábricas que foram mencionadas, houve uma parada de fábrica já no ano passado, lá em Camaçari, na Bahia, do segmento de acrílicos, que é um que sente muito essa competição internacional para o mercado chinês. Fora isso, as demais fábricas, claro, Candeias tem uma parte também que não está operando na sua totalidade, mas de modo geral, o restante das operações da UNIGEL segue dentro do plano de produção, alinhado ao plano estratégico da empresa. Sobre a fábrica de Cubatão, fechando o zoom, detalhou ser uma fábrica que começou a ser construída em 54 e a operar em 57. O grupo UNIGEL, obviamente, veio depois dessa data e ela



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

recebeu aí as suas expansões. Teve alguns ajustes de rota por conta de matéria-prima disponível na região. Mas é uma planta que vem operando, a gente costuma chamá-la de Velha Senhora, uma planta que a gente tem há bastante tempo e faz parte desse eixo de atendimento hoje, das operações que tem no Guarujá e São José dos Campos. Então, o estireno que a gente produz aqui, ele atende. A gente tem, é claro, quem tem um não tem nenhum. Então a gente tem duas unidades hoje que produzem estireno, uma em Cubatão e outra em Camaçari. e elas dentro do mercado nacional, além de atender o mercado nacional, também tem o rota para atendimento no mercado interno nosso, a UNIGEL, então as fábricas de Guarujá e São José dos Campos consomem também o estireno. Ressaltou que estar em Cubatão também tem uma estratégia logística, integrativa e importante para os negócios do mundo. Detalhou ser uma planta que tem aproximadamente 110 pessoas desse montante, a maior parte obviamente funcionários diretos, o restante que compõem esse quadro são terceiros. Desse montante próprio, a gente basicamente 50% dos funcionários são residentes em Cubatão residem aqui no município, enfatizando que existe a força de trabalho também da cidade presente na nossa operação. Esclareceu que a planta de Cubatão, ela está com o plano de produção em dia, com planejamento até dezembro, explicando também que diz até dezembro pois nesse momento está sendo preparado o orçamento para o ano de 2026. Mencionou que já estão com as reuniões acontecendo, então é algo que está dentro do planejamento da companhia de continuidade e de integração dos nossos negócios. Enfatizou que tem essa parte do planejamento de produção, que está seguindo aí a contento, estando a planta operando com as suas licenças vigentes, tanto no âmbito com a CETESB, do corpo de bombeiros e prefeitura. Sobre o passivo ambiental, complementando a fala do senhor Marcos, relatou que as tratativas já vêm há algum tempo. É um caso que é conhecido aqui na cidade, e que a UNIGEL já vem intervindo há bastante tempo para a recuperação ambiental aqui no nosso site. A gente também sabe que não é algo exclusivo da Unigel, da Estireno, mas da nossa parte a gente vem com as ações, vem com acompanhamento há bastante tempo com a CETESB e Ministério Público. Ressaltou que tudo segue em conformidade e tem um plano de trabalho para continuidade desse tema. Passou a palavra ao, também representante da UNIGEL, senhor Gustavo Cotta, que complementou. Iniciou dizendo quealaria um pouco sobre o ambiental e após sobre a reestruturação que julga ser relevante para o conhecimento de todos. Do ponto de vista ambiental, esse termo é justamente com o Ministério Público, ele vem sendo cumprido de maneira regular, explicou que é feito um acompanhamento contínuo de todo esse passivo que de fato existiu lá em algum momento, e que fizeram um plano de integração e remediação. Explicou que esse acompanhamento é feito de maneira contínua a ambos, então a CETESB sempre é chamada a se manifestar, o Ministério Público, na qualidade de agente fiscalizador, também está lá sempre em um diálogo aberto com a empresa. Do ponto de vista do meio ambiente, a gente é expassivo e do e do outro lado, nós temos todas as licenças rígidas e regulares de maneira tranquila até então. Sobre o momento de reestruturação, talvez esse tenha sido o motivador dessa Comissão. A reestruturação financeira inicia na UNIGEL com o propósito de, de fato, fazer com que as operações



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

ficassem saudáveis. E o ficar saudável aqui é olhar o cenário macroeconômico. Só que o cenário macroeconômico foi se aprofundando em uma crise que é natural no setor petroquímico. Quando a gente olha para trás, a gente vê que existem momentos de vale no setor que necessariamente a gente precisa passar por ele. O setor macroeconômico, do ponto de vista mundial, ele afetou diretamente a UNIGEL porque o nosso concorrente não é um concorrente nacional, ele é um concorrente estrangeiro. E a China tem o propósito, e isso é uma informação do governo, ela tem o propósito de ser autossuficiente. Então ela não quer depender de ninguém. Aqui no Brasil a gente tem algumas gerações, quando a gente olha para o setor petroquímico, a primeira coisa que vem na nossa cabeça é o óleo e gás, automaticamente associa à Petrobras. Mas eles têm outras gerações de empresas que a Unigel se encaixa em alguns desses momentos. A China não, a China ela quer de fato ser o todo, ela quer ter dentro de todas as gerações uma autossuficiência para que ela não dependa de ninguém. E isso fez com que ela se fortalecesse no mercado internacional. Somado a isso, nós tivemos a guerra na Ucrânia, o setor do gás natural ele direcionou todo basicamente uma boa parte para a China, isso favoreceu o mercado estrangeiro e o mercado estrangeiro acabou tomando conta do cenário mundial. Esse setor macroeconômico, ele impossibilitou, num primeiro momento, uma reestruturação. Quando vocês olham para a Unigel, em uma pesquisa simples, a Unigel, passou por uma reestruturação a partir de 2023. Em 2023, ela sentou com todos e discutiu premissas para reestruturar o que precisava reestruturar. E essas premissas, elas precisam ser atingidas, sob pena de, se não o fizer, tentar fazer uma segunda reestruturação. Em 2024 ela passou por um processo de recuperação extrajudicial. A recuperação extrajudicial teve por finalidade chamar os credores da empresa reestruturar aquele passivo, a premissa da reestruturação extrajudicial ela dependia necessariamente de alguns fatores macroeconômicos que não se concretizaram e aqui, trazendo um pouco o olhar para o nosso, para o nosso mercado, o Brasil, ele tem hoje uma carga tributária muito alta para o que a gente faz e ele tem um olhar da transição energética, só que é um olhar que a gente está distante. Em que pese o Brasil olhe para do ponto de vista legislativo, para uma legislação que aponte para uma transição energética saudável, limpa, de maneira natural. Essa transição não acontece por si só com a legislação, ela precisa ser complementada, então, entra em vigor uma legislação específica e essa legislação específica, ela não produz efeitos. Por quê? Porque ela precisa de um regulamento subsequente ou da receita ou dos Estados. E isso vai atrasando um pouco no projeto que a gente tem para o futuro. Então, a não concretização desse cenário macroeconômico que era necessário para aquela reestruturação dar certo, ela foi o fator determinante para que hoje nós cheguemos a uma recuperação judicial. A recuperação judicial, quando a gente olha para o mundo, para o setor jurídico de maneira geral, ela sempre é vista como aquela empresa que vai falir. E, na verdade, é exatamente o oposto, porque a empresa que quer falir, ela simplesmente fecha a porta, ela não quer. Esse não é o propósito da unigel. A unigel, inclusive, antes da recuperação judicial, ela ingressou com um pedido de mediação com os maiores credores dela. Esse pedido de mediação, ele dura aproximadamente 2 meses. Coincide um pouco com a data das comunicações



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

que se perderam. Um erro nosso interno de não conseguir comparecer com os doutores aqui. Mas foi um período em que nós estivemos basicamente todos os dias negociando com os nossos maiores credores. Essa negociação, ela teve um êxito muito bom em algum lado, só que de outro lado, ela não se manifestou de uma maneira favorável. Então, esse cenário de mediação preliminar, ele não se concretizou integralmente, porque nós conseguimos negociar com uma parte e com outra não. E faz pouco sentido isso. Faz pouco sentido resolver o problema e não resolver o todo. Esclareceu que então tiveram de ingressar com uma recuperação judicial, mas ela é uma recuperação judicial e assim, do ponto de vista prático, ela é uma recuperação judicial que não é complexa, porque a quantidade de credores que nós temos, ela não é uma quantidade grande. Vocês podem ter acesso a essa lista de credores no processo judicial. Ela não, ela está um pouco acima de 700 credores. Esses 700 credores eu tenho 40 que são os meus credores principais, que são, de fato, aqueles que estão apertando a minha operação. E por que entrar com a recuperação judicial? Esse é o grande, acho que é o grande ponto da reestruturação. É uma parte desses credores que não negociou conosco. Eles nos apertaram em um propósito muito específico, que era sufocar nossa operação. Quando você sufoca uma operação e aí trazendo um pouco do ponto de vista mais acadêmico, a nossa operação, ela olhando para a faculdade, é uma operação que ela é CBE, ela é UNIGEL. Se o credor quer me executar para tirar a minha planta dali, a minha planta para ele não vale nada, a minha planta para ele é sucata, ele tem um custo muito maior para tirar a minha planta de determinado local e ele não tem onde instalar, porque a minha planta é feita ou projetada pelo meu local, ela é feita pelo meu negócio. Só que essa forma dos credores de sufocar é uma pressão que a gente entende, faz parte do negócio, a gente faria da mesma forma do lado de lá. Só que ela traz um impacto para nossa operação. E a gente não poderia deixar a nossa operação sofrer esse impacto sem que necessariamente a gente pudesse ter um mecanismo para reestruturar essa dívida. Então, a reestruturação aqui, ela não tem por finalidade fechar a empresa, ela não tem por finalidade falir a empresa. Ela quer chamar esses credores. A recuperação judicial, basicamente, convoca todos os credores da empresa para que eles deliberem de que maneira que a gente consegue reestruturar a nossa dívida com o fluxo de caixa que nós temos. São esses credores que deliberam com o apoio do administrador judicial, que ele é um terceiro imparcial, com o apoio do magistrado, que não tem nenhum tipo de vínculo com a Unigel e com o nosso know-how que nós fazemos. Então, o propósito de reestruturar é só erguer a empresa, é fazer com que a empresa volte a ser uma empresa saudável do ponto de vista financeiro. Então, hoje a gente ingressou com a recuperação judicial do dia 8, na madrugada do dia 7 para o dia 8. Foi um período logo após a gente passar por umas negociações. No dia 6, nós recebemos uma intimação que foi o gatilho para a gente fazer isso. Essa intimação versava sobre a execução de uma garantia real, que era uma das nossas fábricas na Bahia. E essa garantia real poderia trazer um transtorno operacional para o que a gente faz. E esse foi o gatilho, porque não conseguimos negociar. O cenário macroeconômico não é bom hoje para a indústria aqui no sentido amplo. Mas a gente tem interesse em resolver essa questão de uma



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

maneira célere. É uma lista pequena, como eu disse a vocês, são aproximadamente 700 credores. Ela é uma lista pequena quando a gente olha para recuperações judiciais no Brasil. Nós conhecemos a administradora judicial exatamente no dia da reunião. Ela estava, ela chamou toda a equipe dela, administradora judicial. Ela é uma empresa terceira, nomeada pelo juiz, que não tem vínculo com a UNIGEL. E hoje, basicamente, nós somos, dentro do plano de recuperação judicial, integralmente fiscalizados pelo que a gente tem no fluxo de caixa, integralmente auditados pelos números que a gente apresenta do ponto de vista econômico, do ponto de vista jurídico, do ponto de vista de contingências, em sentido amplo. E todo o planejamento a partir de agora, ele é entre a UNIGEL, os credores, administrador judicial e o juízo. Então, hoje a UNIGEL não toma mais decisões unilaterais, não decide simplesmente o futuro. Ela sabe como está o presente, ela consegue apresentar todos os números do presente. Os números são factíveis para o que a gente tem, a gente pensa no número de uma maneira adequada, e nós somos integralmente fiscalizados. Então, a recuperação judicial, ao contrário do que se pode pensar numa primeira notícia, é na verdade, um processo de segurança jurídica. A recuperação judicial traz segurança jurídica para todos, ela traz segurança jurídica para aqueles que estão de fora, traz segurança para a gente, traz segurança para os administradores e traz segurança para quem não participa do plano. É uma preocupação que eu acho que ela é muito patente assim no nosso projeto de reestruturação é que impostos e tributos eles não se sujeitam ao plano de recuperação judicial então uma das premissas para que nós possamos manter a recuperação judicial e o plano de recuperação judicial efetivamente homologado lá na frente é se manter hígido e regular em relação às nossas aos nossos débitos com os municípios com os estados e com a União então Um ponto muito relevante é que impostos e taxas são premissas básicas para que a recuperação judicial siga de uma maneira regular. E esse é um ponto de atenção muito grande nosso. Eu vi que é um ponto de atenção grande do ofício. A gente não teve a oportunidade ainda de aprofundar, mas ele diz respeito a passivos, empregabilidade, como é que funciona. A Unigel, apesar de ser uma indústria muito grande, ela tem um passivo trabalhista, por exemplo, que não chega a 200 processos. E desses 200 processos, mais da metade são funcionários de terceiros. No nosso país, a gente tem uma responsabilidade subsidiária própria lá do direito do trabalho, em que nós somos acionados por terceiros que eventualmente tem problemas. Mas o nosso passivo trabalhista, ele também é muito pequeno e ele está devidamente registrado na classe um. Quando a gente pega a lista de credores, a classe um, ela tem ali uns passivos trabalhistas que não são grandes, são muito baixos. E a gente tem a expectativa de conseguir reestruturar isso de maneira célere e eficaz. Então, esse é o ponto da reestruturação. A gente imagina que isso causa, de fato, o impacto de pensar no futuro diverso daquele do que nós estamos imaginando. Mas o que de fato a UNIGEL quer é se manter uma empresa saudável e uma empresa que continue aí essa trajetória de quase 60 anos. O presidente da comissão considerou muito bem explicada a exposição feita pelo senhor Gustavo Cotta, e passou a palavra ao Vereador Márcio Silva Nascimento (marcinho) que concordou que tudo foi muito bem esclarecido, e comparou a situação a um grande



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

tabuleiro de xadrez, argumentando que a UNIGEL deve ter ficado um bom tempo mexendo na peça para o lado e para o outro. O presidente da comissão enfatizou que a questão trabalhista, no caso da empresa, é louvável, mostra a responsabilidade da empresa com o seu funcionário, que é quem está na ponta e de fato faz a empresa girar. Citou nesse contexto as reclamações que são recebidas em relação às empresas que reduzem ou fazem demissões e não pagam o que tem que pagar, não assumem suas responsabilidades. O que não é o caso da UNIGEL. Disse entender, após os esclarecimentos, que o possível fechamento é algo que no momento não irá acontecer, enfatizando porém que as questões de mercado também nos impedem de cravar o futuro. Lembrou que a nossa preocupação foi em razão das notícias sobre o fechamento das unidades em Camaçari e Laranjeiras. Afirmou que tudo pode acontecer em qualquer lugar, desde que seja com o planejamento para que a cidade seja avisada para que a gente possa se preparar. Desejou que ela cresça, que aumente o quadro de funcionários, que sejam gerados mais empregos em Cubatão. É o que desejamos para nosso polo industrial. Disse que quando convidamos o que queremos é o esclarecimento, o bate papo, o respaldo, o diálogo, citando ainda que irá gravar para a TV câmara de uma maneira diferente, após os esclarecimentos, e que saímos dessa reunião com a convicção de que as coisas estão bem esclarecidas, podendo, a seu ver, fechar o relatório de forma bem favorável daquilo que a empresa nos entregou, daquilo que o CIDE/CIESP nos entregou, daquilo que a CETESB nos entregou, e que a câmara foi respeitada. Como presidente da comissão parabenizou a postura da UNIGEL, dos seus representantes. O senhor secretário de indústria, porto, emprego e empreendedorismo, Fabrício Lopes disse pensar que a vinda dos representantes da UNIGEL, traz uma angústia que a indústria petroquímica está vivendo no Brasil nesse momento. E que temos outras indústrias na cidade, e um apontamento que pode vir como produto da comissão especial é conseguirmos unir todas essas empresas da cidade para entender efetivamente quais tempos e movimentos precisamos fazer em conjunto, quais manifestações que esta casa de leis precisa gerar para nossas autoridades, tanto do executivo, quanto do legislativo, quais movimentos podemos fazer quanto poder executivo de provocar o governo do estado, governo federal para que tenha um olhar para o nosso polo industrial, pois vivemos uma guerra fiscal efetivamente para além dessas questões econômicas internacionais que temos, não somente do setor químico, mas também no siderúrgico, um pouco menos no setor de óleo e gás porque a empresa instalada no nosso território é estatal, se não fosse poderíamos também ser mais impactados. Por fim pediu que um dos produtos que poderá sair daqui seja criarmos um segundo espaço onde possamos reunir essas empresas do setor petroquímico para elencar aquelas dores que são pertinentes a todas, e dentro de um grande movimento, sugerindo ainda juntar stakeholders de outros polos produtores do Brasil como São José dos Campos, Paulínia, Mauá, Santo André, entre outros, frentes parlamentares. Alertou que se o estado de São Paulo não se posicionar a nível de Brasil, com a intensidade necessária, para mostrar que se essa estrutura paulista vir a ruir em algum momento o país estará duplamente em risco. Não conseguiríamos salvaguardar a indústria nacional se o principal polo industrial do Brasil que está no



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

estado de São Paulo não tiver sua robustez recuperada. Criticou o exceto de consumo externo que está afundando a indústria nacional, o que impactará na mesa dos nossos trabalhadores. Por fim parabenizou a todos pela exposição. O vereador Márcio Silva Nascimento parabenizou o presidente da comissão, lembrando que foi uma pauta no plenário nas últimas sessões frente a preocupação com o que está acontecendo com o polo industrial, e em especial com a UNIGEL. Ressaltou que o desenvolvimento passa por Cubatão, e somos uma cidade estratégica para todo o polo industrial, para a questão portuária. O vereador mencionou que a casa de leis está aberta, lembrou do papel do poder legislativo na votação e aprovação das leis. Presidente da comissão sugeriu convocar os deputados da região para discutirmos esses pontos. Por fim o presidente agradeceu a todos os presentes, aos representantes da UNIGEL, aos secretários municipais, ao representante do CIDE e em especial aos servidores do poder legislativo que atuaram nos trabalhos da comissão especial. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, determinando a lavratura desta Ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada por todos e por mim, Valber Silva do Nascimento, Valber Silva do Nascimento, Assistente de Comissão Parlamentar Temporária, que a digitei.

Washington Luiz Lessa de Souza
Presidente da Comissão

Rodrigo Lemes de Freitas
Diretor do Departamento de Saneamento e gestão ambiental

Fabício Lopes
Secretário de Indústria, Porto, Emprego e Empreendedorismo

Ricardo Salgado e Silva
Representante do CIDE – Polo de Cubatão

Marcio Silva Nascimento
Vereador – convidado da CEV



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

Marcos da Silva Cipriano

Gerente da CETESB - Agência Ambiental de Cubatão

Paulo Roberto S. C. Fonseca
Representante da empresa UNIGEL

Gustavo de Carvalho Amazonas Cotta

Representante da empresa UNIGEL



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

COMISSÃO ESPECIAL INSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO Nº 3.074, DE 22 DE MAIO DE 2025

RELATÓRIO FINAL

Sr. Presidente.

Nobres Pares,

A Comissão Especial instituída pela Resolução nº 3.074, de 22 de maio de 2025, composta pelos Vereadores Washington Luiz Lessa de Souza (Presidente), Alessandro Donizete de Oliveira (Relator) e Marcos Roberto Silva (Membro), foi criada com a finalidade de tratar com a FIESP, UNIGEL, CETESB, SEMED, SEMAM, CIDE/CIESP de Cubatão e demais entidades pertinentes, para conhecimento do plano de reestruturação do grupo Unigel, em especial no que se refere à Unidade Unigel Cubatão (antiga Cia. Brasileira de Estireno), considerando os aspectos econômicos, de investimentos, adequações funcionais, empregabilidade e eventuais passivos ambientais e compensações.

No decorrer dos trabalhos, a Comissão promoveu reuniões e levantamentos junto aos órgãos públicos e entidades representativas, com o objetivo de compreender os reflexos locais do processo de reestruturação da empresa e de analisar medidas que possam **preservar empregos, fomentar investimentos e assegurar a continuidade das atividades produtivas no município.**

As questões sobre as incertezas quanto à continuidade da UNIGEL em Cubatão foram sanadas, com os seguintes esclarecimentos da empresa:

1. A UNIGEL atuou em alguns outros estados, mas agora está focando os negócios nos estados de São Paulo e Bahia.
2. Fora as unidades específicas, que não estão operando na totalidade ou foram fechadas, de modo geral, o restante das



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

operações da UNIGEL seguem dentro do plano de produção, alinhado ao plano estratégico da empresa.

3. A Unigel atua nos seguimentos de acrílicos, estirênicos e fertilizantes, convergindo agora mais forte em estirênicos, alguma parte ainda em acrílicos.
4. É uma planta que tem aproximadamente 110 pessoas, a maior parte funcionários diretos, o restante que compõem esse quadro são terceiros. Desse montante próprio, 50% dos funcionários são residentes em Cubatão.
5. Tanto a empresa quanto a CETESB nos tranquilizaram de que o passivo ambiental segue sendo fiscalizado e acompanhado pela própria CETESB e Ministério público, tendo inclusive, plano de recuperação ambiental em andamento há algum tempo.
6. A recuperação judicial da empresa tem como objetivo tornar as operações saudáveis, do ponto de vista financeiro. Não tem por finalidade fechar ou falir a empresa.
7. De acordo com a empresa, apesar de serem grandes, seu passivo trabalhista é pequeno, sendo mais da metade dos processos decorrentes de funcionários de empresas terceirizadas.
8. Para a empresa, estar em Cubatão tem uma estratégia logística, integrativa e importante para os negócios.
9. É uma empresa que possui quase 60 anos, e ao fim da recuperação judicial quer continuar sua trajetória de forma saudável.

E com isso, após discussão ampla sobre o tema de indústria, comércio, mercado nacional e internacional, a comissão entendeu que há a necessidade de criarmos um seminário no município. Houve também a sugestão de que um dos produtos dessa comissão especial seja reunir todas as empresas, inclusive, dos demais polos industriais de São Paulo. Levar



Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

aos nossos deputados estaduais e federais essas demandas.

Foram discutidos, ainda as incertezas que o mercado traz. E como os poderes executivo e legislativo podem colaborar. O ponta pé inicial poderia ser dado por Cubatão, ainda que seja uma contribuição pequena, mas dentro da legislação aplicável.

Após análise técnica e jurídica da legislação vigente, especialmente da **Lei Complementar nº 111, de 27 de dezembro de 2019**, que institui o **Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Cubatão – PRODESCUB**, a Comissão concluiu pela **necessidade de aprimoramento do programa municipal de incentivos fiscais**, de forma a contemplar também as empresas já instaladas no município que enfrentem **processos de recuperação judicial ou extrajudicial**, mas que **demonstrem efetivo compromisso com a manutenção de suas operações e do emprego local**.

Assim, esta Comissão propõe que o Poder Executivo Municipal **avalie a inclusão, na Lei Complementar nº 111/2019, de dispositivo específico** que preveja a concessão de incentivos fiscais a **empresas instaladas em Cubatão em situação de recuperação judicial ou extrajudicial**, desde que atendam aos seguintes requisitos:

I – **Comprovem investimento igual ou superior a R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais)**, realizado no período de até **quarenta e oito meses** em suas atividades produtivas no município;

II – **Comprovem o cumprimento do artigo 3º, inciso III, da referida Lei Complementar**, ou seja, que **70% (setenta por cento) de seu quadro de funcionários diretos ou indiretos seja formado por trabalhadores residentes no município de Cubatão**.

Câmara Municipal de Cubatão

Estado de São Paulo

492º Ano da Fundação do Povoado e
76º de Emancipação Político Administrativa

A proposta tem por objetivo **fortalecer a política de desenvolvimento econômico local**, criando condições favoráveis à **manutenção de empresas estratégicas** para o município, à **preservação de empregos** e à **ampliação de investimentos privados**, estimulando o reaquecimento da economia e o equilíbrio social.

Dessa forma, **esta Comissão Especial entende pertinente o encaminhamento de sugestão ao Chefe do Poder Executivo Municipal**, para que avalie a **alteração da Lei Complementar nº 111/2019**, a fim de incluir o referido benefício fiscal em favor das empresas que, mesmo diante de dificuldades financeiras, continuem investindo, gerando renda e cumprindo sua função social no território de Cubatão.

Por fim, a Comissão registra que o presente relatório sintetiza os trabalhos realizados e as deliberações finais, recomendando que esta Casa de Leis acompanhe o encaminhamento da proposta junto ao Executivo e incentive o diálogo permanente com o setor produtivo, visando o desenvolvimento sustentável do município.

Cubatão, 20 de outubro de 2025.


Vereador Washington Luiz Lessa de Souza

Presidente da Comissão Especial


Vereador Alessandro Donizete de Oliveira

Relator


Vereador Marcos Roberto Silva

Membro